

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

SILHUETAS DA HISTÓRIA: moda, gênero e transformações sociais em São Luís (1920-1950) e o paradidático “Modos e Modas na cidade de São Luís”

JÉSSICA MAYARA SANTOS SAMPAIO

SÃO LUÍS
2019

JÉSSICA MAYARA SANTOS SAMPAIO

SILHUETAS DA HISTÓRIA: moda, gênero e transformações sociais em São Luís (1920-1950) e o paradidático “Modos e Modas na cidade de São Luís”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Sousa Abrantes

SÃO LUÍS
2019

Sampaio, Jéssica Mayara Santos.

Silhuetas da História: moda, gênero e transformações sociais em São Luís (1920-1950) e o paradidático “Modos e Modas na cidade de São Luís”.

/ Jéssica Mayara Santos Sampaio– São Luís, 2019.

194f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Ensino de História. 2. Moda. 3. São Luís. 4. Gênero. I. Título

CDU: 93/94:[37:391](812.1)

JÉSSICA MAYARA SANTOS SAMPAIO

SILHUETAS DA HISTÓRIA: moda, gênero e transformações sociais em São Luís (1920-1950) e o paradidático “Modos e Modas na cidade de São Luís”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Sousa Abrantes

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Sousa Abrantes (Orientadora)
(PPGHIST/UEMA)

Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Sousa Zierer (Arguidora)
(PPGHIST/UEMA)

Prof.^a Dr.^a Elizângela Barbosa Cardoso (Arguidora)
(PPGHB/ UFPI)

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Rodrigues dos Santos (Suplente)
(PPGHIST/UEMA)

Para meus pais, Sílvia e Sampaio como homenagem e agradecimento a todos os esforços e bons sentimentos dedicados a mim.

AGRADECIMENTOS

Encerrar uma etapa como esta é ter a certeza que todos os passos dados neste ciclo, um dia serão referências no futuro. Todas as conversas, alegrias e renúncias que permearam essa trajetória mostram a grandeza desse momento, entre dificuldades, erros e acertos nos caminhos que trilhei até chegar aqui. Fundamental é agradecer àqueles que fazem parte das nossas vidas e são importantes para a formação profissional e pessoal. Agradeço a Deus pelas bênçãos e proteção, por iluminar meu caminho.

Comemoro e agradeço por encarar mais uma fase com o apoio daqueles que são os responsáveis por tudo o que sou, meus pais, Sílvia e Sampaio. Obrigada pela compreensão, suporte e amor de todos os dias, pela confiança depositada em mim desde o processo da seleção até a entrega deste trabalho. Obrigada por me mostrar as coisas boas da vida e por abrir mão dos seus sonhos para que eu alcance os meus. Sou muito grata e honrada por poder orgulhar os que me inspiram diariamente. Eu amo vocês!

Aos laços afetivos da família, por pessoas que sempre torceram com amor e incentivaram minha caminhada. Minha avó Alice, sempre preocupada com minhas noites mal dormidas e meus estudos. Minhas tias Sheyla, Solange e Silvana, que mudam qualquer baixo astral, pelo companheirismo e diversão. Minha irmã Juliana, pelo apoio e alegria. Só amor por vocês!

Aos meus amigos encantadores, Mel e Téo, companheiros em dias de sol e chuva, que ofereciam carinho e me acalentavam quando o cansaço batia no corpo e na mente. Animais são anjos de Deus!

Agradeço também, a uma pessoa que faz parte da minha vida há muito tempo, mas precisou ter muita paciência neste processo: Paulo, a quem tenho carinho especial, amigo e companheiro. Obrigada pelas diversas vezes que precisei da sua disponibilidade para me ajudar com o que era possível, mas principalmente para ouvir os desabafos, as preocupações, as ideias desajeitadas que surgiam em cada fase da escrita ou quando as coisas não fluíam como o esperado. Não tenho como descrever todas as vezes que me cativou com suas demonstrações de amor, atenção e compreensão. Amo você!

Agradeço à direção da Casa de Cultura Josué Montello, Joseane Maria de Souza e Souza e Wanda França, pelo acolhimento durante um ano de trabalho e por todo apoio

oferecido quando precisei realizar pesquisas e outras atividades referentes ao mestrado. E também, às minhas queridas referências do setor Arquivo Yvonne Montello: Maria Izabel e Izabel Pereira, agradeço por todos os ensinamentos e pelas tardes divertidas que me faziam um bem danado.

Agradeço aos amigos da graduação. Ronny, quem me deu a boa notícia da aprovação no mestrado e sempre se faz presente por demonstrar sua atenção e amizade por mim. Crysthian, Andréa, Frank, Joana, estão no meu coração. E em especial, o querido William, obrigada por me amparar nos momentos em que mais tive dificuldades, pelas inúmeras conversas em que você sempre buscava uma forma de me incentivar com seu jeito animado de ser e me tranquilizar quando a preocupação queria se aproximar. Obrigada!

Às amigas do mestrado, Adriana, Amanda, Cleydiane e Edilene, minhas queridas gatas saradas maravilhosas, importantes figuras neste ciclo. Obrigada pelos dias, noites e madrugadas de dúvidas, desespero, risos e muita determinação. A companhia, a amizade e o apoio de vocês, foram fundamentais para chegar ao fim desse momento. Agradeço também a Jeferson, amigo do mestrado, que proporcionou diversos momentos de alegria e boas conversas durante essa caminhada.

O mestrado também proporcionou a amizade com uma pessoa que tenho a sensação de conhecer a muito tempo, Amanda. Temos alguns gostos semelhantes e descobrimos com o passar do tempo, muitos aspectos parecidos em nossas vidas. Ter o apoio dos amigos é essencial para enfrentar os obstáculos, mas quando esse apoio vem regado de alegria, muitas conversas e reciprocidade, fica mais leve enfrentar as adversidades e comemorar quando as coisas dão certo. Obrigada migs!

Às amigas Emmelyne e Emmanuelle, que estão presentes na minha vida desde os tempos de escola e acompanharam os passos dados até aqui. Obrigada pela torcida, preocupação e compreensão nos momentos em que precisei ficar ausente.

Agradeço também à minha orientadora, Elizabeth Sousa Abrantes, por me acompanhar desde a graduação, ser tão gentil e atenciosa, assim como em nossa primeira conversa sobre pesquisa que ficou pelo ano de 2011 e por sua imensa contribuição em minha formação, devido a sua dedicação profissional e seu caráter. Sempre exemplar! Obrigada!

Aos professores Henrique Borralho, Ana Livia Bomfim, Sandra Regina e Adriana Zierer, minha enorme admiração por vocês. Muito obrigada pelos ensinamentos desde o período da graduação até as oportunidades de trocas no mestrado!

*“...não é a Moda coisa tão vã, nem tão
inútil, como a muita gente talvez se
afigure”.*

(João Affonso do Nascimento)

RESUMO

A moda envolve questões de gênero, representações do cotidiano, comportamentos sociais, distinções de classe, e se apresenta por diversos meios e linguagens, nos discursos presentes no espaço público e privado. Analisar as distinções e os papéis sociais por meio de modos e aparência permite compreender as transformações na vida urbana, nos comportamentos, valores que constroem as relações sociais, proporcionando o estudo do cotidiano, costumes, modelação da identidade, bem como os discursos e as práticas que ajudam a expressar diferentes distinções e hierarquizações. Este trabalho busca relacionar as transformações sociais e as hierarquias de gênero com os aspectos da moda, uma vez que a moda se configura como um dos traços da relação entre o indivíduo e a sociedade e contribui para a percepção das mudanças do tempo em que está inserida. O espaço social escolhido para análise foi a cidade de São Luís no recorte temporal de 1920 a 1950. Apresentamos as modificações na estrutura da cidade, as variações das vestimentas e a alteração dos comportamentos. Objetivamos dar ênfase às possibilidades de abordagem dessa temática em sala de aula, através dos costumes e hábitos da sociedade, regras de etiqueta e comportamento, que levam à compreensão de alguns aspectos da sociedade ludovicense nesse período, propondo um material paradidático que aborde as representações da vida social, costumes e modificações nos hábitos de homens e mulheres por meio do estudo de seus modos e modas.

Palavras-chave: Ensino de História; Moda; São Luís; Gênero;

ABSTRACT

Fashion involves gender issues, everyday representations, social behaviors, class distinctions, and is presented by various means and languages, in the discourses present in the public and private space. Analyzing the distinctions and social roles through modes and appearance allows us to understand the transformations in urban life, behaviors, values that build social relations, providing the study of daily life, customs, modeling of identity, as well as discourses and practices which help to express different distinctions and hierarchies. This dissertation seeks to relate social transformations and gender hierarchies to fashion aspects, since fashion is one of features of the relationship between the individual and society and contributes to the perception of the changes of the time in which it is inserted. The social space chosen for analysis was the city of São Luís in the temporal cut from 1920 to 1950. We present the modifications in the structure of the city, the variations of the clothes and the alteration of the behaviors. We aim to emphasize the possibilities of approaching this theme in the classroom through the customs and habits of society, rules of etiquette and behavior, which lead to the understanding of some aspects of ludovicense society in this period, proposing an educational material that addresses the representations of social life, customs and modifications in the men's and women's habits through the study of their manners and fashions.

Keywords: History teaching; Fashion; São Luís; Gender;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Modas de Homem.....	98
Figura 2 Moda Elegante.....	98
Figura 3 Novos penteados.....	104
Figura 4 Cultura Physica.....	104
Figura 5 Nirvana Bittencourt.....	107
Figura 6 O Inquérito.....	107
Figura 7 Traje de Passeio.....	115
Figura 8 Misses Européias.....	115
Figura 9 Getúlio Vargas.....	119
Figura 10 Paulo Ramos.....	119
Figura 11 Hontem e Hoje.....	137
Figura 12 A Pernambucana.....	146
Figura 13 Casa dos Tecidos.....	146
Figura 14 Caminho da Boiada.....	152
Figura 15 Sociedade Pós-Missa.....	152
Figura 16 Curso Ginasial.....	157
Figura 17 Faculdade de Enfermagem.....	157
Figura 18 Diploma de Contadora.....	157
Figura 19 Escola de Agricultura.....	157
Figura 20 Madame Mendes.....	158
Figura 21 Emprego.....	158
Figura 22 Passeio.....	165
Figura 23 Força e Beleza.....	165
Figura 24 Elite.....	165
Figura 25 Vestuário.....	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – COSTURANDO A HISTÓRIA: gênero, moda e ensino de história.	20
1.1 Na Linha do Debate: gênero e moda.....	20
1.2 A Casa e o Botão: moda e novas linguagens	41
1.3. O Molde e a Costura: materiais didáticos e história local	58
CAPÍTULO 2 – NAS BARRAS DO PROGRESSO: moda, gênero e transformações sociais no cenário urbano de São Luís nas décadas de 1920 a 1950.....	88
2.1 Adornando a cidade: a moda e o cenário urbano	88
2.2 Pontos e remendos: transformações dos hábitos e novas sociabilidades	112
2.3 Silhuetas em Movimento: o (des)conforto das novidades	140
CAPÍTULO 3 – ENTRE MODOS E MODAS: o processo de construção do material paradidático.....	169
3.1 Aprimorar e Ilustrar: o passo a passo da elaboração.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS.....	186

INTRODUÇÃO

Falar sobre moda, às vezes parece ser um fator isolado, distante de qualquer ponto histórico e que apresenta restrições para se envolver com outros setores que norteiam a sociedade, como o econômico ou político por exemplo. Mas é através das relações de homens e mulheres com os hábitos, vestimentas e comportamentos, que se pode observar o quanto esse campo é presente em todos os setores sociais, influenciando padrões de beleza, transformações e infraestrutura de ruas e avenidas, movimentando a cidade, o comércio e o consumo de artigos que conferem visibilidade e prestígio à determinados grupos sociais, ao mesmo tempo em que estes grupos privilegiados podem servir de espelho aos segmentos de menor poder aquisitivo.

O estudo sobre moda é uma das variedades do campo da História. Relaciona-se com todas as esferas da vida social, mudanças no cotidiano e cenário urbano, hábitos e padrões sociais estabelecidos, assim como abre possibilidades de pesquisa sobre a construção da identidade, relações econômicas e políticas, bem estar, beleza e aparência, mostrando que através dos discursos e práticas que envolvem esses aspectos, é possível a compreensão acerca das representações da vida, costumes e modificações que ocorreram na sociedade. Por outro lado, a moda também proporciona a análise de características de gênero, marcadas pela definição dos papéis de homens e mulheres na sociedade, entre outros pontos que podem ser trabalhados detalhadamente devido à amplitude do tema, como os discursos presentes nos periódicos que visavam enquadrar e moldar padrões para mulheres e homens. Desta forma estabelece o diálogo com outros campos da história, o que torna a investigação ainda mais rica, com a diversidade de questionamentos que surgem ao explorar esse universo levando em consideração a moda e o cenário em que está inserida.

A própria amplitude desse tema no âmbito acadêmico, também é uma novidade. Os assuntos mais abordados eram voltados para outros tipos de questionamentos e críticas, como a visão da cidade através da política de determinado governante, ou o capital financeiro que envolve uma sociedade. A discussão sobre comportamento, vestimentas, o gosto pessoal, a inserção dos indivíduos em grupos sociais, surgiu com a História Cultural, trazendo um leque de abordagens que até então ainda não tinham sido feitos em pesquisas mais tradicionais. O processo histórico volta-se, portanto, para além do “acontecimento

demasiado breve e não significativo, mas a um tempo, também social, pontuado por ciclos, conjunturas, estruturas e crises”, afirma Hartog (2013, p.176), pois com estes fatores, também seria viável através dos desdobramentos, fazer História, proporcionando uma forma de investigação sobre o passado que traz em sua complexidade, as possibilidades e relações de determinado período, tendo a oportunidade de firmar representações e informações por um pequeno espaço de tempo ou permanecer durante décadas, dando ênfase àqueles que pretendem manter posições sociais e de prestígio no campo histórico. De todo modo, é pertinente observar um aspecto que frisa Ginzburg (2002, p.43) sobre as relações sociais e a pesquisa, ao afirmar que “todo ponto de vista sobre a realidade depende das relações de força que condicionam, por meio de possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si”.

Para a investigação, levamos em consideração que as práticas sociais e as representações envolvem a forma como os hábitos e costumes são adotados, seja por meio das estratégias para conseguir chamar atenção ou pelo simples fato de poder ser notado em determinada ocasião, por isso a moda está tão presente nas permanências e mudanças sociais. No século XIX, as mulheres viviam reclusas ao privado, ao comprometimento com o bem estar da família e à preocupação com tudo que se referia à manutenção do lar, por isso só era possível observar adornos, vestimentas e comportamentos em datas selecionadas, daí a necessidade de esbanjar riqueza e refinamento, em locais e situações alheias ao cotidiano feminino. No início do século XX, com uma dinâmica diferente de vida, as primeiras décadas foram marcadas pela singularidade, estranheza e agitação.

Os hábitos, costumes e a moda configuravam um novo enquadramento no contexto histórico, pois começaram a demonstrar as expectativas, modo de pensar, a individualidade e a organização da sociedade, envolvendo esse caminho entre público e privado, juntamente com a intensidade da modernização, por mais que fosse sentida com muito mais força em outras cidades, também deixava seu vestígio em São Luís, capital do estado do Maranhão. No momento em que são criados novos espaços de lazer, questões como higiene e saúde estavam em evidência, sob o olhar da busca de resultados efetivos para a diminuição de doenças e sujeira, a circulação da presença feminina burguesa em locais que antes não permitiam suas manifestações, a não ser em momentos festivos ou de reuniões, passou a ser permitida se fosse acompanhada pela família ou pelo marido. Informações e discursos presentes nos jornais evidenciavam quais regras deveriam ser seguidas para se

tornar um indivíduo moderno, que visava progresso, mas que seguissem os padrões estabelecidos de moralidade e bem estar sociais.

Do ponto de vista documental, esta pesquisa é norteada pela investigação com base nos periódicos (revistas e jornais), encontrados no “Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM)” e na “Biblioteca Pública Benedito Leite”, localizados no centro da cidade de São Luís, que possuem informações preciosas para o desenvolvimento deste trabalho por apresentar notícias sobre cotidiano, o cenário urbano, as modificações e seus impactos, áreas de sociabilidades, moda, comportamentos, entre outros elementos que proporcionam o conhecimento sobre o período e a temática investigada. As revistas circulavam na cidade de São Luís, algumas produzidas na cidade (revista *Athenas e Revista do Maranhão*), outras de produção em outros estados como São Paulo e Rio de Janeiro (revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*). Entre os jornais que circularam de 1920 a 1950, utilizamos: *A Pacotilha*, *A Voz do Norte*, *A Peroba*, *Correio da Tarde*, *Diário do Norte*, *Diário de São Luís*, *Diário Popular*, *Novidades*, *O Globo* e *O Imparcial*, importantes vias para a análise de imagens, anúncios e a percepção de influências e artifícios dentro desse processo de modernização, alteração de hábitos e a relação entre moda e relações de gênero no espaço urbano da cidade de São Luís.

Associado à análise e pesquisa nos periódicos, têm-se também a fonte literária, importante canal de enriquecimento sobre os hábitos dos cidadãos e a vida urbana em São Luís, através das obras ficcionais do escritor maranhense Josué Montello (1917-2006), que contribuiu imensamente por situar na escrita dos seus romances a pulsação da cidade, elucidando minuciosamente os detalhes das ruas, o cotidiano no centro da cidade, a vida nos lugares distantes da movimentação e da transformação, como os bairros do Anil e João Paulo, que demoraram a ser incluídos neste processo de modernização. Também são apresentados nessas tramas ficcionais vivências de personagens de diferentes grupos sociais, dramas familiares, comportamentos femininos e masculinos e descrições da vida social ludovicense. O escritor dá aos seus personagens vida, expressões e singularidades que são típicas da região, formando assim, verdadeiros tesouros a serem destrinchados e explorados.

Os romances utilizados foram: *Janelas Fechadas*, publicado em 1941, foi escrito quando o autor tinha vinte anos e se passa na década de 1930, trazendo como personagem principal, “Benzinho”, em uma trama sobre a maternidade anterior ao casamento,

mostrando vários aspectos das ruas da cidade, a comparação entre a vida no centro da cidade e os subúrbios, as dificuldades das consequências de uma escolha que compromete a moralidade e a juventude da mulher, entre outros temas; *O Labirinto de Espelhos* (1952), obra publicada na década de 1950, retratando as décadas de 1930 e 1940 em São Luís, aborda a história de “Tia Marta”, uma senhora viúva e rica que vive cercada pelos olhares dos herdeiros, que fazem planos com suas partes da herança e assim forma um enredo que passa por diversas situações, às vezes cômicas, outras nem tanto, e nesse meio, fala sobre comportamento, costumes e questões sociais.

Iniciamos o estudo a partir de uma breve discussão a respeito da trajetória da escrita da história, a fim de apresentar a incorporação de novos temas e abordagens na análise histórica, que possibilitou a inserção de novas fontes e novos temas na pesquisa histórica e passou a abordar temas como o cotidiano, o imaginário, as relações de gênero, sexualidade, moda. A história da Moda é um novo campo acadêmico e de pesquisa, mas até o momento tem sido pouco explorado para o âmbito do ensino. Daí a necessidade de mostrar sua relação com as fontes, os conceitos que se tem como base neste trabalho e sua relação com o ensino e os materiais didáticos. Por isso, a importância em apresentar as modificações no percurso da história, que incorporou novas formas de pesquisa e agregou valor a temas antes vistos como reduzidos e sem impactos.

No primeiro capítulo também serão abordados os conceitos de gênero, memória, representações, identidades e a própria diversidade de significados que abarca o conceito de moda, apontando a importância deles para a compreensão de padrões estabelecidos, a construção da individualidade, que possibilita uma análise das conexões sociais através do espaço urbano. Alterações que desenvolveram a preocupação com o manuseio da fonte, o trabalho do historiador e a importância da pesquisa encaixada com as ferramentas para a construção do processo histórico

Em seguida, o segundo capítulo, direciona para o contexto histórico na cidade de São Luís, mostrando as relações das alterações dos costumes e vestimentas com o cenário que desenhava a cidade para se desenvolver com base no progresso e na modernização, assim como, construir a análise dos modos e modas nas representações sociais e de gênero. De modo que seja possível estabelecer a ligação entre a moda e os costumes, com as transformações do cotidiano, que envolvem os aspectos políticos, econômicos e a criação dos espaços de sociabilidades na cidade e modificações urbanas, pois através dos discursos

presentes em jornais e revistas, têm-se informações sobre os reflexos dessas alterações, da manifestação da preocupação com o controle das ações femininas, que poderiam causar o afastamento do lar, ambiente que era considerado próprio da mulher por determinação divina.

Essas informações sobre a modelação dos corpos e das ações, que circulavam diariamente na cidade por meio periódicos, traziam definições de papéis sociais masculinos e femininos na sociedade, direcionando a mulher para a precaução e a cautela para se relacionar com o novo, e os homens, a revigorar suas relações e manter a saúde.

A utilização destas fontes se torna relevante por tentar alcançar reflexões sobre as mudanças que ocorreram para compreender os elementos da moda e modos nas representações sociais e de gênero, a relação entre essas transformações sociopolíticas, econômicas, suas representações no cotidiano e nos comportamentos sociais; e como os discursos presentes em todas as variações, apresentavam uma vontade de modelar as pessoas em padrões corporais e de gênero, de acordo com suas funções sociais, que por vezes, estavam firmes e bem fixadas na sociedade. Portanto, o principal caminho da pesquisa é relacionar gênero e moda com os processos de transformações sociais e urbanas na cidade de São Luís no período de 1920 a 1950, com base no estudo do cotidiano, dos comportamentos, das vestimentas.

E um terceiro capítulo, direcionado para explorar a importância das relações sociais, de gênero e da moda em sala de aula, como para compreender o emaranhado de situações que ocorrem ao nosso redor, permitindo a correlação com o presente através de temáticas abordadas no período estudado e seus significados nos dias atuais.

O paradidático “Modos e Modas na cidade de São Luís” visa inserir os temas de gênero e moda no ensino de história em escolas locais, voltado para o ensino fundamental, com a intenção de criar novas situações, abordagens e debates em sala de aula, para estimular os alunos a refletir sobre mudanças que parecem tão superficiais, mas que carregam um simbolismo muito grande, como a alteração das vestimentas, um corte de cabelo ou o poder de consumo de determinado segmento social, sempre relacionando com a trajetória da cidade, os altos e baixos políticos e econômicos e os aspectos culturais.

Um assunto novo e um debate atual, que tem a possibilidade de chegar ao aluno de forma lúdica e contribuir com sua formação a partir da elaboração de um material didático

que explore a moda e as relações de gênero para chegar a pontos como o urbanismo de São Luís, o estudo através dos imponentes casarões que ainda encantam o centro da cidade, presentes e nem sempre preservados da forma que gostaríamos, mas com a possibilidade de ser mais dinâmico para fazer comparações, situar a história que se passou nas ruas do período; a ocupação de postos de trabalho e a diferença salarial entre homens e mulheres; a opção da maternidade e a divergência com o trabalho; entre outros aspectos possíveis de conversar entre jovens que buscam cada vez mais compreender o lugar onde vivem e de que forma podem melhorar as relações na escola, na família e no bairro, com vistas ao social e ao futuro profissional, poder ampliar os horizontes do conhecimento histórico e verificar o potencial do tema pela abrangência a diversas áreas.

CAPÍTULO 1 – COSTURANDO A HISTÓRIA: gênero, moda e ensino de história

1.1 Na Linha do Debate: gênero e moda

A História consiste em uma diversidade de conhecimentos, experiências e fatos acerca das ações humanas e suas relações com as diferentes fases que envolvem a sociedade. Por isso a importância de um processo que apresenta ferramentas para buscar a construção de novas questões e acontecimentos, que seja responsável pela formação dos indivíduos que são levados a aprender a pensar historicamente, tendo como base as permanências, rupturas e as continuidades ocasionadas pelas transformações apresentadas com o decorrer do tempo.

Através de novos objetos, problemas, abordagens e técnicas, a história assume uma nova forma de ser feita. Se até antes do século XX a preocupação estava com os temas transversais à nacionalidade e à constituição da identidade, com a rearticulação da historiografia, novos temas se tornaram objetos de estudo no campo da História, o que possibilitou a inserção das ideias e experiências sociais dos indivíduos como pontos de investigação e análise da relação do tempo com a sociedade, por meio das ações humanas.

A reformulação e o avanço do campo historiográfico permitiram ao historiador uma aproximação do interesse pelo funcionamento das sociedades em relação as suas questões políticas, culturais, econômicas, presentes nas mais diversas variações dos métodos, análises e técnicas direcionadas para tentar compreender a pluralidade da História. Capaz de ser interdisciplinar e portadora de interesses, ela parte em busca de um processo crítico e reflexivo para entender as relações, as ocupações e os discursos produzidos pelos indivíduos, entre outros aspectos, que são construídos pelas formas de lazer, sistema político, desigualdade, prestígio social, mas que colaboram para compreender o valor que as sociedades atribuem em cada momento da história seja pelos limites impostos ou pela sobreposição destes.

Pode-se dizer que a História adquire significados de acordo com o tempo, e estes se modificam assim como os interesses e objetivos de grupos ou individuais. Assim, o que move esse processo são os problemas encontrados pelo historiador, que necessita de novas metodologias para realizar o trato com a fonte. Com as alterações no plano historiográfico e a relação com a pluralidade dos campos de conhecimento, o trabalho do historiador foi

ganhando luz e movimento. Com a possibilidade de estudo de temáticas como educação, hábitos e costumes, surgiu a História Cultural, que “não recusa de modo algum as expressões culturais das elites ou classes letradas, mas revela especial apreço às festas, às resistências, às crenças heterodoxas (...) afeição ao informal, e sobretudo, pelo popular”, afirma Vainfas (1997, p.149). A partir dessa preocupação com os papéis sociais, campos como gênero e mulheres ganharam destaque e visibilidade.

A categoria gênero apresentava-se o objetivo de destacar as ligações entre os papéis de homens e mulheres na sociedade. Inicialmente, era destinado às investigações sobre o estudo da História das mulheres, justamente com a condição feminina, de acordo com as experiências, práticas, normas sociais e a própria relação de interação com o masculino.

As relações de gênero vão além de uma dimensão feminina na História, já que o mais importante são as relações sociais e as determinações históricas que se mostram através de significados construídos, os papéis sociais aceitos entre homens e mulheres, relações familiares, e dentro desse contexto, a própria questão de valores e conduta moral que envolve as possibilidades de investigação. Diante de práticas políticas, econômicas e sociais, cabe analisar as diversas formas de desigualdade e de valorização do que é praticado por homens e mulheres, bem como as transformações ocorridas com o reescrever da história, através de resistências e possibilidades que em outro momento foram negadas.

A partir daí surgiram novas reflexões sobre política, sexualidade, família, entre outros temas silenciados durante a construção do processo histórico. No que se refere às mulheres, houve participação nas mudanças, mas suas colaborações foram colocadas a parte dos acontecimentos, o que possibilita destacar que a História das Mulheres e as questões de gênero apresentam desigualdades de experiência e participações sociais.

Os estudos de gênero são, em grande medida, herdeiros da história das mulheres e sua preocupação em dar visibilidade às mulheres na história. Depois do grande avanço historiográfico que foi o reconhecimento do lugar das mulheres na história, os historiadores passaram rapidamente a focalizar as relações entre os sexos até que muitos resolveram adotar a compreensão social (PINKSY. In: PINSKY, 2009, p.37).

Joan Scott, importante referência nos estudos sobre gênero, aponta para o destaque do funcionamento das relações sociais entre homens e mulheres, através das discontinuidades, desigualdades e relevância destes sujeitos históricos, levando em

consideração que “o gênero é um meio de codificar o sentido e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1996, p. 14). Para a autora, a categoria se configura como uma forma de evidenciar nas relações sociais entre os sexos, os elementos responsáveis por designar nestas relações, as diferenças entre eles. Desse modo, a autora (1996, p.11) afirma que a pesquisa histórica tem o objetivo de descobrir a natureza do debate ou da repressão nessas relações, então “esse tipo de análise tem que incluir uma noção política, tanto quanto uma referência às instituições e organizações” sociais.

Todos esses fatores tem ligação com a dinâmica da sociedade, a partir de condutas, práticas e do discurso construído por meio das relações sociais, que funcionam como estruturadores das ações e normas que circulam na sociedade e influenciam o desenvolvimento das discriminações, contestações e conflitos entre homens e mulheres.

As percepções de gênero são baseadas também em pontos culturais, por isso apresentam ideias sobre a masculinidade e feminilidade que são produzidas pelas normas que ditam o comportamento em sociedade, a construção da identidade e os modelos que funcionam como padrões para serem reproduzidos no cotidiano.

Scott já se referia às ações de controle sobre as mulheres que tornava difícil a movimentação social, seja através do estudo ou do trabalho. Segundo a autora (1996, p.15), as ações do estado só tinham sentido enquanto “integradas a uma análise de construção e consolidação do poder” através de “uma afirmação de controle ou de força” para desenhar uma política para as mulheres, diante dos acontecimentos sociais que mostravam a diferença sexual adotada em termos de dominação e restrição. Além disso, considera a necessidade de reconhecer que “homem e mulher” são categorias ao mesmo tempo “vazias e transbordantes”; “vazias” porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; e “transbordante”, porque mesmo quando parecem fixadas, elas contem ainda dentro delas, definições alternativas negadas ou reprimidas.

Classe social, grupos de privilégios e comportamento fazem parte de um conjunto de elementos que permeiam as relações em sociedade, embora muitas vezes as concepções de gênero sejam usadas como referencial dentro da dinâmica da distribuição de poder. Assim podem servir para explicar relações de dominação e subordinação ou o próprio uso dos espaços público, privado e o acesso a eles.

A noção de gênero como uma construção social teve como objetivo analisar a relação de homens e mulheres em termos de desigualdade e poder (...) gênero era sobre homens e mulheres, sobre como os traços atribuídos a cada sexo justificam os diferentes tratamentos que cada um recebia, como eles naturalizavam o que era fato social, econômico, e desigualdades políticas, como eles condensavam variedades da feminilidade e masculinidade em um sistema hierarquicamente arranjado (SCOTT, 2012, p.333).

Embora o termo gênero seja mais envolvido com a luta e o ativismo feminino na história, não exclui os homens da atenção, pois para Scott (2012, p.331), a “análise de gênero constitui o nosso compromisso, na tentativa de revelar suas contradições e instabilidades, como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos.”

Ainda de acordo com a autora, “gênero é um lugar de lutas sobre o que conta como natural e o que conta como social”. Esses ideais possuem influências nas ideias de função social feminina, como as missões da mulher e a maternidade; os papéis considerados exclusivamente masculinos; as referências à imagem feminina e a forma de vestir; o controle masculino e do governo sobre a instituição familiar, entre outros aspectos que podem ser analisados, pois havia um direcionamento para manter as mulheres nas paredes do lar e delegar a elas, a responsabilidade de manter a união da família e fortificar o caráter dos cidadãos para enaltecer a unidade do país.

Sob o controle do Estado e da Igreja, o comportamento feminino não poderia apresentar contradições em relação às ações de submissão e obediência. Diferente do que era direcionado ao masculino, as mulheres tinham que se encontrar dentro das possibilidades oferecidas para sua condição, baseados na integridade da família e nos valores morais. Por isso, vale ressaltar a importância das normas sociais na orientação das relações de gênero, que estão presentes, como frisa Pinsky (2009, p.41) em “doutrinas religiosas, concepções educacionais, condutas jurídicas, dinâmicas familiares, escolhas de parceiro, noções de progresso”, entre outros fatores que criam um abismo ainda maior nas relações entre os sexos.

A fragilidade da modernidade que se aproximava entre 1920 a 1950, configurava um motivo de alerta, já que poderia desviar os instintos maternos e as qualidades da mulher como esposa, visto que o processo de emancipação não era dado ao feminino e sim ao masculino, que conhecia o ambiente público desde o início de seu desenvolvimento como cidadão. “Em alguns períodos da História, as mulheres são primariamente definidas

como agentes reprodutoras, em outros como educadoras das crianças e da nação e até como executoras da moralidade e novamente como subversoras da razão” (SCOTT, 2012, p. 336).

As normas sociais dão o ar de tradicionalismo e regras a serem cumpridas, porém essa distinção entre os sexos, juntamente com a ideia de progresso e modernização, mostra um comprometimento do exercício dos papéis sociais devido a atuação das mulheres de famílias com melhores condições econômicas no ambiente público, em busca de novas ocupações profissionais e do casamento. Assim, o modelo tradicional de família caminha de mãos dadas com a fragilidade do momento e ficam evidentes questões relacionadas à submissão e obediência das mulheres, bem como o descrédito em sua capacidade intelectual e o conflito gerado na aparência pelo uso de roupas que fogem dos princípios padrões, assim como o comportamento.

As normas dominantes em cada sociedade e época são definidas a partir da repressão de outras possibilidades. Nas aparências, essas normas surgem como as únicas ou as corretas, embora tenham se constituído não somente a partir de consensos, mas também de lutas e conflitos que possam ser contestadas em um momento ou outro (PINSKY, 2009, p. 42).

Louise A. Tilly, historiadora e pesquisadora dos estudos sobre gênero, afirma que esse tema abre novas perspectivas para a compreensão do que foi produzido no passado. Para a autora (1994, p.43), a categoria “deve promover igualdade e acesso das mulheres tanto na autonomia individual quanto ao poder político e econômico”, levando em consideração a opressão causada pela hierarquia sexual, de classe e o lugar de circulação na cidade. Por isso, este debate passa pelas condições de trabalho, resistência, discriminação, vida familiar, divisão sexual, entre outros fatores que mostram aspectos que influenciam a vida social, as concepções de si e do mundo.

A urbanização, as movimentações culturais e as transformações sociais, conduziam para novas experiências em relação às mulheres, através de possibilidades de mudanças que não eram vistas e presentes no âmbito privado, assim configura uma linha que dificultaria o controle e a obediência às normas sociais. No entanto, se a participação social era garantida ao homem, “as mulheres lutaram pelos seus próprios direitos, pela participação em uma vida democrática nova” (TILLY, 1994, p.62).

Eleni Varikas (1994, p.70) enfatiza a “importância das representações e dos sistemas simbólicos na análise e compreensão da construção do gênero e das relações sociais que o sustentam”. Como todo processo histórico investigativo, há uma interrogação da dinâmica social, abordagem e análise das práticas sociais; dos códigos de vestuário e nutrição; das crenças populares e científicas, do trabalho e da sociabilidade.

Para além das transformações sociais, políticas e econômicas, as relações de gênero também podem ser encontradas em investigações paralelas, como os hábitos, as linguagens e elementos de consumo. O corpo, as roupas, o comportamento e até o desenvolvimento de métodos contraceptivos são ferramentas para reescrever da história. Esses elementos carregam significados e também funcionam como marcadores de mudanças socioculturais, possibilitando reflexões sobre sexualidade, saúde, alimentação e esportes, afinal “o corpo é um documento vivo, sujeito a pesquisas que envolvem fé, pensamentos, sentimentos, imagens e representações” (DIWAN. In: PINSKY, 2009, p. 120).

Diwan (2009, p.122), considera que o corpo deve ser analisado como um item social, portanto a relação deste com a moda envolve valor, investimento, interpretações de maneira de vestir e normas do conviver social. As alterações físicas, proporções do corpo e os adornos, estão presentes nas relações entre os papéis sociais de homens e mulheres, como o corte de cabelo, o comprimento das vestimentas, a ocupação do espaço, o casamento; fatores que abrem espaço para uma análise que passa pelo gosto e consumo, mas oferecem uma leitura da estrutura social através da moda, modos e costumes.

As relações de gênero estão presentes nesse desdobramento do processo histórico. De modo geral, a abordagem sobre moda implica em discussões sobre a condição feminina, práticas políticas e econômicas, que compreende as relações sociais e de poder, seja através da identidade, dos papéis ideais de gênero e dos elementos de controle social.

Uma das obras presentes na historiografia brasileira, que faz parte dos estudos sobre “Moda”, é *O espírito das Roupas: a moda no século dezanove*¹ (1987) se tornou referência no campo da moda e das relações sociais. Gilda de Mello e Souza que começou

¹A primeira edição ocorreu em 1952, sob a forma de livro, a tese *A moda no século XIX*, publicada na Revista do Museu Paulista, Nova Série, Volume V, defendida em 1950. Segundo Gilda de Mello e Souza (1987, p.7), naquela época o estudo constituiu uma espécie de desvio em relação às normas predominantes nas teses da Universidade de São Paulo. “Hoje a perspectiva mudou e o tema abordado, que talvez tenha parecido fútil a muita gente, assumiu com o transcorrer do tempo uma atualidade inesperada”.

sua carreira nas ciências sociais descreve e interpreta as vestimentas e hábitos do século XIX e volta-se para as mudanças e conquistas que surgiram com a virada do século.

Para Souza (1987, p. 19), o conceito da moda poderia ser empregado em dois sentidos; o primeiro “abrange as transformações periódicas efetuadas nos diversos setores da atividade social, na política, na religião, na ciência, na estética”, de forma que seria possível falar sobre modas estéticas, modas religiosas, entre outros; enquanto o segundo seria “reservado às mudanças periódicas nos estilos de vestimentas e nos demais detalhes da ornamentação pessoal”.

As mudanças da moda dependem da cultura e dos ideais de uma época. Sob a rígida organização das sociedades, surgem anseios psíquicos subterrâneos que a moda pressente a direção. Na sociedade democrática do século XIX quando os desejos do prestígio se acumulam e crescem as necessidades de distinção e liderança, a moda encontrará recursos infinitos de torná-los visíveis (SOUZA, 1987, p. 25).

A obra de Gilda de Mello e Souza permite a análise das normas que moldavam o comportamento feminino tanto no cenário privado (foco do convívio feminino), quanto no cenário público, em que apareciam os homens em grande parte do tempo e as mulheres em momentos selecionados; entendendo os costumes e a atuação da moda através das suas especificidades levando em conta os grupos sociais.

Logo, chega à conclusão que a moda se encontra em oposição aos costumes. A autora afirma que a moda atua para acentuar as divisões em classes, impulsiona o desejo pela individualidade (seja como indivíduo ou como parte de grupos sociais). Portanto, se configura como uma linguagem composta pelo cruzamento entre gostos, sentimento de pertencimento, convenções sociais e as definições dos papéis sociais de homens e mulheres.

Essas convenções sociais implicam na visibilidade através das vestimentas, aparições em público e a combinação de valores que controlassem o corpo sob as normas de igreja e dos bons costumes, para que as mudanças não levassem à desaprovação social das vestes e do comportamento. Souza (1987, p.55) se refere também às oposições dentro da sociedade, como os contrastes de nível social, profissão, etc., mas dessas oposições “a que mais nos impressiona, porque se estampa numa diferença marcada de configuração física, é o que existe entre os sexos”.

Aqui, não só um contraste biológico, mais acentuado que entre os animais, afasta a mulher do homem. Mas todo um conjunto de diferenças acentua através da roupa, características sexuais, modula de modo diferente a voz da mulher, produz um vagar maior dos movimentos, um jeito de cabeça mais languido sobre os ombros (SOUZA, 1987, p.55).

Sob essa perspectiva de concepções de gênero², discriminações e desigualdades em uma dinâmica social, a autora elucida que “diante de um antagonismo tão marcado é difícil saber o que foi obra da natureza e o que foi acrescentado por séculos de mútua segregação e tarefas diversas”, presente desde o uso dos espaços sociais até o acesso ao conhecimento e experiências.

Outra importante referência presente no estudo da moda é a autora Daniela Calanca na obra *História Social da Moda* (2011). Para a historiadora, a moda nem sempre foi vista como um instrumento que possibilitava análises, por isso afirma que a desvalorização desse estudo pode ser “compreendida dentro de um âmbito historiográfico mais amplo, (...) alguns historiadores definem a história social como uma nova história e outros como uma história fraca”. No entanto, a investigação sobre modos e relações sociais é capaz de reconstruir setores sociais, mas principalmente constituir a construção das relações.

As convicções sobre as quais se baseiam a aquisição e a posse do vestuário documentam a conexão estreita entre alguns aspectos da cultura material e alguns imperativos éticos, filosóficos ou jurídicos que vão desde as leis suntuárias³ a determinadas obrigações relativas às roupas. Disso decorre que o discurso histórico especificamente econômico move-se dentro da rede das normas e dos valores que caracterizam a vida prática de determinada sociedade (CALANCA, 2011, p. 39).

Através dessa ligação entre corpos, vestimenta, vida privada e representações, Calanca aborda aspectos que compõem a organização social cotidiana e a análise de elementos presentes no vestuário, de acordo com as condições de uso, expressões e significados. Afinal, a dinâmica do cotidiano se configura como uma tradução do comportamento e práticas adotadas por homens e mulheres, levando em consideração as intervenções do cenário urbano e da modernização.

² O conceito de gênero ainda não era utilizado nas ciências sociais, embora a autora faça uma análise como precursora.

³ Para Daniela Calanca (2011), as leis suntuárias eram um termômetro do governo no período da Idade Média com vistas a regulamentação das vestimentas feitas pelos ricos, que não poderiam ser usadas pelas classes mais baixas.

Ainda conforme Calanca (2011, p.39), o historiador que estuda a indumentária tem a possibilidade de trabalhar com questões culturais, “o consumo ostentatório; a representação simbólica das hierarquias econômicas e sociais; a distribuição das marcas de origem; questões repletas de condições morais e sujeitas” a uma reconstrução que se estende durante todo o processo histórico, ocorrendo de forma gradativa e complexa.

Nesse sentido, para a autora, o termo moda transborda o conceito de vestir, pois ao mesmo tempo em que o corpo tem relação com o social, possibilita desenvolver a construção de uma identidade, mas principalmente, investigar grandes estruturas da sociedade, como a “superação de resistências sociais, culturais e morais, que muitas vezes se concretizam em leis” contra determinadas modas, usos e maneiras, entre outros processos.

As relações e definições de papéis sociais de homens e mulheres que ocorrem durante o início do século XX, reforçam ensinamentos e brincadeiras que estimulavam o masculino à busca pela liberdade, sustentando a individualidade e a posição de virilidade na sociedade. Dotado de força física, capacidade intelectual e a garantia de livre circulação no espaço público, os homens das classes médias e altas, trajavam vestimentas sóbrias, simples e com acessórios que afirmavam suas posições sociais e indicavam seu nível de prestígio.

Quando a formação social está voltada para as gestas dos antepassados, não pode existir a lógica da moda, visto que ela privilegia o presente e o novo, contrapondo-os do modelo pelo qual tudo é legitimado por um passado imemorable. Para que haja o reino da moda, é necessária uma concepção do homem que lhe reconheça a incapacidade de modificar as estruturas sociais e a autonomia em matéria de estética das aparências (CALANCA, 2011, p.25).

A abordagem sobre o universo da moda é apropriada pela união de aspectos teóricos, que visam o levantamento das configurações sociais, dos cenários de transformações encontrados no meio urbano, seja através da estrutura da cidade ou pela alteração das relações dos indivíduos e seus comportamentos nos espaços privado e público; e também, pelas ferramentas utilizadas para iniciar o processo de identificação das diferenciações entre as classes sociais, que buscavam uma forma de se manter e estabelecer enquanto status social, visibilidade e vestuário.

Por isso, além de ser um tema que envolve padrões de beleza e econômicos, projeta os comportamentos sociais e a forma como as mudanças estimulam a construção de barreiras em relação a liberdade feminina, a força e a masculinidade, que direcionam às implicações dos acontecimentos em relação às condições morais e aos discursos normativos.

Assim como Calanca, Gilles Lipovetsky (2009, p. 13) acredita que “a moda está nos comandos de nossas sociedades; a sedução e o efêmero tornaram-se, em menos de meio século, os princípios organizadores da vida coletiva moderna”. Na obra *O Império do Efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas*, a moda está presente na “existência das rivalidades de classes, nas lutas de concorrência por prestígio que opõe as diferentes camadas e parcelas do corpo social”. (LIPOVETSKY, 2009, p.10).

Segundo Lipovetsky (2009, p.11), “a história da moda é problemática” e apesar de compreender vestuário e outras extensões dessa dinâmica voltada para a questão da beleza e aparência, a moda já não é caracterizada como apenas decorativa, mas é responsável pelo princípio do consumo, comunicação e se torna uma das bases organizadoras da vida moderna.

Quaisquer que sejam os choques sociais e as cristações corporativistas que freiam o processo de modernização, este está em curso e se acelera, a moda não faz desaparecer as reivindicações e a defesa dos interesses particulares, ela as torna negociáveis; as lutas de interesses, os egoísmos permanecem (LIPOVETSKY, 2009, p.15).

As transformações de moda trouxeram novos ares para o convívio social, porém acabaram acentuando as definições dos papéis sociais, e em especial as vestimentas de homens e mulheres. Apesar de continuar despertando críticas e de chamar atenção para tudo que não era enquadrado nos padrões morais, a reprovação se tornou constante nesse meio, pelos desvios provocados do uso inapropriado do vestuário e das posturas adotadas. Portanto o autor considera que a moda favorece o olhar crítico sobre o gosto e a elegância do outro, resultando em juízos estéticos e sociais dos indivíduos.

Em *Mulheres dos Anos Dourados* (2014), Carla Bassanezi Pinsky sustenta seu discurso através da ligação entre gênero, moda, representações e sociedade. A historiadora aborda os jogos de poder envolvidos nas relações entre homens e mulheres, com o objetivo de demonstrar com clareza o contexto histórico com a movimentação referente às relações

familiares, de trabalho, sexualidade, entre outras formas de focar em uma história social, apresentando as diferenças sexuais como produtoras e produtos das relações sociais, a falta de naturalidade nos conceitos e significados históricos dessas interações, com o objetivo de elucidar e discutir as diferenças sexuais para que não resultem em desigualdades.

Para Pinsky (2009, p.10), “as figuras da boa esposa, da moça de família, da jovem rebelde, do bom partido, do marido ideal, da outra e da leviana com quem os rapazes namoram mas não casam”⁴, são expressões de uma construção cultural do que é percebido como diferença dos sexos, todavia enquanto os contextos sociais se constituírem pela multiplicidade, essas construções serão passíveis de revisões, novas interpretações e conceitos.

A autora utiliza como fonte documental em seu trabalho, as revistas femininas voltadas para uma classe média urbana, que mostravam assuntos e valores direcionados à essa específica camada social. A investigação tenta recuperar através das fontes, as práticas cotidianas da sociedade que estão envolvidas em conflitos e contrastes que já se fazem presentes na historiografia, porém dando ênfase à abordagem da moda, comportamento e seus desdobramentos, como o casamento, a liberdade, o trabalho e outros elementos que direcionam a valorização de símbolos e práticas que levam à distinção social e sexual. Em razão disso, analisa as condições de vida e as experiências humanas ligadas ao cotidiano que comprovam as singularidades que influenciam a formação do indivíduo como cidadão.

Revistas e outros meios disseminam o parâmetro moral aceito para o convívio social. Por mais que as novidades da moda e da urbanização estivessem em alta, as discussões sobre gênero repousavam no silêncio da manutenção das conveniências sociais, para conservar homens e mulheres em seus locais “naturais” através do controle social que impõe às mulheres a missão divina maternal e conjugal, e aos homens, a busca pela liberdade e vivência.

Pinsky (2014, p.78) destaca que “os espaços e atribuições ligados ao masculino e feminino foram delimitados” socialmente, pois os discursos normativos eram responsáveis por levar às mulheres verdadeiros manuais para o comportamento, que tinham como objetivo atender às expectativas da sociedade em relação à decência e moralidade, através

⁴ Em *Novos Temas nas aulas de História* (2009), Pinsky elaborou um artigo sobre Gênero e ensino de História em sala de aula.

das ações e do que se tornava visível, como os penteados, os momentos de passeio e até as cores das vestimentas, reforçando desta forma o lugar do masculino e do feminino nas relações sociais e de gênero.

A hierarquia fica ainda mais clara quando por exemplo, as revistas ensinam a jovem a melhor maneira de se comportar diante de um rapaz, de modo que ele a veja como uma “boa moça”, pois não basta ela atraí-lo; alimentar o potencial de um possível futuro casamento deve ser o principal objetivo. A grande maioria dos conselhos, nesse sentido, procura fazer com que a moça adapte suas atitudes em função de agradar o homem (PINSKY, 2014, p. 78).

Nesse contexto, as relações de gênero baseadas em valores tradicionais, encobriam conflitos e contradições, como a discriminação feminina, que é um claro exemplo do resultado desses choques sociais e das regras estabelecidas. Ainda assim, havia o espaço de intervenção das mulheres, dentro de um diálogo que permitia expressões e negociações, já que a estrutura social foi alterada também por influência das transformações físicas no âmbito público, o que incentivou um novo olhar sobre as novas representações de gênero e o aumento do controle sobre elas, pois o novo significava insegurança e abertura para novas propostas, causando pavor nos conservadores.

A atuação de homens e mulheres como sujeitos históricos oportuniza enxergar a complexidade das relações de poder, mesmo com a participação das mulheres no âmbito público em busca de trabalho, o ideal da realização do casamento e o incentivo ao acesso às novas práticas, a intenção era incorporar valores que se aproximavam dos princípios morais reconhecidos como firmadores da convivência e do bem estar social, e que não causassem desordem e desestrutura entre os espaços ocupados pelo feminino e masculino.

A hierarquia de poderes na sociedade conjugal em que o masculino domina é justificada comumente por referências às leis da natureza. Mas também podem servir como argumentos às Leis do Estado, o costume social, o temperamento do homem brasileiro (latino) e as inalteráveis leis divinas, além de ideais cristalizados da harmonia familiar (PINSKY, 2014, p.211).

Entre o indivíduo, a família e a pátria, existem ferramentas para manter os interesses de determinado grupo através das normas sociais. Por isso, garantir o enfrentamento aos discursos que expandem a hierarquia de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres incentiva o afastamento de estereótipos e normas que marcam essas

relações carregadas pelas imposições sociais, e o crescimento de manifestações contra as desigualdades existentes.

Seja através do uso de periódicos ou estudos bibliográficos, a construção da memória e a análise de acontecimentos coletivos e/ou individuais, ocorrem para encontrar uma conexão entre as transformações urbanas, comportamento e aparência. Visando a busca por novos caminhos do estudo da moda, existe a preocupação e responsabilidade em utilizar questões que elucidam a dinâmica das alterações sociais por meio da análise da moda e representações de gênero. Apesar da produção de trabalhos acadêmicos referente a este tema ainda ser restrita, o processo de modernização das cidades e as interpretações do vestuário, comportamento e outros códigos, compõem uma nova abordagem em torno do papel social das relações de gênero, da moda e o contexto histórico em que todas as ações são desenhadas.

A moda assume uma função importante como veiculadora de símbolos que conferem status, visibilidade e distinções, uma vez que é admissível estabelecer ligações com diversas dimensões sociais. O modo de vestir demarca grupos sociais, define o enquadramento econômico, reproduz ideais e discursos acerca das mudanças, conflitos e o desejo de transformação unido a ideia de progresso.

Em *A Moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*, a escritora Diana Crane faz uma análise das relações criadas com as transformações do uso da moda e se torna parâmetro para as reflexões sobre o papel desempenhado pela vestimenta.

A escolha do vestuário propicia um excelente campo para estudar como as pessoas interpretam determinada forma de cultura para seu próprio uso, forma essa que inclui normas rigorosas sobre a aparência que se considera apropriada num determinado período, o que é conhecido como moda, bem como uma variedade de alternativas extraordinariamente rica (CRANE, 2006, p.21).

O modo de vestir incorpora elementos das relações de gênero, relevância das roupas e o acesso às transformações dos modos de ser e agir. Por isso os significados e valores atribuídos provocam a construção de um elo com o social. Para a autora (2006, p.200, “a moda por ser uma das mais evidentes marcas de status social e de gênero”, é útil para “manter ou subverter fronteiras simbólicas”. Por ser também uma das formas visíveis de consumo, o vestuário tem importância na identificação do indivíduo no espaço público e privado, mas envolve uma construção fundamental no delineamento da identidade.

As alterações das vestimentas podem informar uma base de interpretações sobre as transformações na sociedade. Conforme Crane (2006, p.47), “as roupas da moda são usadas para fazer uma declaração sobre classes e identidades sociais”, ainda que essas mensagens passem pelos papéis sociais ou como são percebidas as relações entre os indivíduos. Por exemplo, as mulheres do século XIX usavam roupas que demonstravam a concepção dominante e nada prática, pois as roupas eram pesadas e problemáticas, desde a adoção dos tecidos que divergia do clima dos locais onde eram utilizados, até a ocupação destes no corpo, ora cobrindo braços e pernas, ora destacando as linhas voluptuosas femininas, tudo isso a despeito de regras conservadoras que encaixavam as mulheres em correntes de normas que deveriam ser cumpridas.

A moda sempre estabelece uma pauta social para as mulheres e as maneiras de vestir-se são sempre motivadas socialmente. No século XIX, essa pauta era conservadora, calcada em uma concepção completamente aceita dos papéis femininos. Nas décadas de 1920 a 1960, a pauta da moda revelou-se mais progressista para as mulheres ao reformular sua aparência em consonância com as mudanças ocorridas em seus papéis sociais e no restante da sociedade (CRANE, 2006, p. 53).

Nesse sentido, a moda expressava ideais do comportamento, incorporava gostos e interesse dos grupos sociais, além das regras sobre identidade sexual e forma de ser mulher e homem, inclusive pela permanência de resquícios do passado. Conforme Sousa (1987, p. 57), “homens e mulheres não são considerados como termos opostos e antagônicos, mas sim como duas faces de uma mesma humanidade”, por esse motivo se faz necessário reconhecer que a definição desses papéis sociais interferiu nos hábitos, valores, na política e economia ainda nos dias atuais. Têm-se uma maior proporção da atuação masculina no campo profissional, contra uma porcentagem inferior feminina. Mulheres que lutam pela representatividade e aceitação da diversidade de papéis que podem assumir, longe de ser apenas mãe ou cuidar da casa, se abre um novo leque de opções.

As ocupações femininas eram voltadas para a vocação pelo doméstico. No século XIX toda a instrução remetia a ensinamentos sobre música, noções básicas de português, corte, costura e atividades na cozinha, que reforçam o quanto foi naturalizado que o destino feminino e sua realização só poderiam ser alcançados com a submissão, o casamento e a maternidade que levariam prestígio e afirmação social. A vida privada exigia uma rotina que unisse elementos aceitos tradicionalmente e que não implicassem em afrontas às regras sociais, embora existisse um padrão para “educar” crianças e jovens de classes mais

abastadas, é visível o quebra cabeça das relações sociais. Uma única vertente de execução é adotada como padrão exclusivo, no entanto, o trato com o masculino ampliava as noções sobre liberdade e a expansão social, encaixando horizontes femininos em desvalorização e distanciamento.

Pode-se dizer sem maiores dúvidas que o trabalho de bons historiadores ao longo do século XX não fez mais do que estender a novos objetos a consideração radical da historicidade, o que se concretiza no fato de que cada vez mais novos objetos antes pensados como naturais caem sob a perspectiva da análise histórica (SILVA, 2015, p.41).

As mulheres ainda enfrentam uma jornada dupla de trabalho, entre a profissão e os afazeres domésticos (mais os cuidados com os filhos), assim como as críticas direcionadas àquelas que optam por não realizar nenhuma vértice do desejo maternal – no sentido mais atual, seja por meio da concepção da gravidez ou pela adoção; as desvantagens profissionais pelo fato de “ser mulher” e encarar o mesmo cargo que os homens; a desaprovação da aparência e comportamento. Desta forma, há uma necessidade de fragmentar o âmbito social e descaracterizar o que é concebido como natural ou normal, já que todas as ações de hábitos, costumes e características corporais observadas, abrangem anseios de uma ordem que não se restringe apenas à estética e beleza.

A moda contribui para redefinir identidades sociais ao atribuir constantemente novos significados aos artefatos (...) roupas da moda são bastante significativas para os consumidores porque expressam as ambivalências que cercam as identidades sociais, tais como juventude versus idade, masculinidade versus feminilidade, androginia versus singularidade [...] trabalho versus diversão, conformismo versus rebeldia (CRANE, 2006, p.43).

Assim, o estudo da história, as transformações que ocorrem no tempo e no espaço, permitem desconstruir o que é considerado como permanente na sociedade, como as definições de papéis sociais e as limitações sobre o que pertence ao feminino e masculino. Apresentar essas mudanças e o que levou a elas é uma forma de mostrar o papel transformador do tempo, que torna os pontos fixos passíveis de uma análise minuciosa, que tende em se voltar para as diferenças e a uma perspectiva histórica, que traça os caminhos percorridos, as condições as quais foram submetidas e a construção ou não de novas definições dos significados sociais.

Um dos elementos que atravessam o estudo sobre moda é a construção da identidade através das relações, pois envolve as representações do cotidiano e o

pertencimento a grupos sociais. Portanto, as condições que influenciam o comportamento são diversas, posto que a manutenção de riqueza e prestígio que levavam ao consumo e a condição social, culminavam em uma estratégia para a distinção. Crane (2006, p.43) se refere a essa movimentação como uma contribuição, na medida em que, “o fascínio da moda reside nos modos como ela continuamente redefine essas tensões e incorpora novos estilos”, para que alcance a interpretação das “ligações entre sua própria noção de identidade e a identidade social conferida pela condição de pertencer a vários grupos sociais”.

Para Chartier (1991, p.178), existe uma valorização da cultura em termos de classes sociais, já que se constrói essa análise através de uma categoria que permite ver o objeto ausente, ou seja, a “realidade” construída por diversos grupos passa pela reconstrução de uma identidade social e até a perpetuação de estratégias, tendo em vista que a representação possui um elo entre a compreensão da existência de regras e o próprio exercício do poder dentro da estrutura social. Em razão disso, Crane (2006, p.454) avalia as mudanças da natureza da moda e enfatiza que “as escolhas de vestuário refletem as formas pelas quais os membros de grupos sociais e agrupamentos de diversos níveis sociais veem a si mesmos em relação aos valores dominantes”.

O próprio espaço ocupado representa uma distribuição de poder e status. A moda, os costumes, até os móveis e adereços, tudo lembra a organização social. O que é adotado por indivíduos economicamente abastados são aspectos que passam a ter valor de acordo com quem está usando, o ambiente em que está localizado, sem contar especificamente a sua função, e sim as características que movimentam a vida e o status social. De acordo com Halbwachs (1990, p.145), “é necessário que a todo instante cada parte saiba onde encontrar a linha que delimita os poderes que elas tem, uma sobre a outra”.

A pauta social da moda sempre fala para e por certos grupos sociais, e exclui outros. No século XIX, as bases para a exclusão eram o status inferior de classe social e a não conformidade a um ideal de gênero específico. No final do século XX, a exclusão tende a se basear na idade e, em alguns casos, na raça. (...) códigos e discursos de vestuário surgem para proporcionar um meio de falar de si de uma forma que a moda negligencia. As mulheres do século XIX e as minorias do século XX desenvolveram seu próprio estilo de comunicação através do vestuário (CRANE, 2006, p.473).

Por essas disputas de legitimação dos grupos, equilíbrio e adequação às novas condições sociais exigidas pelos aspectos político, econômico e das relações de prestígio, Nora (1993) aponta que a memória “cristalizada” desses processos, se torna “suspeita para a história”. Os valores estabelecidos dentro das configurações sociais definem a conexão entre memória e identidade. Tanto as lembranças particulares, quando as individuais, são simbólicas, porém o enquadramento dessas memórias se dá pela relação de poder estabelecida entre elas. Logo, os grupos dominantes determinam o que pretendem dar atenção, reforçando interesses e/ou ocultando informações.

Essa fortificação ou enfraquecimento da memória foram percebidos diante do levantamento documental. Os temas e notícias veiculados não eram destinados a todas as classes sociais. Anúncios referentes a objetos de decoração, componentes para a saúde, convites para festas, instruções de comportamento e novidades nas lojas de modas da cidade tinham um público certo para atingir. Para Crane (2006, p.42), “há importantes diferenças na orientação de consumo tanto no âmbito de uma classe social como entre as classes”, características como a localização e clima, educação e renda, interferem nas escolhas de mercado, já que o consumo passa por definições de requinte, preocupação com a imagem, o conhecimento das novas informações e a projeção das satisfações materiais incentivadas pelo “progresso”, que tem implicações sociais importantes, juntamente com a ação do impulso da mídia em aguçar o desejo pelo consumo e pela inclusão no mundo das novidades.

(...)o valor de uso das mercadorias não é o que motiva profundamente os consumidores; o que é visado em primeiro lugar é a posição, a conformidade, a diferença social. (...) É precisamente essa lógica do objeto signo que impulsiona a renovação acelerada dos objetos mediante sua reestruturação sob a égide da moda: só há efemeridade e inovação a fim de reproduzir a diferenciação social (LIPOVETSKY, 2009, p. 199).

Nem todos os indivíduos dispõem das ferramentas necessárias para participar desse jogo de disputas. Na balança social, as condições econômicas pesam significativamente. Como afirma o autor, essa corrida pelos desejos e consumo adentra a lógica de repensar as diferenças sociais de outra forma, pois se refere à “uma era que destruiu as hierarquias de nascimento” e adotou a “corrida pelo consumo”, de modo que o surgimento das novidades “não encontram sua fonte na motivação do prazer, mas operam-se sob o ímpeto da competição estatutária”.

As classes mais favorecidas revigoram suas relações e o sentimento de pertencimento através dessa busca pela identificação visual com seu status em sociedade. Os passeios nas ruas, as festas e reuniões, todas as referências ao que poderia ser notado nos trajes elegantes vestidos pela classe burguesa e camadas médias, com intuito de manter vivo o refinamento e assumir a posição de distanciar as classes por meio de símbolos e padrões, que desfazem qualquer semelhança entre os segmentos sociais.

(...)significar a posição social, torna-se uma referência importante, adquire um valor de modelo interpretativo insuperável para apreender no consumo uma estrutura social de segregação e de estratificação. Assim, jamais se consome um objeto por ele mesmo ou por seu valor de uso, mas em razão de seu “valor de troca de signo”, isto é, em razão do prestígio, do status, da posição social que confere (LIPOVETSKY, 2009, p.199).

Criar possibilidades de identificações visuais entre os pares sociais funcionava como estratégia para revigorar as relações do círculo social, mas principalmente, porque a moda se constitui também um signo distintivo. Lipovetsky (2009, p.200), mostra que diferença social e o consumo conferem uma nova forma de regulação social e por não convergir com o interesse entre classes, termina por colocar “cada um em seu lugar”, ainda que a ideia seja o impulso do consumo, desencadeia uma produção também, de “emblemas sociais”.

O estudo sobre moda também é considerado uma “produção e uma reprodução permanente do social”. Para Godart (2010, p. 33), a moda se tornou um “elemento essencial na construção identitária dos indivíduos e dos grupos sociais”, assim como as roupas, que “são um elemento importante, mas não o único”. Desse modo, as condições que influenciaram o comportamento e a consciência de classe revelam estratégias para o indivíduo se consolidar socialmente.

Os trajes se envolvem em um significado de importância social, “como os primeiros bens de consumo a se tornarem amplamente disponíveis. O vestuário era útil para confundir (...) como meio de desvencilhar-se de restrições sociais e aparentar” ter mais posses econômicas do que realmente existia, afirma Crane (2006, p.135). Ainda segundo a autora, o deslumbramento da moda estava no fato do indivíduo poder se tornar muito mais atraente e poderoso, evidenciando o valor pessoal e os padrões vigentes.

Consequentemente, conceitos como belo, feio, moderado, urbano, surgem nessa dimensão e podem ser alterados ou mantidos, levando em consideração a dinâmica do

processo histórico. Nesse sentido, as definições estão relacionadas com as possibilidades de interpretação, de modo que esses significados estão atrelados à forma como os conceitos são aplicados, lembrando que existem vários sentidos para a mesma ideia. Logo, as estratégias de leitura abrem novas possibilidades sobre as definições da natureza dos conceitos, partindo do princípio que estes:

Foram usados repetidamente até se tornarem instrumentos eficientes para expressar o que pessoas experimentaram em comum e querem comunicar. Tornaram-se palavras da moda, conceitos de emprego comum no linguajar diário de uma dada sociedade. Este fato demonstra, que não representam apenas necessidades individuais, mas coletivas de expressão. A História coletiva neles se cristalizou e ressoou (ELIAS, 2011, p.26).

A reconstrução da memória permite novas interpretações e valores, que é constante devido aos acordos com o tempo, lugar e os interesses, até alcançar a cristalização desses significados. Os conceitos são transmitidos, por esse motivo, faz parte da vida social e adquire uma função, pois como afirma Pollack (1989, p.2), “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias recorrentes”.

Daí as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meada das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja reproduzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles (CHARTIER, 1991 p.177).

Se há uma complexidade nas relações sociais, que vai além das tradições e da superficialidade do cotidiano, as permanências e descontinuidade servem de base para as regras adotadas por diferentes grupos sociais, com o objetivo de construir sua identidade social, mas também pela tentativa de conservar as vantagens de um grupo sobre outro, seja através da visibilidade social, ostentação ou pela autoridade exercida. Portanto quando as regras são delineadas, as relações são produzidas pelos que tem prestígio, favorecendo a manutenção do poder e com isso, o distanciamento do que é considerado como popular, juntamente com a ampliação das vantagens que são desenvolvidas com as práticas da relação dominação e subordinação.

Assim, essas construções mantém confortáveis os privilegiados, que se distanciam do ritmo diário dos outros segmentos sociais, gerando a manifestação de padrões em defesa

dos costumes, tradições e normas referentes ao fortalecimento da estrutura de determinada classe. Por isso, compreender como as relações podem ser manipuladas e distorcidas se torna indispensável, uma vez que as relações são estabelecidas por grupos sociais dominantes, mas se estendem aos menos favorecidos e excluídos socialmente. Daí a importância em refletir sobre a variação dos conceitos e a rigidez conceitual, para aplicar nas lacunas provenientes do passado que impulsionam a investigação no presente. Como exemplo, a oposição entre as definições de beleza feminina aplicadas no século XIX e no XX; de um lado, mulheres com curvas mais acentuadas indicando a fartura econômica da família, o destaque ao instinto materno derivado dos seios fartos e quadris largos e os vestidos pesados; enquanto no outro século, o ideal de beleza feminino se aplicava às mulheres magras, característica que ajudaria a locomoção nos passeios e outras atividades, junto com as roupas leves, que garantiam a participação em ambientes públicos de forma mais tranquila, sem o desconforto causado pelas camadas excessivas de roupas, que dificultavam até o ato de caminhar.

Todas as referências ao passado, conforme Pollack (1989, p.2), “servem para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também, as oposições irreduzíveis”, reforçando dessa maneira, a demarcação e as limitações existentes entre o individual e o coletivo, pois o processo de consolidação das experiências do passado influencia a transmissão de significados e a forma como são percebidos, principalmente quando a naturalidade destes é questionada.

Uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto essa cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras (ELIAS, 2011, p.26).

Essa ideia de naturalidade surge de acordo com os grupos sociais, com a história e experiências evidenciadas, já que existem indícios de um abismo entre as classes sociais média e alta em relação a baixa correspondente aos conflitos que surgiram com a disputa de interesses, relações de resistência e exploração, além de normas reguladoras que estão fora do campo do bem comum. Por este motivo, se torna tão importante ter conhecimento sobre as evidências, a produção da fonte, a localização e as motivações de quem as desenvolveu. Assim como se faz importante a reconstrução da memória, pois é através dela

que se alcança a definição de um significado, de uma palavra ou de um acontecimento, que são inseridos em um contexto de interesses e relações sociais.

A relação entre moda e história possui referências que se modificam com o tempo. Moda possui um turbilhão de significados, embora neste trabalho seja definida pela vestimenta e comportamento, faz parte de uma cronologia que fixou definições políticas, sociais e econômicas através da modificação do tempo. Tanto a memória quanto a identidade constituem vínculos que se completam por meio das disputas sociais, pelo sentido da vida em grupo e a capacidade de produzir representações.

Dar ênfase a todo o processo de reconstrução da memória e a relação entre as diversas faces que adquire a História, demonstra as visões sobre as modificações das simbologias, das experiências e principalmente, ao processo de reconstrução da consciência histórica, passando por uma espécie de negociação sobre o que permanece, o que se desdobra e o que se desfaz.

Portanto, a complexidade da dinâmica de uma pesquisa voltada para as determinações da moda nas relações sociais entre homens e mulheres, e os efeitos das ações dos grupos de poder, convergem com o cotidiano e o comportamento. Por mais que a história oficial carregue essa dificuldade de localizar as classes menos favorecidas e os excluídos sociais, a construção dela não exclui a importância das identidades e memórias dos menos privilegiados, pois como afirma Malerba (2011, p.127), a história é “um campo ideológico de batalha, no qual pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado e agradecem a si mesmos”.

Assim, a moda e as relações sociais entre homens e mulheres, surgem como objeto para uma interpretação histórica, por meio das ramificações que a história social construiu com as relações pessoais, juntamente com as características e interesses das identidades e grupos sociais, associados às manifestações da moda como expressão de beleza e representações, dentro em um período que a configuração urbana sofria alterações gradativas e produziam reflexos nas vestimentas, no comportamento, bem como na tradução das linguagens de tempo, cultura, gosto e aparência.

1.2 A Casa e o Botão: moda e novas linguagens

Com o desenvolvimento dos novos campos da historiografia e das novas linguagens, a História Social da Moda e dos costumes, ganha espaço dentro das transformações sociais, culturais e econômicas da sociedade, por evidenciar relações com o mundo em coletivo e o individual. Aliados às mudanças de padrões, a moda revoluciona as relações dos componentes sociais em vários aspectos: pelas vestimentas, o exibicionismo, as transformações dos costumes, os modelos tradicionais para a constituição da família, assim como o abalo da moral e o destaque para o corpo, por abordagens que expõem os significados históricos e sociais. Informações que circulam em todas as camadas da vida cotidiana, pelo teor estético, pelas perturbações que trouxeram as novidades e pelas pressões que envolviam os elementos que definiam os padrões e códigos da moda.

A moda conquistou todas as esferas da vida social, influenciando comportamentos, gostos, ideias, artes, móveis, objetos e linguagem. Em outras palavras, desde que ela surgiu no Ocidente, no final da Idade Média, não tem um conteúdo específico (CALANCA, 2011, p. 13)

O estudo da moda oferece ferramentas que ampliam o olhar sobre a constituição e manutenção de classes, as formas das vestimentas ao longo do tempo, as visões da história oficial sobre uma face dos acontecimentos e a utilização dos vestígios a favor de determinados grupos sociais, fatores importantes para compreender as relações sociais e de gênero, e os contextos em que as mudanças adquirem valor e definição.

Bonadio e Matos (2011, p.17), indicam que o aumento das produções acadêmicas sobre moda se deu devido às transformações ocorridas no campo da historiografia no século XX que permitiram a desintegração do que era considerado moda, resultando em inúmeras variáveis, como o “vestuário real”; o “vestuário escrito”, que se configura nos discursos produzidos sobre moda, por meio de livros e textos acerca da moda; e, “ as imagens produzidas a partir da moda”, com fotografias, ilustrações, representações pictóricas, entre outros, além de observar as interseções entre eles, bem como suas “relações entre sociedade e cultura”.

É necessário aprender a interpretar os costumes, valores e discursos presentes em cada período da história devido a dificuldade de identificar as deformidades apresentadas pelas fontes, posto que estas são construídas com intenção, baseadas em opiniões e o interesse em fixar uma lado da verdade. As fontes são tratadas como um armazém de

informações, que podem ser munidos de muitas informações, construídas através de registros e processos do cotidiano. Portanto, ainda de acordo com Bonadio e Matos (2011, p.16), há uma necessidade em entender os objetos em seus contextos sociais e nas mudanças estruturais; “mais do que descrever de forma minuciosa o que cada um estava usando, urge perguntar os porquês e as condições de tais usos, bem como por quem e em quais circunstâncias tais imagens foram produzidas e assumidas”.

Estas questões são importantes (...) as fontes históricas, além de permitirem que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós, permitindo que se realize este “estudo dos homens no tempo” que coincide com a própria História, também contribui para que o historiador aprenda novas maneiras de enxergar a História e novas formas de expressão que poderá sempre empregar em seu texto historiográfico (BARROS, 2013, p.86).

O trabalho com as fontes exige novos questionamentos aos documentos para a extração de informações como as representações e os discursos presentes, por exemplo, que incluem a exploração do tema pelo viés da pesquisa histórica. Essa perspectiva de pesquisa nos periódicos e em outras fontes, evidencia a construção de um novo campo de abordagens que impulsionaria o trabalho do historiador em busca de temáticas distantes das tradicionais. A materialidade do periódico e a estrutura que ele apresenta se tornam fundamentais para entender como estas fontes criavam ligação com o público alvo e como os conteúdos influenciariam as camadas sociais. Desse modo, as dúvidas sobre os documentos, seus objetivos e intencionalidades, envolvem os questionamentos às fontes estudadas e as críticas às informações apresentadas.

Para Novelli (2011, p.264), “os discursos podem adquirir significados de muitas formas, inclusive pela diversidade de elementos tipográficos e de ilustrações, bem como a ênfase em certos temas”, e não menos importante, “a linguagem e a natureza do conteúdo” se configuram em uma forma de preparar o público que querem atingir.

Isso remete aos aspectos relacionados com as condições teóricas – em si dotadas de historicidade, mas quase entrecruzam em contextos socioculturais específicos: na forma como os impressos chegam às mãos dos leitores, na sua aparência física (forma), qualidade de impressão, capa, ilustrações e/ou imagens fotográficas, na estruturação e divisão do conteúdo, nas relações que os impressos mantêm com o mercado, na publicidade apresentada, no público visado (NOVELLI, 2011, p.265).

A expansão dos campos de investigação no processo historiográfico implica em uma configuração que conecta todos eles. Ainda de acordo com Novelli (p.265), as fontes

agregam interesses e os periódicos estão “longe de ser caracterizados como obras solitárias, nem homogêneas ou coerentes”. Voltadas muito mais para a dimensão social, cotidiano e vida humana, os novos focos de orientação para o historiador não se resumem aos acontecimentos isolados.

Nessa direção, Barros (2013, p.49) aponta para a existência de um “labirinto” que é apresentado aos historiadores, justamente pela proporção da amplitude dos “diversos saberes” e a “multiplicação da linguagem”. A história política pode passar pela História Cultural, e isto nos leva a perceber que as dimensões dessa interdisciplinaridade, podem interagir ou se chocar, tanto no que diz respeito ao reconhecimento, quanto ao diálogo estabelecido entre essas informações. Segundo o autor, “se tudo é histórico, cada campo do saber tem a sua própria história e também comporta inúmeros objetos históricos. Da Física à Moda, da Medicina à Antropologia, da Botânica ao Direito, abundam objetos de pesquisa a serem contemplados” pela diversificação do conhecimento.

Barros (2013, p.36) ainda reforça que esses diálogos favorecem os historiadores ao produzir uma comunidade mais completa e diversificada, mas sugere o aprendizado do trabalho com as esferas do conhecimento, que inclui a atuação das transformações do tempo e das ações dos agentes sociais. Desse modo, a complexidade dos discursos resulta em um “agravamento dos problemas relacionados à desigualdade social e a afirmação das diferenças nas sociedades democráticas”, mas que configura “um interesse renovado em relação às modalidades historiográficas”.

O estudo da moda reflete, portanto, a introdução da indumentária e do comportamento como objetos de pesquisa, que relaciona regras e significados sociais por meio da abordagem referente ao discurso político, cultural, sociológico e econômico, entre o indivíduo – portador dos modos de vestir e das ações, o ambiente e o espaço onde essas vestimentas e outros símbolos agregam valor e significado. Conforme Salles (2011, p.288), a moda também apresenta uma dependência entre o que é novo e o antigo, mas se encarrega principalmente da “transmissão de valores, formas, e princípios passados num rearranjo que, ao mesmo tempo, os revitaliza e os destrói. Revitaliza ao estabelecer novas correspondências, criar instigantes configurações”, e destrói quando torna essas referências alheias à experiência histórica e coletiva.

Nessa direção, portanto, as roupas, os objetos com os quais cobrimos o corpo, são as formas pelas quais os corpos entram em relação entre si com o mundo externo. O corpo revestido pode ser considerado, substancialmente, uma figura que exprime os modos pelos quais o sujeito entre em relação com o mundo (CALANCA, 2011, p.17).

Por esse ângulo, o campo da moda é cercado por objetos de significação e valor, que evidencia a realidade social ao tempo em que torna visível o que é novidade. Por isso, Salles (2011, p.290) ressalta que a moda “seria capaz de antecipar as novas tendências da arte, as novas legislações, guerras e revoluções”, por reunir elementos instrumentos de expressão e controle, que resultam em uma forma distintiva da moda. Logo, destaca que a característica transitória da moda fica mais evidente devido a uma “concomitância com outros fenômenos culturais, como os meios de comunicação de massa, que colocam em circulação uma profusão dos signos identitários numa velocidade estonteante”, por essa razão, “a moda arranca da história, formas descontextualizadas, emancipadas de significados originais”; em especial, a preocupação com a inversão de valores.

Incorporações, rupturas, adaptações e continuidades, são fatores que dão espaço para essas novas interpretações que tem como viés estreitar a relação com o passado através da leitura do cotidiano da sociedade, mas, sobretudo pela ligação entre conceitos e categorias, que acabam funcionando como uma chave para a compreensão dos hábitos e comportamentos, dentro do contexto apresentado, embora apresente limitações problemáticas no que diz respeito às movimentações provocadas pela disputa social dos segmentos, e as relações entre os indivíduos.

A utilização dos periódicos como fontes, fornece instrumentos para compreender os impactos causados na sociedade em todos os âmbitos. Para Novelli (2011, p.260), os aspectos necessários para abordagem de qualquer documento, são: rigor e classificação. No entanto, oferece a análise e identificação de padrões que sofreram alterações junto com a estrutura social e urbana, e direciona o olhar para estas fontes sob a abordagem dos espaços de disputas políticas e ideológicas, de modo que a contribuição documental incentive o aprofundamento da discussão do tema, já que resgata os acontecimentos, além de fazer a conexão entre as datas e as representações encontradas nesses meios de difusão de informação e regras sociais.

Entender o periódico como fonte e objeto da pesquisa histórica significa entender o suporte como importante campo de significações, ou seja, estar alerta, primeiramente, para os aspectos que envolvem a

materialidade do suporte, pois este nada tem de natural (NOVELLI, 2011, p.261).

Para a autora, “reconhecer a relação estreita, complexa e dinâmica dos periódicos com as questões, implica em considerar a estruturação dos conteúdos veiculados. Há uma preocupação voltada para a análise dos discursos presentes na documentação, posto que estes eram marcadores dos espaços de pertencimento de gênero e sociais. A existência de uma função normatizadora tinha o objetivo de firmar os conceitos e significados tradicionais de aparência e gênero na sociedade, bem como a questão da hierarquização, no momento em que a moda é vista como uma definição de individualidade, devido às expressões de gosto, e da visibilidade, proporcionada pela dinamização da sociedade.

Imagens, tecidos, periódicos e outros objetos de análise estão envolvidos em um conjunto de sinais que dão destaque para a identidade e também, a credibilidade atribuída pela sociedade. Mattos (2011, p.160) foca na concorrência pelos sinais de prestígio, em virtude das posturas e hábitos em relação às representações, que conferem uma leitura do que é apresentado, ou seja, permitir o reconhecimento da submissão política e simbólica de parcelas sociais.

O estudo por meio da imagem como fonte histórica vai além da própria imagem e deixa entrever nas suas entrelinhas, outros sentidos e significados, pois a grandeza da imagem reside no fato de que ela não se esgota em si mesma. Logo, as imagens são formas de representação do mundo. Se elaboradas pela mente e retidas pela memória, forma pela qual construímos o nosso imaginário, ou construídas para ser exibidas e eternizadas (MATTOS, 2011, p.160)

Contudo, o processo de compreensão do papel social e da representação, apresenta uma forte definição de como os parâmetros de sobrevivência em sociedade, influenciavam as relações pelo viés econômico e pela assimilação de valores e símbolos que se enquadrassem nos padrões esperados e determinados, induzindo então, o consumo associado ao poder da imagem e do comportamento dos segmentos sociais.

Nesse contexto, é importante ressaltar que as transformações nacionais também se tornam relevantes dentro da investigação historiográfica, primeiro por tornar possível fazer comparações entre as regiões mais movimentadas econômica e politicamente, e as ações das proporções menores, regiões que podem ter características, problemas e práticas semelhantes ou divergentes; e segundo, pelas disputas presentes na imprensa, que deixam evidentes seus objetivos. Logo, a predileção ao estudo da moda, não constrói um muro

entre uma instrução familiar ou um anúncio em uma loja de artigos, mas fornece meios de identificar dentro da dinâmica social, formas de resistência e novos métodos para sobreviver às condições impostas pelos grupos que determinam poder e normas.

Segundo Godart (2010, p. 24), “os indivíduos e os grupos sociais enfatizam sua inclusão social, quer ela seja econômica quer estatutária, entre outras, por meio de processos de descrição identitária”, pois a moda apresenta sinais que devem fazer sentido para quem usa, para quem observa e para quem imita. O autor desenvolve sua ideia afirmando que a moda opõe-se ao costume e “zomba das fronteiras sociais, culturais ou geográficas”, embora a moda caminhe com os costumes, são as reproduções do cotidiano que fazem com que os grupos sociais se tornem cada vez mais idênticos, dentro de suas características, é claro.

O costume é uma imitação rotineira do passado para uma dada entidade social, uma nação ou uma cidade, a moda é uma imitação do longínquo no sentido temporal ou espacial. O costume é a normalidade rotineira da imitação que permite às entidades sociais, reproduzirem-se de modo idêntico, enquanto a moda é uma imitação menos aguardada, mas surpreende e produz o novo (GODART, 2010, p. 26).

Vistas nesse sentido, as relações entre os indivíduos e o ambiente são sujeitas às regras de controle. Para Godart (2010, p. 78), a moda permite a percepção das tensões da vida social, apesar de ser entendida como uma característica da diferenciação de classes, “existem restrições legais que pesam sobre” ela. “A moda, como o luxo, está tradicionalmente submetida a diversas críticas morais que a acusam, desordenadamente, de ser superficial, perversa ou até inútil”, assim essa posição não se refere apenas às práticas sociais, mas ao meio de forma geral, que incentiva a confecção das vestimentas, influencia o investimento econômico através do mercado de consumo e favorecem a reformulação de padrões, assim “essas novas críticas organizam-se em torno de vários temas”.

Através do consumo, é válida uma investigação acerca das etapas da difusão da moda, como a investigação sobre a origem de tecidos, por exemplo, que abarca o levantamento dos indivíduos que utilizam esse material, os locais estratégicos de venda, suas definições e funções no meio social, as inspirações que tornam possíveis o “desfile” dessas peças nos locais públicos, entre outros questionamentos que fazem o diálogo entre o contexto temporário da moda e sua inclusão em um conjunto social. Por não se restringir apenas aos objetos e vestimentas, o campo de estudo da moda interage com uma grande

proporção das esferas da vida social, o que comprova que apenas um campo historiográfico não consegue responder a tantos questionamentos vindos de uma sociedade que possui muitas fragmentações e especificidades.

Devido às múltiplas realidades estabelecidas no tempo e no espaço e às abordagens que ocorrem atreladas ao exercício da construção social, dos níveis culturais, dos planos de organização das relações, a História tem se transformado através do trabalho com novas fontes e novos meios de investigação, em Histórias; o que configura novas leituras para as relações complexas.

Todavia, a relação entre memória e história nos domínios da investigação voltada para o social, que apresentava uma versão dos fatos na história oficial, passou a desenrolar um diálogo com grupos para fixar a noção de legitimidade das memórias sociais, embora seja reconhecido que a memória esteja vulnerável à manipulações, falhas e censuras, a relação entre estas duas vertentes é denominada por Hartog (2013, p.17), como conflitante. Para o autor, “somente há pouco tempo é que ocorreu uma reviravolta: a invasão do campo da história pela memória” e a preocupação com as distorções dos acontecimentos.

Tanto a cultura, quanto a memória e os espaços, se tornam mediadores da História, por isso Elias (2011, p.18) afirma que “a tarefa principal consistia em começar recuperando, dentro de uma área limitada, a percepção perdida do processo em questão, da transformação peculiar do comportamento humano, em seguida obter” compreensão sobre as motivações e, por conseguinte, direcionar os levantamentos teóricos e as contribuições dos campos históricos para a constituição de novas formas de apresentação.

Dito de outra forma, os fatos e os processos históricos são multidimensionais. Não existem, por exemplo, fatos exclusivamente econômicos ou políticos, nem fatos ou processos que se restringem ao universo da cultura. Ao mesmo tempo, um historiador dificilmente se limita a uma única abordagem. É por isto que, ao procurarmos construir um panorama dos campos históricos, devemos ter em mente, aqui, uma nova noção de “campo”: não como lote espacializado dentro de um certo território de saber, mas como um “campo de força” ou de influências, permitindo-se conceber a interpretação, interação entre campos (BARROS, 2013, p.34).

Conforme Barros (2013, p.35), essa redefinição de interesses historiográficos, a partir da relação entre passado, silêncios e interpretações, se desprende de uma sequência histórica e dá espaço para o estudo de grupos sociais, cidades, comércio, entre outros temas

que podem explicar também, as conjunturas menores e ainda assim, obter um diálogo relevante no campo historiográfico. Leva em consideração o reconhecimento que essas pequenas partes são capazes de travar fronteiras, solidificar relações e valorizar acontecimentos restritos no espaço geográfico, como as manifestações culturais por exemplo, que se mostram muito particulares aos seus locais de origem. Em vista disso, Malerba (2011, p.133) afirma que “o passado que é dado, não seria realmente dado, mas construído ideologicamente (...) se apresenta como a realidade do passado, contaminado de ideologia”.

Vivemos em um mundo que, além de se mostrar mais acelerado à maior parte daqueles que o habitam, é também um mundo que se torna cada vez mais complexo. Desta maneira, além da aceleração, a complexidade é outro dos signos do nosso tempo. Para um mundo que se impõe ao homem como mais complexo, torna-se igualmente mais adequado um conhecimento mais complexo, e, em particular, uma historiografia mais complexa. Uma das respostas a essa complexidade, foi a multiplicação de espaços internos à própria História (BARROS, 2013, p.17).

O estudo dessa dimensão social da História abrange critérios com diferentes abordagens metodológicas, incentivam o processo de interpretação. No entanto, tem favorecido a reflexão sobre a consciência social e histórica, uma vez que esses eixos de pesquisa também apresentam fragilidades entre os discursos e suas categorias. A moda, então, espaço de rupturas e continuidades, também abre as discussões que causam confusão de significado e identidade, como a utilização demasiada de acessórios, noções e artifícios em torno da naturalização da aparência, entre outras configurações que se cristalizaram e/ou foram modificadas após um longo período de aceitação e apropriação.

Conforme Crane (2006, p.198), em qualquer período o conjunto de discursos sobre moda e vestuário atravessam dois grupos; os que entram em consenso com as determinações dos grupos dominantes e os que os que dão visibilidade às tensões encontradas no caminho entre aceitação e discórdia.

Cada discurso é sustentado por grupos sociais específicos. Cada qual tem sua área de influência, seus líderes e seguidores, assim como a sua linguagem visual, expressada através de usos e costumes em vestuário. Os discursos expressam normas e valores culturais dominantes são apoiados por grupos mais poderosos, enquanto os que expressam normas marginais ou subculturais, tem a sustentação de minorias e de grupos considerados, de certa forma, socialmente marginais (CRANE, 2006, p.198).

Para a autora, apesar da moda chamar atenção para roupas, comportamento e o vestuário de modo mais amplo, as histórias articuladas aos trajes sociais elegantes “encenam” uma impressão de aceitação e consenso, visto que esta é uma das características que sustenta a moda: “o envolvimento com um alto grau de debate e controvérsia”. Nesse contexto, o discurso ganha proporção quando encontra um espaço e uma discussão favorável às suas exigências; enquanto os que propõem normas visam o controle das ações e da movimentação das configurações dos grupos sociais influentes, os que aceitam as propostas, não tem a possibilidade de alterar nenhuma delas.

Crane (2006, p.234) se refere aos códigos do vestuário e às formas de manter as fronteiras simbólicas entre os diferentes níveis sociais, pois existiam regras que regiam o uso dos trajes no espaço público, “caracterizadas por diferenças sutis, que dependiam de local, classe e gênero”. De acordo com a autora, as novas formas de lazer, foram responsáveis pela inovação em relação às novas atividades sociais reservadas às classes economicamente favorecidas. “Até o século XX, os esportes e a atividade física como lazer feminino eram reservados quase que exclusivamente às classes alta e média alta”, embora essas ações tenham sido consideradas tipicamente masculinas, as mulheres podiam ser vistas em instituições ou locais apropriados para executar tal ação, trajando vestimentas adequadas, “conforme os padrões de classe”.

As regras também especificavam exatamente que cores eram permitidas em cada estação. O comprimento das barras de saias era ditado por Paris e geralmente aceito sem questionamento pelo público. Implícitas nessas regras encontravam-se normas amplamente aceitas sobre identidade sexual, feminilidade e comportamento. A moda expressava ideais sociais de atitude e comportamento femininos (CRANE, 2006, p. 273).

A moda em função das classes dominantes seduz os que disseminam novos comportamentos e consumos, influenciando o indivíduo a adotar uma identificação social baseada na sua relação com o grupo, levando em consideração o cumprimento às normas para não haver penalidade. Se as necessidades que envolvem o meio se transformam, então é relevante afirmar que a moda não se configura um privilégio das elites, tendo em vista que outros segmentos tem acesso a símbolos semelhantes, que também agregam valor, as exigências da classe dominante buscam visibilidade, privilégios e exceções. Portanto, Lipovetsky (2009, p.182) aponta que “a sociedade de consumo é programação do cotidiano: ela manipula e quadricula racionalmente a vida individual e social em todos os seus interstícios; tudo se torna artifício e ilusão” a serviço do lucro das classes favorecidas.

Com base na abrangência das abordagens sobre moda nas fontes e nos diálogos históricos, os jornais e revistas carregaram uma função importante em dar destaque para as transformações e as mudanças que desejavam ou que poderiam ser encontradas nos espaços público e de lazer. Feijão (2011, p.25), afirma que os “colunistas transformaram-se em sensores do gosto e controladores de civilidades, distribuindo sanções e prêmios de acordo com sua interpretação de elegância e correção”, e dedicavam-se também a disseminar na cidade, “a promulgação dos decretos do bom gosto que partiam de Londres ou Paris”, como uma forma de comparar os modos de vida dessas cidades referências para a modernização com as cenas da “realidade” encontradas no país, como Rio de Janeiro e São Paulo, exemplos de progresso, e nas localidades menores.

Segundo Barros (2013, p.86), as especificidades da documentação, “traz ao historiador vozes com as quais este interage”, permite também “que o historiador concretize o seu acesso a determinadas realidades ou representações que já não temos diante de nós” e “as novas formas de expressão que poderá empregar em seu texto historiográfico”. Nesse caso, as fontes alimentavam a inserção de símbolos da modernidade que eram considerados como bom gosto e que estivessem presentes no cotidiano.

O desejo de ver e ser visto (...) criava novas formas de controle que se tornavam tão mais efetivas quanto mais amplos e transparentes se tornavam esses espaços. Todos sabiam que estavam sendo ou que poderiam estar sendo observados. Não por um, mas por diversos pares de olhos, distribuídos por toda a avenida: guardas municipais, colunistas sociais, fotógrafos e outros passantes anônimos, o que fazia de cada um, simultaneamente, algoz e vítima de um sistema que se organizava, lançando mão tanto da disciplina como do controle (FEIJÃO, 2011, p.24).

A motivação para ser moderno não estava somente no consumo. A imprensa baseava-se no investimento em símbolos de modernidade, nos figurinos, nas atitudes durante as aparições em público, o que configura uma busca pelo prestígio. As fontes destacam que todas as influências da moda eram bem vindas, e somente a ornamentação dessas características, garantiria ao indivíduo a distinção desejada, já que a roupa pela roupa, não seria suficiente para enquadrar os perfis sociais.

Com base nas observações de Simili (2011, p.42), as notícias veiculadas nos periódicos estão interligadas ao conceito de elegância, principalmente nos momentos em

que havia maior interação entre os grupos sociais, como em momentos festivos ou interações políticas, que “falam das práticas de vestir dos sujeitos, mostram suas representações relacionadas à sua aparência, como queriam ser conhecidos e reconhecidos fisicamente, indicam a maneira como se viam e se percebiam”, e finalmente, “como queriam ser lembrados”. Apesar de ser mais associado ao feminino, o “ser elegante” também se aplicava ao masculino.

De forma geral, as fontes apresentavam a praticidade e a modernidade, mas nem sempre estavam na mesma direção. A quantidade de anúncios e regras envolvidas em cada publicação, também exemplifica as evidências da beleza e aparência, e os critérios de escolha dos indivíduos, como “as propostas de indumentárias, de cabelos, de maquiagem, de sapatos e de acessórios que marcaram a história da moda ou com vistas a orientar os leitores e leitoras sobre as formas de compor o visual, os cuidados” com a estética do corpo – tanto física quanto adornada. Assim, Simili (2011, p.43) identifica nos periódicos a função de transmitir as noções sobre as novidades da moda, mas ao mesmo tempo funcionam como um guia de “como e onde usar” os itens de produção na aparência e da beleza.

As aparências dos sujeitos se constituíam em fragmentos daquela instancia sociocultural, permitindo entrever os limites da liberdade sob a qual elas se constroem e os movimentos da moda vestimentar do corpo, que é concebida como o conjunto formado pelos trajes, adornos, acessórios, sinônimo de indumentária. A moda, como produto sociocultural, se materializaria e atualizaria no processo desencadeado pelas escolhas realizadas pelo sujeito que, num movimento único, absorveria suas regras e, por meio dela, também se constituiria (SIMILI, 2011, p.44).

Desse modo, chamar atenção para o entorno social reafirmaria a construção da própria aparência. Tanto os periódicos quanto outras fontes, como a literária, por exemplo, apresentam a dinâmica das novas condições criadas na cidade, bem como as formas de controle mais efetivas que envolviam os espaços de interação. Compor essa trama, segundo Feijão (2011, p.26), entrelaçava o aparato financeiro e o acesso à informação, visto que, “a recém formada elite do início século XX, desprovida de tradições que proporcionassem alguma estabilidade estética, acabava deixando-se guiar” pelos que eram considerados “entendedores” do gosto, que agiam como verdadeiros filtros dos erros da elegância e consultores do ideal de beleza.

A utilização da literatura como fonte, também indica a essência dessa função de expansão das normas e regras, como as obras de autoria de Josué Montello, que destacam em maior parte as características da cidade e dos moradores de São Luís, ao chamar atenção para diálogos e vocabulários pertinentes ao cenário e quando explora as singularidades dentro dos hábitos, costumes, intrigas e relações, nas ruas e nas moradias da cidade.

Buscando entender as mudanças do século XIX ao início do XX, o autor maranhense, João Affonso do Nascimento, escreve sua obra *Três Séculos de Modas (1616-1916)*, com sua primeira edição publicada em 1923. Tinha como cidade natal, São Luís, lugar onde concluiu seus estudos secundários e despertou o interesse pela literatura e a arte. No entanto, foi em Belém que entendeu melhor a movimentação da vida cotidiana, com as famílias de classes, os costumes e as normas sociais.

De acordo com as notas sobre ele, feitas por Francisco Paulo do Nascimento – neto do autor (2014, p.13): quando estudante “fez parte de um grupo de jovens intelectuais, colaborando no ‘Jornal para Todos’ e na revista ‘A Flecha’, não só escrevendo, como contribuindo com desenhos e caricaturas”. Nascimento tinha preferências que assumiu na condição de jornalista, uma predileção para “a crônica de observação dos costumes”, que enfatizava “fatos e ocorrências do dia a dia, na provinciana e pacata Santa Maria de Belém do princípio do século, que alimentavam a sua *Conversa Fiada*, e resultava em liberdade à “sua verve, à sua graça bem-educada e comedida, numa crônica em que se misturavam as críticas e as opiniões de um admirável bom senso”, levando em consideração, o controle estabelecido a seu modo, entre os fatos apresentados que englobavam as “mesquinhas, tolices, o ridículo dos homens e a estupidez das coisas”.

Foi a essa época que João Affonso, com Victor Lobato e outros, participou da fundação do diário maranhense ‘Pacotilha’, jornal que se fez um dos principais órgãos da imprensa nortista. E em Manaus, quando lá residia e, depois, em Belém, continuou ele fazendo jornalismo, vindo a ser um dos colaboradores da *Folha do Norte*, de Paulo Maranhão. A seção que manteve neste diário, com o título *Conversa Fiada*, era um leve comentário cotidiano sobre assuntos locais, versando de preferência aspectos da cidade (NASCIMENTO, 2014, p.15)

Em seus contatos com o desenvolvimento de análises em periódicos, realizava publicações sobre cotidiano e assuntos locais. Porém, foi a partir do contato com o pintor Teodoro Braga – que publicou charges em 1909 na *Revista Paraense* sobre a moda e suas

mudanças, que ele encontrou certa preocupação com a aparência e quem se utilizava dela para compreender a existência da moda e seus contextos de transformações.

O discurso que antes ficava preso somente à produção das crônicas, tomava dimensões maiores com a escrita da obra, que passou do posto de uma narrativa histórica sobre a moda, para uma configuração de descrição de uma sociedade “refinada e fútil”. Portanto, Nascimento (PREFÁCIO. 2014, p.19) vai “descrevendo a indumentária feminina ou masculina através dos três séculos que se propôs a historiar, lembrando fatos ou ‘casos’, abordando com graça e discrição aquilo que, ao correr das idades,” passa a ser visto, assimilado e entendido, como um resquício da falta da elegância ou gosto, beira os moldes originais, porém conhece a catástrofe que é o caminho que leva ao exagero.

Conforme Nascimento Mendes, autor do prefácio, (2014, p.18), a moda surgia como um objeto para uma interpretação histórica, perpassando as “singularidades da arte de vestir numa determinada época, incita considerações que são de uma ordem muito diferente das simples descrições dos vestuários e de seus acessórios”, como a análise das manifestações das roupas e do comportamento, que seriam mais um estímulo para o “desnorreamento” que causavam as “transformações violentas das estruturas sociais”, ainda fazendo referência às distinções entre os trajes masculinos e femininos.

Três Séculos de Modas apresenta a feição e natureza de uma cultura de tipo periférico, de pura influência estrangeira, essencialmente afrancesada pelo pensamento e gosto estético. Cultura própria de uma pequena elite afortunada que o enriquecimento da região, como seria de esperar, fez florescer (PREFÁCIO. In.: NASCIMENTO, 2014, p.20).

Portanto, esta obra é considerada o primeiro estudo sobre evolução da moda, publicada no Brasil, e aliada a ela, têm-se um levantamento sobre as questões do dia a dia e as particularidades do gosto. Como consta no Prefácio (2014, p.19), da mesma forma que as transformações se enquadravam na evolução e no progresso, também favorecia o início de uma revolução: “Revolucionou os costumes, revolucionou os vestuários, e por isso mesmo terminou por criar uma indumentária tanto para mulheres, quanto para homens, que é o reflexo da perturbação, do profundo abalo moral”, evidenciando as ligações perigosas entre um passado repleto de nostalgia e valores, com o movimento da vida criado pela modernização.

A obra do escritor João Affonso do Nascimento, assim como os jornais e as revistas, são importantes para o estudo da história através desse objeto, que é a moda. Afinal, Pinsky (2014, p.47) considera que esses registros sobre a moda e suas modificações, representam “importantes termômetros dos costumes da época”, assinalando o momento em que as novidades eram vistas com dúvidas. Por isso, muitos aspectos que divergiam do habitual eram excluídos, ou evitados, através de publicações nos periódicos e outras fontes, que abordassem como as manifestações de desordem deveriam ser evitadas para manter o bem estar social e apontar as mudanças chocantes e escandalosas.

Ainda segundo o autor, essa moda baseada em referências européias e inglesas estava em busca de transformação e renovação. Diante disso, Nascimento (2014, p.146) afirma que “a grande guerra que abalou o mundo, transformando tudo”, abria espaço para “inovar e renovar” todos os cenários, impulsionando assim, os indivíduos a “assumir a ditadura das elegâncias” originadas em Paris e New York, através das novas invenções sobre os trajes, que deveriam ser “admirados e adotados”, para então configurar uma soberania das modas. Não por acaso, as páginas desta obra são permeadas por descrições de exagero e ridículo, mas permitem a visualização - através de ilustrações, do momento de transição que representava a virada do século até meados do início da década de 1920, pela visibilidade das vestes.

Peço vênha para observar que não é a Moda coisa tão vã, nem tão inútil, como a muita gente talvez se afigure (...) Pelo contrário, parte componente, indispensável mesmo, de toda a civilização, cuja evolução acompanha evoluçionando sempre, sua utilidade é incontestável, porque cria necessidades que proporcionam a várias industrias ensejo de inventar, ou pelo menos, de inovar para entreter suas faculdades especuladoras, procurando a constante movimentação do dinheiro, que é uma das essenciais condições da economia das sociedades organizadas (NASCIMENTO, 2014, p.161).

Para a investigação, buscamos no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite e no Arquivo Público do Estado do Maranhão, publicações maranhenses que abordassem as diferenças significativas do desdobramento da História dentro das condições de relações sociais, representações e práticas, em que as vestimentas e o comportamento fossem fatores importantes para intensificar esse novo estilo de vida e as novas situações demonstradas com transformações urbanas e o modo de pensar.

Jornais e revistas apresentavam diariamente assuntos relacionados à política, esportes, clima, economia, anúncios, entre outros. Nesses periódicos, existiam colunas que eram apresentadas todos os dias, destinadas às ações do cotidiano, dando ênfase especialmente às atribuições femininas, desde as questões familiares e os costumes até as tendências de moda. A intencionalidade dessas informações não se restringia apenas à visibilidade das novidades vindas de Paris, apesar deste fator fazer parte da conjuntura, os textos escritos retratavam a riqueza e o esbanjamento econômico, mas seus autores faziam a exposição de argumentos que deveriam se enquadrar no perfil que exaltava a moral e os bons costumes. Em grande parte, as ideias referentes às contravenções dos modelos padrões de comportamento social e de vestimentas, eram tratadas como abusos, excessos e afrontas à uma sociedade organizada, que não deveria firmar suas bases em influências duvidosas, que pudessem desconstituir a “harmonia” das relações sociais, de gênero e de classes.

As mensagens transmitidas se desenhavam como verdadeiros ensinamentos, sobretudo às mulheres de segmentos sociais mais elevados, em que apareciam formas de educar a aparência e o comportamento por meio desses manuais normativos. Todas as noções comunicadas como naturais e adequadas ao segmento feminino, carregam atribuições que foram consideradas próprias da mulher, assim como as que são consideradas próprias do masculino. No entanto, essas interpretações acabam norteando a construção do padrão de um ideal (de corpo, mente e valores) feminino.

(...) no início do século XX, as concepções em voga sobre as práticas apropriadas ao corpo feminino configuraram-se como um projeto de mulher calcado nos princípios de que elas deveriam ser preparadas para serem belas, mães e femininas, logo, havia um projeto ideológico e político na construção da mulher e de seus corpos que atravessou todo o período (SIMILI, 2011, p.52).

Vista desta forma, a moda feminina nos periódicos transpassa o poder das vestimentas e encara uma linguagem repleta de demonstração de forças. As colunas e mensagens encontradas nos periódicos constroem regras claras muito mais voltadas para as mulheres, do que para os homens. Tomando como base uma visão mais ampla, as notícias veiculadas aos homens, são basicamente de cunho político e econômico, porém no que diz respeito à moda, são reveladas apenas novidades que tornem o homem mais elegante e acentue seu caráter de provedor em todos os âmbitos, seja pessoal, familiar ou social. Os esportes e os anúncios sobre saúde possuem relação estreita com o “ser masculino”,

contudo não há em jornais e revistas tantas regras para viver em sociedade, quanto as veiculadas às mulheres, exceto em ocasiões particulares, como as festas; há demonstrações sobre o jogo de “sedução” entre os indivíduos e os passos para cortejar uma moça, ainda que estes sejam mais direcionados à expectativa de comportamento feminino do que o contrário.

As evidências encontradas nessas informações revelam um contexto de demarcação de papéis sociais consolidados desde o século anterior, juntamente com o delineamento das perspectivas esperadas das novas ações; e uma abertura, ainda que reduzida, às novas ideias referentes a essas alterações das definições, com ênfase às possibilidades de análise que tendem a aproximar essas relações que possuem pesos tão distintos na balança social. Sendo assim, os jornais representam importantes vias de investigação entre a moda, a configuração urbana da cidade e as relações sociais.

O jornal *A Pacotilha* era a representação de uma publicação crítica e noticiosa, por envolver em seus conteúdos assuntos como costumes sociais, referências políticas e o posicionamento religioso diante das alterações sociais do período; fundado na década de 1880, circulava cinco a seis vezes por semana na cidade e contava com correspondentes em Londres e Paris. Os exemplares utilizados, entre os anos de 1922 a 1926, apresentam bom estado de conservação. *A Voz do Norte* apresentava o subtítulo de “Jornal das Classes Populares”, os exemplares utilizados são de 1929, 1930 e 1931.

A Peroba, jornal em que o nome chama atenção do leitor, que pode imaginar o tom de humor e crítica presente em suas páginas. Utilizamos as edições de 1934 e 1935. Impressos semanalmente para explorar as alfinetadas feitas à elite, além de afrontar outros periódicos com a criação de apelidos. Essa era uma característica que usavam para jornais, mas também para pessoas que estivessem envolvidas em confusões e fofocas. No entanto, o jornal também publicava informações sobre política, economia e temas recorrentes no cotidiano, como os bailes, festas e as ações de homens e mulheres que pudessem “dar o que falar” ao jornal, como os namoros e os comportamentos em ambientes públicos.

De caráter menos irônico que o anterior, o *Correio da Tarde*, surgiu em 1940 e de acordo com seu programa, não apresentava tendências políticas e ideológicas, e seu foco era em publicações diárias sobre notícias que envolviam a cidade, o país e o mundo, através de notícias sobre política, conflitos e as novidades do período, que geralmente eram

discutidas em colunas, e os anúncios, em grande quantidade, indicando locais como cinema, alfaiates, cosméticos, entre outros. Assim, selecionamos publicações dos anos de 1940, 1942, 1946 para analisar o contexto local.

No que se refere ao jornal *Diário do Norte*, constatou-se uma circulação diária do jornal que se dizia colaborador do progresso do Maranhão; realizou-se o levantamento entre os anos de 1937 a 1942, do periódico que surgiu em 1937, apresentando temas de cunho informativo, com notícias sobre São Luís e o mundo.

Diário de São Luís, Diário do Povo e Diário Popular, são periódicos noticiosos, críticos e que fazem uma abordagem do cotidiano social da cidade. O primeiro, de 1940 a 1950, circulava seis vezes por semana pelas ruas de São Luís, com informações e propagandas em seu interior, que visava lutas e reivindicações democráticas para manter o bem estar do setor público; fundado em 1920, denunciava a sombra da política sem virtudes e as obras públicas. Já o *Diário do Povo*, de 1936, também de circulação diária, se voltava para informações sobre esporte, política e assuntos gerais. Enquanto o *Diário Popular*, encontrado entre 1950 e 1951, de cunho político, praticava a defesa das ações de Getúlio Vargas na campanha à presidência, pois nesse período de 1950, estabeleceu ligações com o Partido Trabalhista Brasileiro, daí fazia em suas páginas, a defesa de seus integrantes e de suas respectivas ações.

Por conseguinte, temos o jornal *O Globo*, em suas edições de 1939 e 1949. Nasceu em 1939 e segundo o jornal: tinha o objetivo de servir aos maranhenses e todos aqueles que visavam o bem estar social e da cidade. Em suas publicações diárias, apresentava realizações dos governos, anúncios sobre escolas, lojas, medicamentos, panoramas nacionais e locais sobre política e econômica, e dava um destaque especial para a educação e instrução feminina através das páginas dedicadas a elas, de título “Páginas Femininas”, que traziam informações sobre moda, discussões sobre comportamento, atualidades, aspectos domésticos e familiares.

Mais adiante, temos *O Imparcial*, em busca de informações nos anos 1920, 1930, 1940 e 1950. Fundado em 1926 com publicações diárias, era um dos mais consumidos no Maranhão, com grande circulação nas ruas. Abordava temas diversos, do esporte à política. E por fim, *Novidades*, que apresentava nos seus conteúdos informações sobre saúde,

economia, literatura, mas dava destaque para as ocorrências políticas em suas publicações a cada dois dias; então temos disponíveis para estudo, as edições de 1950 e 1951.

Essas informações coletadas são importantes para quem pesquisa, mas principalmente, para os benefícios que a quantidade e qualidade das informações levam ao historiador, que busca sempre mais questões e explicações para impulsionar sua investigação histórica. Para além do trabalho de cunho acadêmico e a preocupação com a historiografia, compreender o passado permite capturar as discussões travadas nas entrelinhas, fazendo com que apareçam várias reflexões sobre uma história abordada por um único viés, o que pode se tornar interessante, pela chance de comparações e interpretações sobre os acontecimentos e as novas ações.

A importância dos documentos se torna evidente no processo histórico ao permitir que o mesmo tema tenha inúmeras hipóteses e objetivos. Nesse sentido, visualizar nos elementos da indumentária os limites entre o público e o privado e as amarras das relações entre homens e mulheres, direcionam a reflexão através de um caminho diferente do tradicional. Momento em que as fontes assumem um papel fundamental por conter em sua estrutura, detalhes sobre o discurso, imagens e/ou ilustrações, e a identificação de informações que causaram impacto na sociedade.

O incentivo ao trabalho com as novas linguagens e a variedade de fontes históricas torna os indivíduos mais reflexivos e críticos, pois diante desse processo, os acontecimentos e as visões sobre as ações individuais e coletivas, se sobrepõem a dinâmica de assimilação de datas e feitos. Enquanto houver questionamento às fontes, novas respostas irão surgir, o que consiste em uma transformação de um olhar neutro sobre os processos históricos, para uma multiplicação de dúvidas e diálogos, que exploram outras opiniões e instrumentos para chegar a uma conclusão. Quanto mais abordagens diferentes sobre o tema, maiores serão as possibilidades de desenvolver o conhecimento histórico e a desnaturalização do que é considerado padrão e imutável.

1.3. O Molde e a Costura: materiais didáticos e história local

A contribuição da História como disciplina envolve a transformação de uma visão neutra dos acontecimentos para uma abertura às dúvidas, críticas e questionamentos que contribuem com o desenvolvimento do conhecimento histórico. Por utilizar instrumentos que auxiliam a formação do indivíduo como cidadão, a história adquire essa função de dar

uma nova roupagem aos processos que ocorreram no passado, ao promover discussões sobre determinados assuntos, baseado em vestígios de experiências, na relação entre o tempo e o espaço, e principalmente, nas análises sobre o cotidiano.

O ensino de História acaba criando uma aproximação com os valores, a cultura e até a realidade social do aluno. Se a História se configura pelo estudo das ações humanas, o confronto de interesses e a própria construção do pensamento reflexivo, se tornam ferramentas para a constituição da disciplina. Portanto, oferece ao aluno a capacidade de observar e compreender conteúdos. Pensando em compreender essas mudanças e permanências, Miranda (2007, p.110) afirma que o “ensino aprendizagem em História é capaz de capacitar o aluno a se situar no mundo e, por consequência, situar épocas históricas e diferentes lugares”.

Ainda segundo a autora, a aprendizagem em História também pode ser compreendida como a capacidade de interpretar as informações apresentadas no processo de ensino, seja em livros ou outras fontes de pesquisa; e também, compreender as relações entre os acontecimentos e os grandes feitos de personagens históricos. Nesse sentido, abrir espaço para entender que a ação investigativa norteia o trabalho do historiador.

Todas essas condições para a compreensão sobre esse contexto de ensino aprendizagem da História, servem para reforçar a concepção de Miranda (2007, p.111), ao afirmar que esse direcionamento tenta “estreitar as condições reflexivas para integrar o conteúdo da História ao seu meio social e às suas experiências imediatas”, pois assim garantiria a construção da cidadania.

A História carrega vestígios. Estes se apresentam com uma condição especial nesse aspecto, já que tornam possível o entendimento sobre as seletividades da memória, as representações sociais e abrem caminho para uma multiplicidade de versões sobre os mesmos fatos e experiências. São estas reflexões sobre a prática e as dimensões do tempo, que apresentam uma história repleta de relações e vivências que retiram a naturalidade da composição dos acontecimentos e dão às evidências, novos conceitos e significados.

Segundo Pinsky e Pinsky (2003, p.23), o “passado deve ser interrogado a partir de questões que nos inquietam no presente”. Portanto, as aulas de História se tornariam ideais ao estabelecer um compromisso com o passado e um diálogo com o presente, aproveitando

assim, a dimensão das informações obtidas para encontrar novas linhas que conversem com a linguagem, valores e condições a respeito da leitura dos fatos.

Significa tomar como referência questões sociais e culturais, assim como problemáticas humanas que fazem parte da nossa vida, temas como desigualdades sociais, raciais, sexuais, diferenças culturais, problemas materiais e inquietações relacionadas a como interpretar o mundo, lidar com a morte, organizar a sociedade, estabelecer limites sociais, mudar esses limites, contestar a ordem, consolidar instituições, preservar tradições, realizar rupturas (PINSKY; PINSKY In.: KARNAL, 2003, p.23-24).

Abordar a história a partir de questões, temas e conceitos, funciona para os autores (2003, p.25), como uma estratégia no ensino, levando em consideração a relevância dos temas e o fator “desconstrução”, que fragmenta os fatos, aumentam as formas de contextualização e chamam atenção pela possibilidade de entender os conteúdos históricos e pela aproximação do debate com os dias atuais.

Uma das principais funções do ensino da história é proporcionar a leitura além do que está visível, como os estereótipos atrelados ao feminino, quando agregam preconceitos e desrespeito, por exemplo: “lugar de mulher é na cozinha”, “mulheres são inferiores”, “mulheres não entendem de futebol”, “mulheres nasceram para ser mães”. Quando a disciplina se compromete a formar cidadãos, fornece bases para capacitar indivíduos que se preocupem com o bem estar social, o respeito às diferenças – sexuais, físicas ou de comportamento; solidificando assim, representações das relações que envolvem os setores social, político, econômico, religioso e cultural, mas que transforme os desafios da análise e da crítica, em aprendizagem.

A dinâmica de passar informações em sala de aula através das datas, grandes feitos e a visibilidade de personagens históricos, já não se faz a melhor opção e nem a mais eficaz, diante do interesse pelas referências que atravessam o tempo e se aproximam do espaço, dos hábitos e das práticas do presente. Os campos históricos ampliaram suas fontes de pesquisa, reconhecendo as antigas, mas dando visibilidade às novidades para ter acesso à novas formas metodológicas e conceituais de ver a história.

Circe Bittencourt (2004, p.255) afirma que “o rompimento com as formas tradicionais de trabalhar os conteúdos escolares não é uma tarefa fácil”. Esse processo de

ensino constituído por diferentes componentes permite uma ligação com temas até então não conhecidos para estabelecer uma reflexão disciplinar.

Cada disciplina, no processo de constituição de um conhecimento interdisciplinar, tem uma contribuição específica (...) A interdisciplinaridade exige do docente um aprofundamento do seu campo específico de conhecimento, da sua disciplina escolar, e ao mesmo tempo desencadeia um trabalho metodológico conjunto (BITTENCOURT, 2004, p.256).

Durante esse processo de ensino, os professores abordam uma função construtora e interpretativa para atingir o objetivo de aproximar as técnicas, objeto de estudo e objetivo do trabalho. Conforme a autora (2004, p. 256), se torna fundamental que o professor conheça sua disciplina, “sobre conceitos, conteúdos e métodos próprios do seu campo de conhecimento, para poder dialogar com colegas de outras disciplinas”.

De forma mais comum, o estudo da História tem se restringido às transmissões de informações pelo mesmo caminho, o tradicional data e acontecimento. Se a escolha do tema foi a História pelo campo político, subentende-se que existirá relações de uma trajetória política de um personagem ou de uma região a ser explorada; ou a História Econômica, que em geral revela ascensão e queda de determinada região. Vale ressaltar, que em qualquer campo histórico de estudo, existem mecanismos para trabalhar as inúmeras maneiras de refletir sobre um tema.

Reconhecer que existe ligação entre as novas linguagens e as diversas fontes de pesquisa, desperta interesse para discussões sobre assuntos que não são frequentemente abordados e fazem reflexões além do que é proposto de modo geral, que é a relação da Política pelo viés político, por exemplo. Bittencourt (2004, p.265), sugere um estudo das relações da história com o meio ambiente, através das práticas escolares dentro da educação ambiental e da História, para discutir sobre o elo entre o homem e a natureza, as utilizações dos recursos naturais; qualidade de vida e grupos sociais; problemáticas referentes às áreas urbanas, entre outras perspectivas que incentivam o debate mediante abordagem investigativa do professor.

Diante desse ponto de vista, surge também, a exploração da História pelas características do cotidiano e das relações sociais. Encarar a moda como um exemplo dessa incorporação dos novos temas e linguagens no ensino de História, é poder trabalhar a vestimenta, o comportamento e os dados encontrados nas fontes, como discursos que

valorizam essa compreensão social. Através da moda, é possível desenhar um emaranhado de temas que conseguem apontar a diversidade de visões sobre uma sociedade. A começar pela vestimenta, que implica em influências e modelos dos trajes, passa pela adoção de comportamentos, depois envolve os locais de sociabilidades e as configurações das estruturas que garantiam a circulação das pessoas, entre outros aspectos que apresentam as marcas dos costumes, o desenvolvimento urbano, as relações sociais e as diferenças entre os sexos.

A noção de dinamização do comércio e do consumo, também pode ser considerada nessa movimentação social, tendo em vista que a maior circulação das pessoas no cenário urbano permitiu a visualização dos trajes e o desejo de adotar o novo; as encomendas e pedidos de tecidos aumentaram fazendo com que a produção local fornecesse itens de decoração, vestimentas, acessórios para compor um modelo a ser digerido pelas camadas sociais. Desse modo, se torna interessante também a apresentação da fonte de pesquisa, para detalhar cada parte da sua composição na tentativa de reconstrução do contexto histórico.

Entre a relação da História e da Moda, está a categoria gênero. Abordar em determinado período histórico as formas de relacionamento entre homens e mulheres, a apresentação dos sexos na sociedade (o que é ser homem e o que é ser mulher), as expectativas e representações do feminino e do masculino. Apresentar esses temas em sala de aula e ampliar as informações sobre eles, foge um pouco da abordagem pelo esquema cronológico da história, no momento em que considera o potencial de uma nova proposta de ensino e as respostas para algumas situações que estão próximas ao cotidiano escolar, da vida pessoal, familiar e social do indivíduo.

Conforme Pinsky (2009, p.29), o termo gênero não é entendido pelos alunos como pertencente ao âmbito da história em um primeiro contato com a palavra. Até que “passem por todas as séries escolares sem nenhum contato com um dos conceitos mais instigantes presentes na historiografia das últimas décadas, desde que ficou claro que as relações de gênero são uma dimensão importantíssima das relações sociais”. Assim, apresentar os desdobramentos que envolveram o modo de vida em determinado momento e as diferentes formas que se mostravam as condições de organização, aparência, submissão e resistência.

Por se tratar do uso dos jornais, revistas e imagens como fontes nessa investigação, o ensino de história consegue revelar a transição do tempo e suas transformações com questões básicas voltadas para a análise das características apresentadas pela sociedade. Assim, Pinsky e Pinsky (2003, p.32) afirmam que o tratamento das fontes “pode ser um ponto de partida para apresentar aos estudantes”, possibilitando a construção da “crítica de documentos e análise de discurso”, “levando-se em conta a posição social, os interesses e as visões de mundo – fatalmente enviesadas e, por vezes, preconceituosas – de seus autores”.

Nos conteúdos dessas fontes estão presentes referências a todos os setores sociais. Com essas informações, se torna mais dinâmico identificar quais aspectos pesavam nas relações entre os sexos, dentro da realidade apresentada pelo documento. A partir daí, compreender a estrutura do passado para repensar como estas são apresentadas no cotidiano do aluno e reforçar nesse caminho, alternativas, definições, continuidades, rupturas e outros poderes que cercam os sujeitos históricos e suas formas de constituição.

Conceitos presentes nos documentos também podem ser trabalhados no ensino da História, não como um tema específico de estudo, embora seja possível, mas pela possibilidade de introduzir os significados e suas concepções em diferentes períodos; e o entendimento desses conceitos, em um panorama atual. De modo geral, os jornais e revistas tem anúncios sobre saúde, colunas com informações sobre esportes, comportamento, papéis femininos, educação, política e algumas vezes aparecem relatos do cotidiano, como as fofocas, a presença e ações das pessoas com menos condições financeiras nas ruas, as vestimentas, entre outros temas que respiram o presente.

Aparência, vestimenta, comportamento, padrões de beleza (masculino e feminino), são propostas de discussões que guiam a estética do corpo, a localização de homens e mulheres dentro da sociedade com o cumprimento de suas funções sociais diferenciadas. Assuntos muito presentes na dinâmica da sociedade do presente que ainda tem como bandeira, a visibilidade e a demonstração da identidade do indivíduo pela aparência e bens de consumo adquiridos. Incentivar o debate sobre os significados e aplicações desses conceitos no tempo, representa essa percepção da realidade, dos traços culturais, valores e símbolos que são mostrados como permanentes e imutáveis, quando na verdade, cria condições para entender a união entre o transitório, a definição e a demarcação de poder nessas convenções.

Desse modo, Karnal (2003, p.128) insiste em dizer que não é a substituição dos recortes temporais e temáticos que mudam a maneira de trabalhar com a História, mas a forma como esses pontos são definidos, pois evidenciam “o caráter bastante aleatório dos mesmos para os alunos, para que ficasse evidente que há uma construção na historiografia que atende a variáveis como nacionalidade, classe social, etc”. Para ele, reflexões e questionamentos são úteis, visto que a história permite novas visões sobre o mesmo objeto e pensa que “uma aula de História não deveria apresentar dados acabados, mas evidenciar” o processo de construção da “verdade histórica”.

Existe uma estrutura de passado que preserva e utiliza determinados marcos para compartilhar as influências exercidas do mundo externo, bem como o reconhecimento dessas interferências nas escolhas individuais e do coletivo. Tanto a cultura quanto os espaços, se tornam mediadores da memória, tendo como ponto de partida, as memórias, objetos e ações dos indivíduos no contexto em que são localizados. Pensando a contextualização e a problematização das ideias, outros materiais além de jornais e revistas podem ser incorporados à dinâmica da pesquisa e investigação, temas como a biografia de personagens locais e sua influência sobre história, a relação da literatura e as representações da vida social, a relação da moda com o consumo e os aspectos políticos e econômicos, a transformação urbana e a preservação do patrimônio histórico, através do estudo de costumes, manifestações folclóricas, etc. Para Karnal (2003, p.132), a leitura e a interpretação levam a uma renovação da “maneira de ver as coisas, dá uma injeção de ânimo em conteúdos desgastados que repetimos há muitos anos e ainda introduz um elemento dinâmico para combater a monotonia”.

Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer. O verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade de praticar a “inclusão histórica” (PINSKY; PINSKY. In.: KARNAL, 2003, p. 28).

Segundo Magalhães (2009, p.170), é de responsabilidade da história livrar as novas gerações uma espécie de “amnésia social”, pela adoção de ferramentas para elucidar a constituição das identidades coletivas e individuais. Logo, a percepção da identidade no ensino, facilita o trabalho de construção de noções com os alunos e o entendimento sobre a pluralidade dos processos de pertencimento, por meio dos embates entre opostos, por exemplo, semelhança e diferença; permanência e mudança. Pensar a educação é uma forma

de abarcar os interesses coletivos, desde que seja viável compreender os anseios e o cotidiano da trajetória escolar, aliados a construção de novas políticas públicas na tentativa de promover melhorias para o ensino.

Para o autor, o ensino de história se volta para a formação da cidadania e o protagonismo histórico dentro de uma composição curricular que deve se adaptar às necessidades e realidades dos que integram o corpo escolar. Cerri (2007, p.67), afirma que existe um fascínio pelas novidades nas políticas públicas, mas alerta para as mudanças de governo, que “significam, uma terra de política atrasada em relação às políticas do governo anterior, marca de maturidade da nossa democracia”, embora possam ser combatidas com informações e a consciência histórica.

A intensa preocupação com o comprometimento em relacionar os conteúdos da história com outras áreas do conhecimento admitem novas formas de aprender, com meios mais interativos, dinâmicos e atrativos, que tornam essa prática educacional em uma experiência significativa para todos os envolvidos no processo.

Um professor mal preparado e desmotivado não consegue dar boas aulas nem com o melhor dos livros, ao passo que um bom professor pode até aproveitar-se de um livro com falhas para corrigi-las e desenvolver o velho e bom espírito crítico entre os seus alunos (PINSKY; PINSKY; In.: KARNAL, 2003, p.22).

Ao mesmo tempo que a dimensão educacional envolve as situações cotidianas, também se refere ao papel do profissional que conduz as informações no âmbito escolar. O professor funciona como um mediador que transforma essa interação com os alunos em discussões e debates, levando em consideração a individualidade e a realidade de cada indivíduo, que se constitui em um mundo particular, repleto de ideias e dúvidas. Magalhães (2009, p.180) afirma que essa é uma disciplina “formadora de opinião e reflete com criticidade ao funcionamento da sociedade”; por esse motivo, é encarada como uma ferramenta capaz de desempenhar um “papel ameaçador”, na medida em que constrói conhecimento sobre a função social do cidadão, que se coloca no lugar de “agente transformador”.

Dessa forma, o papel do professor, por reconhecer as diferenças, constrói um ensino baseado nos novos diálogos e nas desigualdades afloradas pela investigação e análise das bases que constroem conceitos e significados no desenvolvimento das aulas.

Nessa direção, vale ressaltar que toda movimentação do aluno referente a pré conceitos acerca dos temas trabalhados, assume um caráter essencial para o diálogo com a disciplina. Segundo Miranda (2007, p.106), “as prenoções apresentadas, antes de serem ingênuas, manifestam diversas representações culturais e sociais, sendo, portanto, historicamente dadas”. A efetividade da prática do professor fica evidente quando incita o debate, consegue ter habilidade ao utilizar os argumentos dos alunos para inserir no contexto de aprendizagem e prender a atenção destes quando demonstra interesse no que é dito por eles.

Dentro desse trabalho de transmissão de informações e relações com os alunos no ensino da disciplina, o professor carrega um item considerado por muitos como fundamental para a articulação do conhecimento – o livro didático, que representa um meio de comunicação entre as problematizações do passado, a educação e a pesquisa.

Bittencourt (2004, p.299) sustenta que o “material didático, por ser instrumento de trabalho do professor, é igualmente instrumento de trabalho do aluno; nesse sentido, é importante refletir sobre os diferentes tipos de materiais disponíveis e a sua relação” com o método de ensino. Os livros e suportes informativos (apostilas, cadernos, atlas, etc), possuem a intenção de agregar elementos referentes às disciplinas do campo escolar, oferecendo elementos textuais, formatação, linguagem, imagens e confecção de acordo com o público determinado, dentro de uma configuração pedagógica e didática de sua utilização.

O livro, como mercadoria, obedece a critérios de vendagem, e por essa razão as editoras criam mecanismos de sedução junto aos professores. Oferecem-lhes cursos, criam materiais anexos que acompanham as obras e esmeram-se em apresentar o livro como um produto “novo”, seguidor das últimas inovações pedagógicas ou das propostas curriculares mais atuais (BITTENCOURT, 2004, p.312).

Os livros didáticos estão presentes no cotidiano escolar. No entanto, as concepções e informações apresentadas nestes materiais, tem valor dentro do jogo de relações de poder e valorização da memória, que também pode implicar em esquecimento. Todos os temas abordados no conjunto desta produção são resultados da perpetuação de ações históricas, que visam elucidar fatos e concretizá-los como fundamentais para legitimar grupos sociais, por isso também são considerados como instrumentos de controle e poder.

Não é por acaso que as visões estereotipadas e preconceituosas tem sido desnaturalizadas nas páginas que chegam aos alunos. Apesar dos conteúdos seguirem critérios cada vez mais amplos em relação à abrangência de grupos sociais, minorias, culturas e religiões, o livro didático ainda não consegue envolver de forma mais clara e dinâmica conteúdos paralelos como as religiões de matriz africana, povos indígenas, a história das mulheres e as relações de gênero.

Para Fernandes e Morais (2005, p.154), a interpretação dos livros escolares ocasiona o aumento da expectativa sobre “o resgate do lado do vencido, do conquistado” e valorizar seus feitos, mesmo sem conhecer, espera-se que esse conquistador seja branco, cristão e favorecido economicamente; e concluem que se observa uma mistura de significados e ideais de conquistas em que está inscrito o passado.

A maneira que escolhemos para contar nosso passado pode dizer muito sobre nosso presente. O resgate dos acontecimentos tem como objetivo legitimar ou explicar o momento, a situação e as sensações presentes. Desse modo, a maneira de narrar a história (...) revela que tipo de imagem se forma, (...) ao tentar enxergar através de métodos artificiais e, talvez únicos, de reflexos, em diversas épocas, diferentes situações (FERNANDES; MORAIS In.: KARNAL, 2005, p.155).

O estudo sobre África é uma das vertentes desses conteúdos. A história da África e dos Africanos, em geral, são apresentadas em pequenos parágrafos no livro didático. Uma das críticas se refere ao espaço deixado para a discussão, que não agregam valor o suficiente para mostrar as relações humanas nesse contexto, pois até a falta de informação e de conhecimento constituem uma espécie de memória sobre determinado assunto e período. Dessa forma, o ensino sobre o passado, pede um discurso mais forte sobre as representações e a construção das identidades, ainda que sejam memórias de classes menos favorecidas economicamente ou de mínima visibilidade e atuação social, permite a análise dos objetos de investigação como um pedaço do campo social em conflito.

Acerca da História das Mulheres, as lacunas também são deixadas em branco nos materiais. Se torna mais viável retirar do conteúdo apresentado, traços dessas relações entre os sexos, do que encontrar espaços apropriados para elas. As mulheres são apresentadas como mãe, organizadoras do lar, destinadas a serem esposas, responsáveis pela formação dos filhos, da conduta do marido e da constituição da família. Aspectos que são encontrados em fragmentos de parágrafos que envolvem a vida social ou nas características das ilustrações, que evidenciam esse caráter da vida privada feminina.

Todas as versões e verdades sobre o tema também são construções. Nesse sentido, de maneira lenta e sutil, essa noção de si mesmo aos poucos vai se alojando na (in)consciência. São também os livros didáticos, essas tradições e o senso comum que aparecem no espelho mágico do passado, de qualquer cidadão que procura seu reflexo para ver e entender quem é e de onde vem (FERNANDES; MORAIS; In.: KARNAL, 2005, p.159).

Apesar da variedade de conteúdos que compõem os textos, o livro didático precisa ser entendido como um transmissor de interesses, interferências e critérios. Para Bittencourt (2004, p. 302), a definição está interligada a “um veículo de um sistema de valores”, que está carregado de ideologias, deficiências, vantagens e críticas. Vale frisar, que embora a utilização do material em sala de aula seja rotineiro e habitual, as informações contidas nele podem despertar novas investigações que caminhem por um trajeto que não tenha sido apresentado por esta estrutura física de pesquisa e ensino.

As versões discutidas nesse contexto oferecem espaço para revisões e novas informações sobre a perspectiva histórica apresentada. Nesse sentido, a consulta em revistas e jornais, fontes em arquivos, os documentos familiares e até a internet, tem promovido um grande embate entre as novas visões da história, as comparações com a vida presente e as memórias, que repetidamente, foram fixadas nos conteúdos; ao permitir que comparações e desconstruções sejam feitas.

Ainda conforme Bittencourt (2004, p.310), por mais que “algumas características dos livros didáticos de História permaneçam”, há uma renovação na formação de professores e alunos, que aproveitam essas mudanças para compreender as definições e os significados das ações no tempo; e, por conseguinte, priorizar outras formas de buscar uma complementaridade ao tema, por meio da literatura, dos filmes, sites, rádios, conversar com pessoas mais velhas, entre outros elementos que estimulam o conhecimento.

Existe a crítica ao livro didático devido a sua dimensão exclusiva, resumida, pouco dinâmica, e principalmente, no que se refere ao tradicionalismo dos conteúdos e temas apresentados. Por saber que existem critérios de definição dos temas e conceitos, a construção do material pode se tornar mais flexível aos novos campos históricos, que tratam dimensões excluídas tanto da vida social e cotidiana, quanto das páginas que priorizaram outros conteúdos por muito tempo. Contudo, é inevitável não levar em conta o caráter financeiro e de consumo que permeia a estruturação de ferramentas para a educação e construção do material didático.

As alterações do tema e a sua visibilidade envolvem negociações, cortes e investimentos de autores, ilustradores e outros profissionais. Como um trabalho em grupo, a visão de cada um vai tomando forma dentro do processo, mas as referências dessa construção vão além desses fatores, pois o livro didático obedece a regras definidas pela atuação do Estado, bem como a regulamentação dos valores de reprodução e os critérios de consumo.

A importância do livro didático reside na explicação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica. Autores e editoras tem sempre, na elaboração dos livros, o desafio de criar esses vínculos. O livro didático tem sido o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolares (BITTENCOURT, 2004, p.313).

Toda a composição do material didático faz parte de um sistema que enobrece e reconhece, que quanto maior for o investimento gráfico e a disposição dos conteúdos, maior será a reprodução, aceitação e consumo deste. Além dessa organização dos acontecimentos históricos, existe uma conexão entre a disposição das informações, as possibilidades de reflexões e a instrução para que esse conhecimento chegue ao aluno de maneira clara e objetiva. Ainda assim, a forma como o professor conduz as aulas é o grande ponto de destaque, visto que o processo de ensino aprendizagem envolve as duas categorias, discente e docente; o professor estimula o aluno através de métodos adequados a realidade do ambiente escolar, com base no desejo de transformar os olhares sobre aquilo que é passado em sala de aula.

Pela heterogeneidade dos temas dispostos para o trabalho com a história como disciplina, o livro didático permite e dá condições para que o aluno elabore sua interpretação sobre os acontecimentos, a construção da identidade e a vida social. Para ampliar o nível de abrangência do tema, existem possibilidades interdisciplinares para conduzir o processo de ensino. Com base na formação dos múltiplos saberes, os docentes se tornam mais investigativos e são induzidos a provocar mais a criatividade para dialogar com os alunos.

A adoção de ferramentas de trabalho para o professor, embora pareça fácil, não é. Todo o material deve ser escolhido de acordo com temáticas específicas, visando a adequação à idade, linguagens utilizadas, a dinâmica visual e os procedimentos

pedagógicos. Portanto, alguns itens ficam disponíveis para serem incluídos em sala de aula, como os mais vistos tradicionalmente, filmes, vídeos, músicas e documentários.

Materiais complementares para a disciplina também tem a intenção de melhorar o processo ensino aprendizagem e a relação com os temas. No entanto, esse novo olhar sobre a História faz com que brotem novas ideias e perspectivas sobre o que é passado para os alunos em sala de aula. Um dos principais motivos para aderir a essas ferramentas é chamar atenção dos alunos a temas específicos e/ou transversais ao que é trabalhado, mas em especial, compor um conjunto de técnicas que aborde a vida em sociedade e torne a crítica e análise, uma característica evidente nos alunos.

Sob a compreensão de Miranda (2007, p 101), essas metodologias se configuram instrumentos “vinculados essencialmente, à capacidade de desenvolver um pensamento baseado na formulação de inferências e hipóteses, de modo a fomentar um redimensionamento da relação do aprendiz com a produção do saber”. Assim, de maneira sutil, o aluno seria capaz de entender “a dimensão de provisoriedade própria da produção e explicação históricas”.

No que diz respeito às ausências encontradas nos livros didáticos, uma opção foi desenvolvida para permitir novidades no ensino e expandir as ideias presentes nos livros didáticos. Os materiais paradidáticos, não se tratam de uma transposição do que há no livro didático para uma estrutura menor, mais compacta, e sim uma criação de uma linguagem direcionada (em geral para o ensino fundamental), que tem como objetivo aprofundar significados, conceitos e contextos; e, aplicar atividades que possam incluir a relação com o passado e o contraste com a atualidade, assim como, propostas dinâmicas no âmbito escolar.

Com o passar do tempo, esses materiais de apoio e/ou complementares, são atualizados e incluem cada vez mais o apoio a diversidade e aos grupos sociais silenciados da História. Podem surgir não só paradidáticos, como inúmeras variedades de produção impressa, virtual, visual, entre outros.

Para Carlini (2006, p.26), existe o interesse em ampliar a aprendizagem para todo o conteúdo disponível além do que está inserido no suporte didático. Por isso, “ganha uma conotação muito mais ampla incluindo, ao lado dos saberes sistematizados e de igual importância, os saberes relativos às necessidades humanas, à vida em sociedade, à

convivência harmoniosa, ao respeito à diversidade” e a cidadania. É importante destacar, que a exploração desses novos conteúdos, que são expansões do campo da história, acabam se mostrando interessantes pela metodologia presente em sua construção e devido ao distanciamento do estranhamento do aluno, já que a maioria destes materiais tem como base a relação com a realidade, o cotidiano e as relações sociais.

Muitas são as interpretações sobre fatos, pessoas e ideias, pois diferentes são os interesses, valores e concepções de quem elabora. Conforme Ciampi (2011, p. 57), é “importante exercitar o aluno neste processo de percepção do lugar social de quem fala e das diferentes linguagens que transmitem esses discursos. Conhecer é construir significados e relações entre pessoas, ideias e objetos, portanto constitui uma forma de” expressar comunicação, uma vez que o significado está presente nas relações sociais, familiares e nas práticas cotidianas.

Nesse sentido, Pinsky (2009, p.9) pontua que o importante não é a forma como a disciplina é aplicada ou as ferramentas de apoio que o professor utiliza para dinamizá-la ou inová-la, quando se afasta do tradicional uso do quadro e do pincel ou quando só tem esses dois elementos disponíveis. A preocupação está em renovar o ensino e combater os limites ao abraçar temas que enriquecem a visão de mundo do indivíduo, já que apresenta um “foco duplo: o interesse do aluno e a responsabilidade social do ensino de História”, ao apresentar novos significados às relações e conceitos; explorar documentos antigos; conhecer melhor a cidade em que vive, entre outros aspectos.

“Trata-se de iniciar o aluno na leitura do mundo”, é o que assegura Ciampi (2011, p.58). Para ela, as formas apresentadas ensinam o indivíduo a ler através de fotografias, imagens, esculturas, depoimentos e outras linguagens que diferem de uma apresentação de conteúdos e as segmentações presentes no livro didático. Portanto, segundo a autora, as abordagens e visões sobre as questões históricas são muitas, e na mesma proporção, estão as relações entre os sujeitos de diferentes espaço e tempo, assim se torna fundamental construir, reconstruir e argumentar.

O estudo sobre moda é uma das vertentes presentes na ligação entre os novos modos de enxergar e interpretar a história. Vestimentas, comportamento, beleza, feiura, poder, cabelos, penteados, todas essas categorias são encontradas nessa perspectiva. Através deles é possível fazer comparações entre os modelos presentes no tempo passado e

as representações que perpassam o cotidiano. Estudar História por meio da moda é um tanto inovador.

Nos livros didáticos, as vestimentas são apresentadas raramente como elementos de investigação e pesquisa, passam despercebidas diante da proporção que toma o contexto histórico - local, data, pessoas e feitos, nos textos. Em boxes ou outras formas de compensar a ausência do tema, aparecem solicitações de pesquisas e construções de pensamento sobre a participação feminina e as relações de gênero.

Nos dias atuais, não só a moda como a estética, em um sentido mais amplo, são recorrentes nas discussões sobre bem estar, a visibilidade social, e principalmente, na construção das identidades. Por isso, tem surgido neste campo, materiais de apoio ao professor que exibem temas que ainda não haviam sido integrados no estudo da História. A vestimenta é um deles, mas abriu espaço também, para a compreensão sobre as identidades e representações da estética do cabelo; sobre a desnaturalização das formas do corpo consideradas como padrão ideal na sociedade; o estímulo ao consumo de produtos de beleza para prolongar a juventude, por homens e mulheres; os investimentos para estar na moda na sociedade de consumo; as lutas femininas contra todos os tipos de violência; as diferenças entre a educação masculina e feminina; e outros temas pertinentes para problematizar, por permitir uma leitura da realidade de vida do indivíduo, juntamente com uma visão sobre aspectos do espaço, seja por uma seleção nacional ou pela interação com o ambiente local, que é inclusive, mais próximo das práticas cotidianas, das relações políticas, econômicas, sociais e da cultura.

Por esse motivo, a história local se faz presente para dar suporte aos materiais complementares, por ser um campo de exploração muito rico para o pesquisador. Geralmente os livros didáticos trazem informações apenas sobre o que é mais conhecido das regiões do país, as especificidades locais como a cultura, comércio, relações sociais, sotaques, literatura, ficam restritas a espaço onde os livros são usados, onde a tarefa do professor tem a função de levantar discussões sobre essas temáticas.

Existem conexões que são significativas para compreender os reflexos do processo histórico acerca de um determinado espaço retirado de um cenário maior, pois oferecem o entendimento sobre um complexo emaranhado de identidades, conflitos sociais, representações e ações do homem, que são responsáveis por nortear e desenvolver

as mudanças e transformações na sociedade. Logo, essa conjuntura oportuniza a viabilização da criação de materiais para auxiliar os temas propostos em sala de aula.

Uma das contribuições da história local é o crescimento do interesse pelas relações que se estabeleceram no espaço de vivência do indivíduo, com a organização de uma análise por intermédio das questões sociais, culturais, tradições, alianças políticas e por perceber os valores e interpretações mediante as singularidades do contexto do espaço investigado, para compreender sobre a dinâmica urbana e social que vai do micro para o macro.

Do macroespaço que abriga as civilizações, a Historiografia moderna apresentava agora a possibilidade de examinar os microespaços que abrigavam populações localizadas, fragmentos ou setores de uma comunidade nacional mais ampla. A História local nascia, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais (BARROS, 2013, p.151).

Constantemente as pesquisas que se referem ao tema “Moda” são visualizadas por dois núcleos, Rio de Janeiro e São Paulo. Os acontecimentos pertencentes a essas localidades são, tratados como comuns ao restante das regiões do país. No entanto, cada espaço possuía especificidades que colaboravam para fixar suas memórias, construir identidades e se relacionar com as informações e novidades que chegavam ao local. Manifestações culturais, tradições, regras, hábitos, são todos aspectos únicos e relevantes por estabelecerem um elo com a aparência, o discurso normalizador e as definições das relações de gênero, levando em conta que é esse choque entre o nacional e o local, que desenvolve e faz brotar a preciosidade que é a história local.

Desse modo, a constituição do conteúdo teria como base a novidade como símbolo do progresso e da modernização. Explorar o âmbito masculino, que considerava a construção da vida esportiva, o desenvolvimento dos automóveis e dos locais de sociabilidades, a intensificação do uso de produtos cosméticos e medicamentos para melhorar a aparência, a saúde e a virilidade. Enquanto o feminino, situado na movimentação das novas referências às vestimentas e padrões europeus de beleza formam importantes vetores de investigação, a remodelação das cidades se encaixa em processos singulares e próximos, com importantes informações para as discussões.

A viabilidade de tornar visíveis os direcionamentos dados em discursos sobre política, as práticas cotidianas, a moda e bem estar, torna a confecção do material complementar ainda mais considerável, pois as interações entre o público e o privado, masculino e feminino, e as alterações entre as décadas de 1920 a 1950 reforçam traços presentes na vida cotidiana, como o conservadorismo, a moralidade, o tradicionalismo das instituições familiar e religiosa, presentes em cada publicação de jornais e revistas mostrando que a cidade de São Luís é repleta de peculiaridades.

Segundo Barros (2013, p.170), “nesse sentido mais amplo, uma história que se produz de um lugar, que traz marcas deste lugar, que retorna depois a este mesmo lugar e produz novas interações com os leitores que se reapropriarão criativamente da história”, que carrega o peso dos significados e das incertezas de determinada época, como o modo de vida, os cenários urbanos, os espaços da cidade. Todas essas características desenham a História Local, que precisa identificar através das experiências, trocas simbólicas e culturais, os caminhos que colaboraram a construção das identidades e da própria história.

Apesar das evidências encontradas nas fontes, não se tratam de uma representação fiel aos fatos que ocorreram. Esse mecanismo se torna eficiente em sala de aula, na medida em que o historiador busca novas formas de analisar e estabelecer ligações com grupos sociais semelhantes e opostos, na tentativa de buscar uma aproximação com a realidade do período estudado. Contudo, a inserção da categoria representação, desenrola um debate em torno do alerta para verificar as intencionalidades dos autores dos textos, assim como a busca pela manipulação de informações e análise das versões dos acontecimentos, que ocasiona o cuidado com a ausência causada pela representação, pois de acordo com Chartier (1991, p.9), os discursos podem se transformar “em uma máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada”.

Hierarquizar campos históricos, e mais ainda, instituições de pesquisa, é evidentemente uma falácia. Nem a “História Local” é um saber menos, e nem existem “universidades periféricas” que devam dedicar a esta ou àquela modalidade temática, enquanto nas “universidades centrais” se ocupam de “saberes maiores”. Não há maior falácia, aliás, do que pensar em determinadas modalidades ou campos históricos como periféricos (BARROS, 2013, p. 186).

A vantagem de abordar a história local está em estimular a atenção e o interesse por contextos reduzidos e destacá-los da história nacional, considerando as exclusividades da localidade que se tornam molas propulsoras da pesquisa. O envolvimento com as fontes

ajuda a descobrir particularidades e a organização de vida do espaço estudado, pois as fotografias, jornais e revistas, são responsáveis por ressaltar essas características. O contato com as fontes dentro dos materiais complementares em sala de aula, também incentivam a curiosidade sobre as formas que elas possuem, como se apresentam ao pesquisador, sobre o que falam, e por conseguinte, a preservação, que deve ser estimulada ao falar sobre os cuidados ao manuseá-las e o objetivo claro de conservar viva a história de um lugar, convivências e os problemas dessas sociedades do passado.

A história local se faz presente na pesquisa e no cotidiano escolar. Levantar discussões que tenham relação com as situações do dia a dia do aluno, envolver a realidade escolar e do campo afetivo/familiar, elucidar as ferramentas de poder e o exercício dos grupos sociais no contexto econômico e social, entender as hierarquizações, os contextos de estratégias de poder e a distinção social, são maneiras de mostrar ao aluno como os materiais envolvem temas atuais, e permitem a comparação entre as mudanças e permanências encontradas no comportamento, na estrutura da cidade e nas relações entre homens e mulheres.

Pensar a função social da História e a importância da devolução social é fazer com que a produção se volte para setores fora do âmbito acadêmico e as discussões entre os grupos de pesquisa ultrapassem os muros para atingir a receptividade da sociedade, em escolas, eventos sociais e outros espaços, com a intenção de valorizar o olhar sobre essa categoria e interagir com a ampliação das memórias sobre a cidade e o desenvolvimento dos indivíduos através dessas movimentações no tempo histórico que abrem portas para a compreensão do presente.

Para Cerri (2007, p. 62), “o que se aprende da História na escola (...) existe em função das fases da vida do sujeito (criança, juventude e adultos), das diferentes regiões e situações, de seu papel na vida diária, na política e em outras esferas da vida”, sofre influências das informações da mídia e dos “processos de modernização de todos os aspectos da vida”, assim como tudo o que foi produzido dentro de um contexto coletivo que alimenta a investigação, introduz e incita análises.

Dessa forma, Ciampi (2011, p. 69) aponta que a proposta é fazer emergir diversos sujeitos e conseguir identificar tensões, conflitos e articulações, porém “a história local não é necessariamente o espelho da história de um país e de uma sociedade”. Os processos de

investigação do local se apresentam e se relacionam para facilitar a compreensão de diversos setores sociais, quanto mais for próximo do aluno, maior sua capacidade de compreender as circunstâncias, portanto desenvolver atividades adicionando setores do mesmo espaço geográfico também contribui para o desenvolvimento do conhecimento, como o trabalho com fotografias de família para compor uma árvore genealógica, pesquisar sobre a criação do bairro onde vive e as transformações que ocorreram em sua estrutura (aumento da população, condições de circulação...) e outras perspectivas.

A cidade de São Luís, escolhida como cenário de investigação, propicia a pesquisa sobre uma gama de campos históricos e possibilita a evidencia das ações humanas no tempo através do manuseio das fontes, como a busca pelas informações sobre as transformações sociais por meio da análise da moda e das representações de gênero.

Considerada Patrimônio da Humanidade, possui um grande complexo de construções que compõem um acervo paisagístico de sobrados e uma importante presença de azulejos, constantes nas fachadas dos prédios, que adornam a cidade pela riqueza de detalhes e por sua diversidade.

Esta densa concentração arquitetônica é entremeada de ladeiras e escadarias, pequenas praças, largos e fontes. Gravar o nome destas ruas e logradouros é compor quase sem querer um poema: “Rua da Paz, do Sol, Rua Grande, da Amargura, Rua da Inveja, da Alegria, do Alecrim, do Pespontão, Rua da Saúde, das Mulatas, Beco do Comércio, Largo da Forca Velha, Fonte do Ribeirão, Fontes das Pedras... (UNESCO, 2002, P.184).

As fachadas de azulejos, ruas e ladeiras, praças e monumentos, configuram a matriz colonial da cidade, que ganhou prestígio pelas construções espalhadas no centro, que carregam a história da cidade, em seus momentos áureos de economia próspera e também de declínio e reconstrução. Sem esquecer que todas as construções fazem parte de um plano de preservação. A capital do estado é conhecida além das obras coloniais, como berço da cultura, pelas manifestações do Tambor de Crioula, Bumba meu Boi, Carnaval, as movimentações do ritmo Reggae, a perpetuação de religiões de matriz africana; a famosa conceituação de “Athenas Brasileira”, entre outras formas significativas de evocar o passado e a história do local.

Segundo Neris e Neris (2014, p. 329), no que se refere às construções identitárias maranhenses, as manifestações populares e culturais tomaram maior forma e proporção em

relação às atividades e ações desenvolvidas pela elite do século XX na cidade. As atribuições culturais da elite perderam espaço e valorização para a centralidade “dos folguedos populares nas políticas públicas de turismo e cultura, o que pouco se explorou foi o fato que essa teoria do popular e esse reconhecimento, funcionaram como reforço dos conteúdos de erudição e do papel dos intelectuais como” regulador da experiência da construção da identidade maranhense.

São Luís, conhecida por Athenas Brasileira quando enviava os filhos da elite para estudar em Portugal, almejava alcançar a civilidade. Entre o final do século XIX e o início do XX, segundo Camêlo (2012, p.99), “praças, ruas, becos, travessas, avenidas e largos do centro da cidade” passaram por uma renomeação para adequar a memória aos “nomes dos homens ilustres e letrados” que pertenciam ao grupo de intelectuais.

Localizados principalmente no centro da cidade, bustos, estátuas, relevos em monumentos; a diversidade de fachadas, janelas e portas, que trazem a marca do tempo e a história da cidade, estão cravadas em cada espaço que faz referência à história de São Luís. No dia 22 de dezembro de 2018, com a reforma e urbanização do Complexo Deodoro⁵, os bustos das personalidades maranhenses que haviam sido retirados pela falta de preservação, voltaram ao seu lugar de origem. De acordo com o jornal *O Imparcial* (21 de dezembro de 2018), “foram retirados do local em 2007 após ações de vândalos”, nesse período ficaram sob a guarda do “Museu Histórico e Artístico do Maranhão, onde foram restaurados e higienizados”. Além disso, “os bustos são uma homenagem póstuma oficial e permanente”, entre eles está “Clodoaldo Cardoso, Gomes de Sousa, Henrique Legal, Arthur Azevedo, Urbano Santos, Dunshee de Abranches, Nascimento de Moraes, Gomes de Castro, Bandeira Tribuzzi, Maria Firmina (...) Josué Montello”, entre outros, que receberam esse agradecimento “por suas contribuições às artes no Estado”.

Embora a cidade tenha essa riqueza cultural, literária e histórica, poucos são os que conhecem os acontecimentos e a importância de cada detalhe encontrado em praças e ruas. Partindo desse princípio, a história local não tem espaço nos livros didáticos, visto que muitos deles vem dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, trazendo informações desses locais como se fossem genéricas a outras regiões. Observando deste ângulo, a produção de materiais didáticos ou complementares originados na cidade de São Luís,

⁵ É o conjunto feito pela união de quatro praças: Pantheon, Deodoro e as alamedas Gomes de Castro e Silva Maia, localizado no centro da cidade. Espaço situado próximo a Biblioteca Pública Benedito Leite.

pode ser considerada restrita devido à quantidade de temas que podem ser trabalhados e muitas vezes passam despercebidos por conta da rotina das movimentações na cidade e da vida das pessoas.

Nesse contexto, a produção de materiais paradidáticos ou de apoio, é fundamental para entender as singularidades de cada período da cidade. A história das praças, dos mercados, dos principais logradouros e igrejas de São Luís, não são tão evidenciados durante a aprendizagem escolar, mas sim pela experiência de pessoas mais velhas que circularam nesses ambientes durante uma parte da vida, que conhecem cada travessa, pelo nome e sua história. Portanto, a possibilidade de pesquisa sobre a histórica da cidade, é muito vasta, embora sejam mais vistas durante projetos educacionais aplicados na escola, do que no dia a dia em sala de aula, o que configura uma perda de valor cultural e histórico para os alunos, que tem próximo a eles o cenário ideal para tentar recriar e desvendar questões que nem sempre são oferecidas para investigar, como a origem dos azulejos e a diversidade de cores e formas que apresentam; a disposição das ruas e o calçamento com paralelepípedos; a moda e o comportamento presentes nas relações sociais e em outros âmbitos da sociedade, como a economia e a política.

Valorizar o local de origem e onde vivemos, constitui uma representação da preservação da identidade, que adota traços culturais e históricos na sua elaboração e estrutura. Conhecer implica em ter contato com um enredo ainda não visto de outra perspectiva, por estudiosos e pesquisadores do tema, que são responsáveis por fazer o levantamento de cada detalhe para tornar a constituição da trajetória histórica preciosa na vida da cidade. Assim, quando se tem contato com núcleos de trabalho que desenvolvem o apoio à preservação e o cuidado com esses tesouros presentes no cenário urbano, ocorre um incentivo ainda maior ao conhecimento e ao interesse sobre a fase de existência de cada personagem, itens materiais, adornos e manifestações.

Passar essa noção de importância e preservação para os alunos é uma função do material de apoio ao professor, seja ele um paradidático, um mapa, um roteiro de pesquisa, entre outros instrumentos que estão sendo utilizados em sala de aula, para tornar visível a história do lugar onde vivem, seja através da compreensão de ações culturais, como as danças, o período junino ou as fontes literárias, como as obras de Josué Montello.

Josué Montello, importante figura da história de São Luís, foi professor, jornalista, romancista, ensaísta, historiador, orador, teatrólogo e memorialista, nasceu em 21 de agosto de 1917. Mudou-se para Belém em 1936 e depois foi para o Rio de Janeiro.

Residindo no Rio de Janeiro desde dezembro de 1936, Josué Montello considerava-se um homem de sua província, com a marca da terra e dos hábitos do Maranhão. Morou também no Peru de 1953 a 1955, como Catedrático Honorário da Universidade Maior de São Marcos, de Lima; em Portugal, em 1957, a convite do Itamaraty, regeu a Cátedra de Estudos de Lisboa, na Faculdade de Letras; em Madri, em 1957, como Conselheiro Cultural da Embaixada do Brasil de 1968 a 1970. De 1985 a 1989 exerceu o cargo de Embaixador do Brasil junto à UNESCO, em Paris, sempre retornando a São Luís nas suas vindas ao Brasil. Quase toda sua obra literária traz a marca da inspiração e da cultura maranhense (CASA DE CULTURA JOSUÉ MONTELLO, 2010, p. 2).

Montello faleceu em 2006, aos 88 anos, contudo produziu mais de 160 títulos de diversos gêneros entre crônicas, ensaios, discursos, antologias, novelas. Entre eles vale ressaltar a importância dos romances, obras ficcionais, em que a cidade de São Luís é retratada regularmente, com destaque à vida cotidiana e as relações sociais. Sua escrita é extremamente detalhada, é capaz de realizar descrições minuciosas sobre cenários, ruas e personagens, para destacar aspectos que são próprios da cidade, as expressões, a linguagem, os hábitos e costumes dentro do contexto construído nos romances. Apesar do autor ser uma peça chave para compreender a sociedade através das vivências dos personagens, suas obras mais conhecidas são: “Cais da Sagração”, “Noite sobre Alcântara” e “Os Tambores de São Luís”. Sua trajetória e memória estão vivas na história da cidade, em especial, na Casa de Cultura Josué Montello, que agrega os acervos bibliográfico, documental do autor e de outros escritores do Maranhão, do Brasil e do Mundo, e arquivístico, com peças que pertenceram ao patrono da casa, totalizando mais de cinquenta mil itens disponíveis. Esta instituição tem como objetivo a ampliar e promover estudos sobre diversas áreas de pesquisa, como a literatura, história, geografia, e o incentivo às manifestações culturais do estado do Maranhão. Na verdade, um é importante veículo de perpetuação da figura do autor no cenário local e nacional, entre suas participações em funções de confiança, como os cargos do governo, e o desempenho de sua trajetória escrita, através de sua competência.

Entre seus escritos, dois romances são fundamentais para investigar os traços da cidade no recorte temporal referido. *Janelas Fechadas*, publicado em 1941, foi escrito quando o autor tinha 20 anos e se ambienta na década de 1930, dando destaque para a Vila

do Anil, com as ações dos moradores e os hábitos das pessoas que lá moravam, no momento em que a personagem principal, “Benzinho”, enfrenta as dificuldades de uma escolha que comprometeu sua vida social com uma gravidez fora do casamento; O *Labirinto de Espelhos*, de 1952, também se passa em São Luís, envolve a trama de uma senhora viúva e rica que tem vários parentes de olho na sua riqueza e o enredo vai se desenrolando em meio a situações cômicas que ajudam a perceber relações sociais, comportamentos e costumes.

No contexto literário, a ponte entre a realidade e a ficção é praticável, porém é necessário que as referências sejam feitas às características e locais estudados, através do personagem ou da forma como a trama é desenvolvida, para mostrar a proximidade com a história local e como as representações presentes nas descrições que são passíveis de interpretação, assim como as fontes documentais, que trazem inúmeras informações sobre grupos sociais e suas ações no cotidiano. Utilizar os escritos de Montello para manter viva a memória sobre o tempo abordado é uma maneira de conectar a história pela visão literária, que abre caminho para o estudo acerca das influências na construção dos personagens, a pesquisa sobre a vida do autor e sua influência no contexto local e nacional e as descrições e detalhamentos que permitem, pela visão do autor, entender padrões e regras pertinentes para o “bem estar” em sociedade.

Em *Janelas Fechadas*, o enredo se passa no Anil, área que possui uma grande porcentagem populacional, se configura por ser uma localidade distante da agitação do centro da cidade e possuía uma paisagem diferente do que era encontrado no “núcleo da modernização”. Quando se refere ao Anil, afirma que as horas passavam mais devagar porque a vida era mais tranquila e tornava o dia ainda mais lento. Benzinho, a personagem principal da narrativa, morava em São Luís e ainda era estudante da escola Santa Teresa, de tradição religiosa localizada no centro da cidade.

A mudança do Centro para o Anil foi uma consequência da escolha de Benzinho, que engravidou após uma relação consentida com um homem mais velho, que lhe fez promessas, disse que voltaria para construir uma vida junto dela e desapareceu. O afastamento de São Luís foi uma maneira de distanciar, ela e a família do julgamento social, visto que a gravidez fora do casamento era entendida como uma afronta às regras morais, religiosas e sociais. Alguns questionamentos se passavam pela cabeça da jovem sobre o futuro: “o que seria de mim, assim de barriga, à espera de um filho dele? E depois

de nascer, como é que eu vou criar o menino, sem dizer a ninguém quem é o pai?”. Josué Montello deixa evidente a representação da constituição familiar dentro das condições morais e de valor, afinal uma mulher jovem e grávida, perdia a pureza e o respeito social por se encaixar nas fofocas que rondavam o dia a dia, e a enquadravam na categoria de “moça falada”. O julgamento a quem feria as normas sociais e a castidade feminina antes do tempo certo – o casamento, era uma forma de por em dúvida a função social feminina e a sua circulação no âmbito público, pois seria apontada pelo erro e desprezada por outros homens.

De acordo com Montello (2017, p. 28), a situação de benzinho não era confortável: “Tivemos de deixar a casa da praça da alegria, em São Luís, e nos meter neste buraco, longe de tudo, para não passar pela vergonha dos vizinhos te verem de barriga. Não participamos aos amigos e parentes nossa mudança”, nem com as colegas da escola, pois ela parou de estudar, evitou aparecer em público e na companhia das amigas, para que não atribuíssem a elas o mesmo julgamento. Mesmo nessa condição, quando era possível sair de casa, Benzinho queria mostrar sua vaidade, através de artifícios como um penteado com “novo toque, com a risca central bem dividida; uma leve camada de pintura no rosto”; pintar os lábios com batom, usar perfumes, colar e um par de brincos, tudo isso para não ser confundida com uma mulher sem vaidade, pois não poderia “passar por mulher à toa”.

Sobre a relação entre beleza e princípios, o autor (2017, p. 33) deixa claro que naquele momento o cuidado com a vaidade teria como consequência a realização de um matrimônio na melhor das hipóteses, visto que a falta da beleza afastaria a possibilidade de encontrar um marido: “Quem tem filhas, está sujeito a mesma aprovação (...) Eu levo uma vantagem: só tive filhas feias (...) A boniteza, às vezes, em vez de ser um bem, é um mal. E como um mal, nesses casos, é dado por Deus, só nos resta baixar a cabeça”. A sorte seria conseguir um casamento e a falta dela, a gravidez fora dele, que poderia dar à moça o status de “à toa”, “qualquer”, “da zona”, “rapariga”, estes são termos utilizados por Josué para definir a mulher que não seguia o padrão ideal feminino, em uma sociedade que atribuía o casamento e a maternidade como uma dádiva dos céus.

Ainda assim, Benzinho tinha preocupações com o nascimento da criança e quando começasse a fazer questionamentos sobre o pai. Conforme Montello (2017, p.98): “como seria, à hora do registro da criança?”, “de que modo que explicariam a falta do pai?”. Relacionar uma mulher com a gravidez era assustador, registrar a criança sem a presença

de uma figura masculina indicava o fracasso feminino diante da sua principal forma de alcançar um status social, visto que a possibilidade de firmar um casamento era mínima, pois a condição em que ela se encontrava dava abertura para o desrespeito anunciado pelos homens que olhariam para ela já “pensando em se deitar”.

Os comentários e julgamentos resultavam em tristeza e vergonha para Benzinho e sua família, em um momento que ela já não sabia o que fazer, só tinha “vontade de sumir”, “se meter em um buraco”, “ir para longe”, porque a vida passou a ter outro significado: “medo”. Segundo o Montello (2017, p. 90), “prefiro o sossego de minha casa. E de janelas fechadas, para ninguém me ver”. O peso atribuído ao erro se estendia a toda a família, que precisou junto dela, procurar um lugar tranquilo, em que ninguém soubesse do acontecido para evitar comentários e preservar o bem estar social.

Apesar do meio social incitar que a mulher se isole, na tentativa de não “contaminar” outras com seu caráter e a carga moral, Benzinho recebe um conselho importante, pois além de mulher passava a categoria de mãe e como mãe, deveria educar seu filho: - “viva a sua vida, sem dar ouvidos à língua alheia. Cada um de nós tem de ir ao encontro da própria felicidade. Às vezes seguindo por um caminho errado. Mas sempre tentando ser feliz” (MONTELLO, 2017, p. 91). Este discurso mostra que a maternidade e a ausência do casamento poderiam ser obstáculos para muitas conquistas, mas que existia a possibilidade de ser feliz, de educar, de ensinar sem a figura paterna, embora saiba que seria uma cobrança intensa e excessiva da sociedade sobre a ausência da referência masculina e também, sobre o problema da constituição da família, que não teria um provedor para impor regras e estabelecer limites.

Mesmo com uma forte imposição da figura masculina tanto no casamento quanto na família, Josué Montello (2017, p.117) acrescenta um toque do período moderno, das transformações urbanas e sociais a personagem, ao dizer que: “Ela é que não quer saber mais dele. Disse que quer criar a filha sozinha. As moças de hoje são bem diferentes das moças de nosso tempo. Querem ser modernas demais”. Os comportamentos e ações do início do século XX, ainda se chocavam com o tradicionalismo presente no cotidiano, pois no momento que a filha tomasse essa decisão, a vergonha cairia para cima da família, que teriam que tolerar ou esconder uma filha, mãe e solteira; um assunto que transborda o limite das relações e convenções sociais.

A trajetória da personagem passa por temas que são discutidos desde os séculos anteriores, mas que ainda sejam muito atuais levando em consideração os novos significados atribuídos a essas relações entre homens e mulheres. Alguns questionamentos poderiam ser feitos aos alunos como forma de problematizar e entender como as diferenças foram construídas ao longo do tempo, para isso, esse contraste entre passado e presente é essencial para desenvolver essa análise. Será que nos dias de hoje a mulher que assumir e registrar um filho sozinha, carrega algum peso moral? Porque existe a denominação mãe solteira? As mulheres podem usar roupas do comprimento que desejarem sem sofrer desrespeito? Existem nos dias de hoje disparidades salariais e profissionais entre homens e mulheres que exercem a mesma função? São muitos questionamentos para dar mais voz às relações desequilibradas de gênero, preconceitos e estereótipos incutidos como normais e naturais, por isso a importância dessa relação entre literatura e história para transmitir de forma lúdica as representações sociais do passado e as condições atuais.

Para além da trama e das associações possíveis de realizar, a linguagem utilizada pelo autor também se torna importante ponto de referência quando cita palavras e expressões que não fazem parte do cotidiano dos alunos, assim existe a possibilidade de investigar o que é desconhecido para enriquecer o vocabulário e o conhecimento destes. Por exemplo, quando o autor cita: “gramofone”, “alpendre”, “sineta”, “cabriolé”, “melindrosa”, etc. e expressões como: “não posso passar por mulher à toa”, “deixa de ser moça direita”, “latinha de pó de arroz”, “uma confusão medonha”, “um fuzuê danado”; a ‘tradução’ dessas palavras e o significados que elas adquirem nos dias atuais também podem ser importantes veículos de informação sobre a história local.

A história de São Luís é a grande estrela dos romances de Josué Montello, e foi esse privilegiado local de criação, que conferiu visibilidade ao Maranhão, pelas importantes criações que ligam o estado ao poético e funcional, à cultura regional.

Não será muito o que Josué deve ao Maranhão – à sua capital, em específico – (ele se transferiu para o Rio de Janeiro, quando ainda adolescente), mas é muitíssimo o que o Maranhão – a sua capital, sobretudo – devem à obra de Josué, ao esforço amoroso de sua imaginação por erigir uma saga romanesca que assegure à sua terra natal a marca das realizações perpetuadoras. Ele mesmo dirá com orgulho e emoção, que escrevia tendo o mapa das ruas de São Luís sob o vidro de sua mesa de trabalho (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E TURISMO/ MARANHÃO, 2016, p.10).

Em *O Labirinto de Espelhos*, 1952, Josué Montello (1981, p. 7) destaca como principal personagem, Tia Marta, que era irmã mais nova, não era bonita, mas consideravam sua beleza uma forma natural que garantia a sua feição uma certa leveza. Por ter “modos de menina rica, exigia boas roupas e um bom colégio”, por isso casou-se com um homem mais velho, que faleceu quando ela tinha “pouco mais de vinte anos”.

Tia Marta tinha condições financeiras, mas aproveitava a própria condição e sabedoria quando optava por não pagar roupas, e encontrava nas relações com seus amigos, peças antigas que pudessem lhe servir e vestir como se um dia tivesse feito alguma encomenda. Nas linhas de sua narrativa, o autor (1981, p. 34) faz questão de evidenciar a valorização da história local ao expressar: “Não há Maranhão como este!”, “Para mim, acima de São Luís, nem Paris!”, “Onde um clima como o nosso? Em parte alguma! Onde se fala o melhor português? Aqui! Quem deu ao mundo um João Lisboa, um Sotero, um Odorico, um Gonçalves Dias, um Aluísio, um Coelho Neto?”; nesse momento, a identificação de cada personalidade agrega valor à História da cidade, para rememorar seus feitos e as impressões tiradas de suas ações.

Tia Marta se envolve com outros personagens que dão vida a trama. Estes são responsáveis por cobiçar a suposta herança que ela deixaria para que vivessem bem, no luxo e sem desempenhar nenhuma forma de trabalho. Em uma das conversas em sua casa, Tia Marta se refere ao casamento e ao corpo, pois para ela o ato de “apreciar” as movimentações pela janela, não seria uma forma bem vista: “- Está ficando janeleira demais! Mulher que muito se mostra acaba como a Cotinha – não achando quem a queira. E eu não te quero para enfeite de sacada”. Seguindo as convenções sociais, as mulheres deveriam se manter no ambiente privado para aumentar o mistério que envolvia a sua educação, seu comportamento e o nível de instrução, artifícios que seriam usados na conquista de um pretendente para o casamento, pois se mostrar demais não tinha uma conotação especial dentro desse contexto de patriarcalismo e submissão feminina.

Há uma atenção especial ao comprimento das roupas e ao formato do corpo. Em certo trecho, Josué (1981, p.49-50) explora as normas sociais e os costumes quando diz que as mulheres que fossem destituídas de beleza e atrativos naturais, seriam esquecidas durante os bailes, em cadeiras jogadas pelos cantos da sala, mesmo que para conquistar o corpo considerado como atraente, fosse necessário fazer alguns sacrifícios, como “ingerir alimentos de que não gostava”, com a finalidade de se apresentar nos círculos sociais com

a aparência contrária a magreza, apresentando “seios fartos e ancas roliças”. Para atrair um marido, algumas estratégias poderiam ser utilizadas, sem medir esforços para alcançar resultados com esses ideais. Poder vestir roupas mais leves, mostrar os braços e decotes, e adornar o corpo com joias, eram ações em mal vistas por envergonhar quem acompanhasse a moça, tornando o casamento apenas uma ilusão e difícil de se tornar realidade.

“Afim de contas, queres mesmo andar nua, com esses peitões de fora? Não te encabulas de mostrar os braços desse jeito? Ou será que com a idade, acabaste perdendo a vergonha?”. Josué Montello (1981, p. 84) é enfático ao mostrar que as situações cotidianas que fogem do padrão, são consideradas infrações graves para mulheres solteiras, pelos comentários que as aparições em público com vestimentas que mostrem muito o corpo, e o tanto que é prejudicial à sua imagem social, por ir contra os princípios da igreja e da sociedade. “Porque ir ao seu encontro, com o pensamento na herança das jóias, se já conformara em morrer solteira?”. Não conseguir um casamento seria considerado como uma punição, tendo em vista que não haveria mais produções para ir à festas, encomendas de roupas e compras de maquiagem, já que a igreja passaria a ser como segunda casa dessa mulher “abriu mão” de uma relação matrimonial e agora vive longe do mundo das vaidades e futilidades.

O casamento ainda era encarado como uma forma de realização feminina, embora esteja ligado muito mais às convenções sociais, as mulheres de classes mais abastadas economicamente evitavam a todo custo o desempenho único da função religiosa em conventos e igrejas. Nesse sentido, o autor (1981, p. 50) apresenta a saga de Cotinha, personagem interessada na herança de Tia Marta, em busca de um casamento. Para isso tinha “os modos recolhidos, a ternura das mãos macias, o jeito especial para bordados e costura”, junto com o “senso de economia e do recato, e o desembaraço com que sabia governar uma casa”. Como se não bastasse a boa instrução para os cuidados com o lar e o marido, ela também seguia as credices populares para adiantar o processo do matrimônio, como as suas caminhadas para ir “buscar botões de laranjeira depois da saída da noiva da Igreja de Santo Antônio”; nas noite de “São João”, com auxílio de uma bacia com água e uma vela acesa, pedia intervenção do santo para lhe ajudar a desvendar o futuro; evitava sentar debaixo de escadas e passava longe de ambientes que tinham a presença de gatos, por entender que pisar acidentalmente o rabo do animal, traria azar para o sucesso do casamento; essas ações configuram como as crenças presentes na região são fortes a ponto

de ter o poder de interferir na realização de um casamento ou afastar a pessoa drasticamente dele.

As características da cidade também estão presentes nas descrições dos passeios de Tia Marta: “Subiu a Rua das Hortas, barulhando nas pedras do calçamento. Levada pelo galope dos animais, a traquitana corria celeremente, por vezes saltando nos desníveis do solo” (...) “toda a cidade, com suas tortas ruas ladeirentas, seus sobradões de azulejos, suas praças povoadas ou desertas, seu longo cais marulhante, seus becos e suas travessas”; se refere à “Rua dos afogados”, “Rua dos Remédios”, “Rua do Alecrim” e até a condição que se encontravam as ruas de São Luís, quando diz que existia luz nas lâmpadas elétricas nos postes que ficavam localizados na beira da calçada no período da noite.

Todas as disputas e motivos para conquistar a herança de Tia Marta tinham um motivo diferente, cada um com uma ambição, desenhavam personalidades distintas e configuravam um “labirinto de espelhos humanos”, em que refletia principalmente a figura da dona da riqueza, que por ser astuciosa sabia lidar com cada um dos parentes e amigos que pretendiam ganhar uma parte dos seus bens. Nesse sentido, existia quem queria tomar posse de sua casa, das suas jóias e até do seu prestígio social, tudo isso dentro de um contexto de alteração da cidade e do comportamento, pois já se falava em “progresso” nesse tempo. Por mais que se trate da vida de Tia Marta, que pertencente a burguesia, retrata também, os dramas, a vida cotidiana e os anseios dos que tinham interesse na forma com que ela levava a vida e nas suas propriedades materiais, como o autor (1981, p. 25) descreve: “Na modéstia de sua condição, parecia satisfeito só em sentar na sala abastada, não se cansando de admirar os móveis, as cortinas, os quadros, as peças da casa. Alongava o olhar a medo e logo o recolhia, sempre maravilhado”; este é um trecho que demonstra o personagem “boquiaberto” com o aconchego e a elegância encontrada no interior da casa, tanto que exprime: “Que opulência!”, “Que gosto”, “Que Maravilha!”, concretizando o contraste entre a sua realidade e a disposição ali presentes.

Para se ter uma noção sobre as peças que faziam parte de sua moradia, Josué Montello (1981, p.8) inclui elementos que não eram recorrentes na vida social de modo geral. Por um ângulo mais específico, nem todos tinham acesso a esse conhecimento sobre adornos e peças que conferiam destaque para os grupos sociais. Diante disto, afirma que “Marta se distraía da solidão no arranjo melhor dos aposentos, ou então sentava ao piano para tocar as mazurcas ou as polcas mais em moda”; e no interior da moradia, existiam

também: “até seu cachimbo, com um pouco de fumo queimado, lá estava sobre a mesa. Seus livros, suas coleções de selos, suas botas com esporas”. Ainda que destaque a maneira como Tia Marta se apresentava dentro de uma construção econômica e social, ao dizer que: “não muda sequer o seu penteado e as suas botinas de pelica. O espartilho apertava a sua cintura, tufando-lhe um pouco mais o busto pequeno. O colarinho de rendas, fechava-lhe o pescoço” e na cabeça usava um chapéu, “preto de palha”, com a interferência de uma camada de tule para cobrir o seu rosto nas aparições que indicam o momento de luto pela morte do marido.

Portanto é importante perceber que as novas formas de incentivar a pesquisa e a investigação não se distanciam do que é o ensino de História, mas proporcionam a incorporação de novos temas e problemáticas que envolvem conceitos de gênero, representações, história local e uma diversidade de significados e ações que estão presentes na vida cotidiana, na construção histórica e no ambiente escolar. Assim, todas as estratégias e ferramentas que colaboram com a inserção do aluno em uma dinâmica que difere do ensino pautado em data e acontecimento, fornecem caminhos para explorar nos materiais didáticos e complementares, o interesse pelo processo ensino aprendizagem. Desconstruir estereótipos, dar ênfase as questões de gênero, símbolos identitários e relações na sociedade, são abordagens que devem fazer parte da formação do cidadão em sala de aula, que precisa do contato com as mais diversas linguagens para ampliar sua visão de mundo e as informações sobre o que acontece ao seu redor.

CAPÍTULO 2- NAS BARRAS DO PROGRESSO: moda, gênero e transformações sociais no cenário urbano de São Luís nas décadas de 1920 a 1950

2.1 Adornando a cidade: a moda e o cenário urbano

Expressar novos gostos, produzir identificação com objetos, exibir o comportamento, demonstrar refinamento, carregar símbolos. A moda está presente em diversos pontos, da beleza à economia, da identidade à definição de papéis sociais, passa pelo comportamento, influências, bem como suas diferentes práticas e compreensões. Considerada como um retrato da mudança do tempo em que está inserida, a moda vai além de cortes, tecidos, cores e objetos, faz parte de uma relação que permite refletir sobre a sua importância quanto às representações, discursos, a construção da identidade do indivíduo e sua atuação dentro de determinado grupo social, por isso se tornou um mecanismo de participação fundamental nas relações de organização da estrutura da sociedade.

A moda associa consumo, elegância e essência, mas caminha de mãos dadas com as convenções sociais, no sentido que as mudanças podem manter ou alterar os princípios sociais tradicionais, o que pode provocar aceitação ou repulsa em relação aos padrões já estabelecidos. Por isso, é um dos fatores que contribuem para a formação da identidade do indivíduo, que está em busca da novidade em meio à modernização dos cenários urbanos, mas esbarra com a questão econômica, que vai desde a produção de artigos e expressões, até a mobilidade social, passando pelas estratégias de manutenção de privilégios e imitação dos grupos considerados espelho de civilidade e refinamento, uma verdadeira referência no processo histórico.

Os objetos, costumes, vestimentas e o próprio comportamento, indicam diferenças entre o público e o privado, mas funcionam principalmente como marcadores de posições sociais, sobretudo porque a moda também pode ser vista como uma forma de visibilidade, personalidade e demonstra influência política e econômica, ou seja, firmar participação social através da diferença, da estetização dos gostos e dos modos de vida presentes nos grupos sociais de boas condições econômicas com a intenção de criar um distanciamento através daqueles que são considerados superiores.

Os padrões de beleza e as mudanças da moda são responsáveis por distinções sociais e discursos sobre progresso. A moda tem como característica a transformação e o

aperfeiçoamento, portanto ao mesmo tempo em que procura novidades, limita-se à preocupação com os excessos, devido às expressões adquiridas pelo comportamento corporal, gestual e à vestimenta, que carregam significados e funções e ao mesmo tempo indicam a complexidade das mudanças produzidas pela moda, como a transição, substituição e identificação.

Durante o século XIX, a vaidade e a beleza não eram consideradas como fatores de prioridade na vida de homens e mulheres. Os homens eram voltados para o âmbito público e as mulheres para o privado. Estas deveriam direcionar sua função para o casamento, a maternidade e o lar, logo demonstravam quando em aparições públicas, um corpo robusto, que indicava saúde, a condição econômica da família, juntamente com a utilização de jóias, adornos e tecidos, para que aparentassem saúde e prestígio social. Eram instruídas para serem boas esposas, aprendiam sobre corte e costuras, tinham ensinamentos sobre culinária, poesia, inglês ou francês. Para o casamento, era oferecido o dote (valor financeiro), um valor passado para o marido com a finalidade de garantir sua sobrevivência através da tutela de um novo homem, já que a mulher era considerada inferior e incapaz.

A moda feminina deste século cobria colo, pescoço, pernas e braços e só era possível vê-los em dia de festa, que a cintura permanecia bem marcada e as saias eram ainda mais ricas em volume. “As mulheres estavam em dupla prisão: ficavam trancadas em um espaço privado e, também, em suas roupas, verdadeiras embalagens de tortura(...) precisa ser tola, impotente e bela” (XIMENES,2011, p.46).

Quanto aos homens, eram instruídos a serem líderes, incentivar ações políticas e transitar entre movimentações econômicas. Portanto, considerados fortes e independentes, tinham a oportunidade de realizar ações que não eram conferidas às mulheres de classes abastadas, como estudar longe da família, passear e fazer reuniões em ambientes públicos. Por esses motivos, os homens não precisavam se preocupar com artifícios da beleza e o mundo das frivolidades, pois a construção do status social dependia do trabalho, relações sociais e também, da condição familiar, assim a aparência não funciona como aspecto principal nas relações masculinas.

França, Estados Unidos e Inglaterra, considerados pontos de referência da civilidade e do progresso, dominaram os centros urbanos brasileiros através da influência de hábitos, vestimentas e comportamentos, pois eram vistos como modelos de tendências

no momento em que as cidades incrementavam novos elementos na sua estrutura e criavam novos padrões de organização. Estilos de vida vindos de fora do Brasil motivavam o desejo dos indivíduos assemelharem-se àqueles que usufruíam do prestígio e das novidades na sociedade, sobretudo as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ao buscar inspiração nestes modelos de fora do país, para conseguir se situar na moda e nas mudanças das configurações do cenário urbano, assim como os hábitos e costumes.

No início do século XX as novidades alteraram os hábitos sociais, juntamente com os avanços provenientes da modernização das cidades, na tentativa de estabelecer um novo ritmo de vida e aquecer a vida urbana. Se no século XIX as mulheres precisavam do dote para garantir sua sobrevivência e arranjar um casamento, no século XX esse dote de caráter financeiro se configura como um novo dote, o da aparência, que surgiu quando as alterações levaram as novidades estéticas e culturais ao cotidiano, espaço em que a beleza era capaz de alcançar o propósito feminino, sobretudo a partir do momento que as mulheres burguesas começaram a circular com mais frequência fora do ambiente privado.

A cidade de São Paulo, como enfatiza o jornal *O Imparcial* (29.12.1929), possui “alto destaque financeiro entre as demais unidades federativas, tem rendas superiores”, é um estado que “não pode mais ser governado em moldes de província”, que “difundiu a instrução primária”, “remodelou o serviço sanitário” e a “inspectoría de Molestias Infecciosas”⁶. Portanto, a urbanização e a modernização criaram novos cenários para as cidades, para seguir em direção ao progresso, prestígio e ascensão, em vista das tendências que influenciaram maneiras de ser e parecer; essas novidades apresentadas ao cenário urbano caracterizam uma nova forma de adaptação ao modo de viver nas cidades.

O início do século XX foi marcado por mudanças, na estrutura urbana, nos valores e nos costumes. Surgiram novas formas de lazer com o desenvolvimento do espaço urbano, a alteração da quantidade de habitantes e a movimentação econômica, envolvidos no desejo de transformar a cidade em um universo repleto de civilidade e melhorias que atingissem a expectativa da “população”.

No entanto, a cidade de São Luís não estava na mesma velocidade da modernização que outras regiões do Brasil. Apesar da criação de novos espaços de lazer, como as praças, havia muitas reclamações sobre os segmentos que pediam por melhorias.

⁶ A grafia dos trechos está de acordo com o documento original.

O progresso da cidade estava muito distante da reestruturação que ocorria em São Paulo ou Rio de Janeiro, pois as condições eram precárias, à margem de serviços como transporte, iluminação e a “ausência de água tratada e esgoto em São Luís (...) acarretava o aparecimento de doenças como o tifo, cólera, desintéria,etc (ALMEIDA In. ABRANTES;SANTOS, 2012, p.145), a inviabilização de um sistema de água prejudicava em grande parte tudo o que era relacionado à higiene.

Dada as precárias condições sanitárias de São Luís não é surpreendente que nas décadas iniciais de República a cidade sofresse tanto com as antigas moléstias quanto surtos de novas enfermidades. Foi assim no caso da peste bubônica, que surpreendeu a cidade de outubro de 1903 até maio de 1904 (ALMEIDA In. ABRANTES;SANTOS, 2012, p. 135).

Tem-se a notícia dos desencantos com a falta de manutenção e a situação em que se encontrava a cidade através do jornal *A Pacotilha* (22.02.1922), que se refere aos prejuízos à saúde pública diante da falta de limpeza e do lixo depositado em diversos pontos urbanos não autorizados, que resultavam em colocar em perigo os habitantes. Colocar o lixo em qualquer lugar configurava “o desprezo do maranhense no que diz respeito ao asseio da sua capital e à conservação de sua própria saúde”. Depois de Salvador, a cidade de São Luís foi considerada “uma das mais imundas do Brasil”, embora houvesse evidências sobre o melhoramento em outros aspectos, como o “calçamento das ruas e o ajardinamento das praças”, a falta de asseio poderia trazer doenças através de animais como urubus, cães e ratos, por isso o principal interesse de melhoramento estava no desenvolvimento das condições de limpeza.

Diferentemente da conjuntura de São Luís, a cidade do Rio de Janeiro, modelo de modernização e progresso, era considerada de acordo com o jornal *A Pacotilha* (08.08.1923), “um dos centros mais saudáveis da América do Sul”, o que mostra o quanto a cidade teve sua estrutura alterada a favor da evolução e ampliação das reformas urbana com “o rasgamento de vias, a execução de rigorosas providencias de saneamento, a fiscalização continua e implacável dos delegados de saúde, dos restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos (...) a canalização da água”, o que levou a cidade a limpar as epidemias que assolavam outros estados.

Os jornais elucidavam a ausência de interesses das autoridades públicas em levar a cidade à modernização, como pode ser notado nas colunas dos jornais, por exemplo, em

A Pacotilha (11.11.1922), que denuncia o retardamento do Maranhão para a inserção nessa fase de expansão. “O Maranhão, com seu atraso, o abandono em que vive, a decrepitude que lhe caracteriza os aspectos, a falta de iniciativas, parece aos que de perto observam”, como se não pudesse oferecer benefícios para investimentos de habitantes locais e de outros pontos do Brasil ou do estrangeiro, pois “o maior mal desta terra parece ser esse mesmo: não desperta interesse”, nem mesmo para o maranhense, que parece também estar “desiludido de qualquer possibilidade de ver a sua terra ir para diante”, no momento em que falava-se sobre mudanças, mas estas não chegavam ao plano da realidade. A comparação com outras localidades parecia ser inevitável para justificar a situação de São Luís, repleta de desejos que até então ainda não tinham sido atendidos, apesar dos investimentos serem razoáveis não existia a possibilidade de mudar a cidade da noite para o dia, e essa condição, gradativa e de espera, aparecia como descontentamento e revolta nas linhas dos jornais.

Segundo Sousa (2012, p.112), as alterações que lentamente chegavam à cidade de São Luís pareciam afastar outra metade de problemas. A implantação da energia elétrica, do bonde, de uma rede de água e esgotos, entre outros temas, eram alvos de destaque nas notícias veiculadas pela imprensa maranhense. De todo modo, também havia reclamação sobre a espera das mudanças, como um trecho presente no jornal *A Pacotilha* (02.05.1923):

Porque, na verdade, o povo já se começava sentindo cansaço, mais do que nunca fatigado, desalentado, dentro do círculo vicioso desse destino bem árido, vazio. De tanto lutar contra o doloroso impossível, foram-se aniquilando, pouco a pouco as forças. Já não tinha energia, a vontade abandonara-o, fugira-lhe. Olhando o passado, doía profundamente, a improficuidade de tanto esforço... De que valeu tudo aquilo? De nada. Batalhou tão acirradamente e, ao fim de tudo, lá ficaram sempre as baldas promessas todas que lhe haviam feito.

Nesse trecho, o autor faz uma crítica em nome da população, ao dizer que os habitantes mantiveram o otimismo em aguardar as obras e melhorias que eram prometidas e divulgadas pelo governo como uma chama que expressava esperança para ver acontecer o prolongamento e a incrementação das ações sociais e urbanas, ao mesmo tempo que visavam elevar o nível de bem estar e da condição de vida na cidade. No entanto, alguns compromissos não passaram de promessas e outros que foram cumpridos, chegaram com má qualidade ou não atendiam às expectativas da população, que logo apontavam defeitos no que era apresentado. O que nos leva a analisar que o tempo de espera, carregado de

expectativas, se tornava frustração ao perceber que o resultado do planejado apresenta pouca funcionalidade ou não atendia à necessidade esperada, como os serviços do bonde, que de acordo com o jornal era “a mesma burundanga imprestável e imunda (...) a água, o mesmo buriti grosso, fedorento, bebido aos pingos e comprado a ouro”.

A imprensa maranhense vibrava com a chegada dos símbolos do progresso à cidade. Em *A Pacotilha* (28.04.1924), pode-se observar a alegria em relação ao processo de fixação de uma nova obra no espaço urbano. “São gerais os elogios à rapidez com que se vai fazendo esse serviço”, que despertava interesse e êxtase da população, para acompanhar o trabalho dia após dia. Essa adaptação ao novo tipo de transporte apresentava ares de modernidade, pois “o bonde elétrico, representa um dos maiores progressos urbanos, em qualquer parte”. Conciliar os interesses da sociedade e do governo, não é tarefa fácil, por isso para além da instalação do bonde, a população sofria com a falta de abastecimento de água limpa para consumo, o que provoca um verdadeiro conflito, pois em um momento a cidade está com um pé no progresso e na civilidade, em outro, volta ao estado de desequilíbrio e ausências de perspectivas sociais. Como no trecho presente no jornal:

Seja como fôr, porém, o que é verdade é que vamos ter água pura e boa por preço módico, como se a pode ter uma época em que todos os gêneros de primeira necessidade estão, como se costuma dizer, pela hora da morte. Confiemos na acção do eminente administrador e fiquemos certos de que sua maior preocupação é o bem estar dos seus governados e a prosperidade da sua terra (*A PACOTILHA*, 26.10.1926).

Este período estava voltado para as redefinições do espaço urbano paralelo à estrutura precária. Para a cidade de São Luís, eram destinadas apenas “amostras de progresso”, que chegavam com atraso, defeitos ou nem apresentavam tamanha funcionalidade, como os transportes urbanos, lotados ou insatisfatórios e a condição de vida com base no abandono e transtornos diários. Logo, as “inovações” trazidas pelo que se considerava moderno no período não contemplavam a todos da mesma forma, as elites estavam mais bem amparadas do que grupos com menores condições econômicas, tendo em vista que as mudanças vagarosas que atravessavam a cidade também eram frutos das relações políticas e econômicas, que davam visibilidade aos que tinham maior prestígio social e que poderiam conseguir benefícios através dos acordos firmados entre os seus pares, que ocasionando investimentos e retornos.

Apesar de toda essa euforia, as ações concretas foram muito limitadas, não se processando com a facilidade do discurso e menos ainda com as necessidades. Algumas atitudes começaram a ser tomadas, porém, de forma muito lenta, sem beneficiar a população como um todo, principalmente nos primeiros anos dos governos republicanos, período em que o novo regime passava por uma fase de estabilização, ou mesmo de transição (ALMEIDA in ABRANTES;SANTOS, 2012, p.134).

Outro ponto de descontentamento para a população se refere à iluminação das ruas. “São Luíz precisa de luz, muita luz”, noticiava o jornal *O Imparcial* (15.12.1929) sobre a insatisfação com a escassez da luz nas ruas. “A Rua Grande, a Rua Rio Branco e outras artérias (...) quase nos lembram os tempos dos seus lampiões gênero pisca-pisca, três apagados e um aceso”, que podem levar o desaparecimento da luz devido à aproximação de datas festivas como Natal e Ano Novo, daí a preocupação em passar esses momentos no escuro, o que causa indignação, pois “a iluminação da cidade está uma coisa tão escassa que se teme o momento em que será capaz de desaparecer”, pela deficiência que apresenta no cotidiano.

Uma novidade na cidade foi a implantação das feiras-livres, que se configurava uma necessidade para a população. O jornal *O Imparcial* (15.12.1929) informa que a população precisava de fornecimento de itens a um preço bom, mas que apresentassem qualidade. Apesar da novidade não ter alcançado o êxito nesse momento, já significava um grande avanço, pois “a prefeitura teve a excelente ideia de abrir permissão às feiras livres na capital”, embora o número de vendedores não fosse suficiente, tinham a estratégia de apresentar preços menores para facilitar e aumentar a venda dos produtos.

Na publicação de *A Voz do Norte* (10.12.1929), encontra-se notícia sobre a primeira feira livre que ocorreu na Praça da Alegria. Até seu funcionamento, existiu um projeto que visava proporcionar benefícios às classes menos favorecidas, com “o ilustrado vereador municipal Dr. Raymundo Mendes na qualidade de principal anctor do patriótico e humanitário projecto”, que foi considerado “quase por assim dizer, um verdadeiro parto da montanha, mesmo assim veio ao mundo a vicejante e robusta <criança>, que bastantíssimo promete”, apresentando dias estipulados para seu funcionamento (quintas e domingos) e o pedido da imprensa à não exploração dos consumidores com valores abusivos.

Diante desse painel de mudanças urbanas, que envolvia saúde, higiene e infra estrutura, aproxima-se o contexto das transformações de costumes, hábitos e papéis sociais de homens e mulheres. Se na cidade de São Luís do século XIX “cantavam-se lindas

modinhas ao violão ou melodiosos trechos de ópera ao piano (...) recitavam-se longas poesias e bellos sonetos; dançavam-se valsas dolentes e apaixonadas e outras músicas” (VALLE, 1931, p.11), com a chegada do século XX a cidade se transformava com base em novos moldes, que traziam outras formas de comportamento e padrões sociais, com a intenção de tornar o cenário urbano um alicerce para a civilidade e o progresso.

As informações chegavam à cidade com muito mais rapidez que as obras e mudanças estruturais que estavam buscando caminho juntamente com o progresso. Assim, da mesma forma que a cidade passava por uma remodelação de suas praças, ruas, estilo de vida, a própria movimentação das pessoas, o comportamento e os hábitos foram influenciados juntamente com as vestimentas dos indivíduos, visto que estas sofreram grandes transformações na virada do século XIX para o XX.

O ritmo das cidades modelo de modernização fazia convite para conhecer e entrar nessa “dança” através de informações apresentadas na imprensa local, como a coluna de título “Paris Elegante”, presente no jornal *A Pacotilha* (04.11.1926), que retrata a construção do ‘Bosque Bolonha’, que foi “concebido no gabinete de estudo dos architectos e decoradores municipaes” e se tornou “um parque de luxo”. Deste modo, é possível observar aspectos de requinte e civilidade que surgiram com este espaço de envolvimento social, que passou a ser uma expressão da modernização quando mostra que “o bosque é o ponto de reunião de todo o mundo elegante”, inclusive de “famílias humildes”, que torna a cidade mais democrática, ao mesmo tempo em que vão se fixando pontos de melhoria e prosperidade econômica ao dizer que “a crescente difusão do automóvel fez com que tenham diminuído os números de devotos da equitação. Muitas senhoras elegantes trocaram suas rédeas pelo volante da sua <voiturette>”, e não deixaria de agradecer ao público masculino, pois “por cada cavalo, vêm-se cincoenta automoveis”.

Em geral, existiam anúncios sobre as “novidades” vindas da Europa, assuntos sobre a vida em outros países e como os indivíduos deveriam se comportar em diversas situações, com instruções que se direcionavam para o segmento burguês, mas que também chegava aos pobres, já que a vida pública se tornou mais um atributo que pedia atenção para o comportamento; para os homens por sua carreira e status social, e às mulheres, devido à ausência e/ou pouca representatividade neste âmbito. Por isso vale lembrar que as restrições de sociabilidade e espaços de interação, eram aplicadas apenas às pessoas da elite, normalmente mulheres de classe burguesa, enquanto as pouco favorecidas

economicamente estavam presentes em um cotidiano completamente divergente, sem muitas regras, lutavam por sua sobrevivência e apresentavam-se visíveis nas ruas em busca de trabalho.

O espaço urbano de São Luís tentava se mostrar atualizado com a conjuntura que expandia o que era considerado contemporâneo. As formas de vestir, a velocidade que as ações eram realizadas durante o dia, o passo mais apressado, o clima diferente do panorama europeu, são fatores que contribuíram para criar elementos essenciais nas relações sociais e na aparência. Para Ximenes (2011, p.57), as vestimentas usadas no século até o final do século XIX, eram confeccionadas em um material em moda, mas “que davam uma textura mais pesada aos tecidos”. Por ter inspiração vinda de fora do Brasil, especialmente francesa, as saias, estampas, franzidos, babados e pregueados assumiam diversas camadas, que destacavam as ancas e contemplavam a ocasião que era conferida. No dia a dia, a roupa cobria braços, colo e pernas, enquanto os trajes de festa despiam os braços e mostravam a cintura bem definida.

Em outro momento, a cobertura quase total do corpo, para manter a pele clara e mostrar o aspecto físico, que de acordo com a autora, “evidencia e amplia em seu corpo as referências de seu papel de progenitora, decorrente das formas arredondadas dadas ao seu quadril e traseiro, remontando às ancestrais (...) que simbolizavam fertilidade” (2011, p.49). Vendo por outro plano, o século XX transformou os hábitos, mas ao mesmo tempo, se chocou com as transformações que ocorreram de forma frenética e invadiram as normas já estabelecidas de moral, conduta e comportamento, despertando assim a preocupação do setor conservador, que sentia o perigo da inversão de valores e da falta de controle devido à possível ascensão e obtenção de características que não faziam parte do universo feminino, como a busca pelo trabalho, a atuação em esportes, os passeios e até o debruçamento sobre os estudos como aspectos que interferiam na ampliação do conhecimento além do corte e costura.

Não por acaso, João Affonso do Nascimento em sua obra *Três Séculos de Modas*, apresentou diversas ocorrências sociais, levando em consideração a composição das vestimentas e a análise das transformações na virada do século. Para o autor, as primeiras décadas do século XX, apresentaram polêmicas e incoerências que embaraçavam os hábitos definidos.

As saias sobem, muito além dos limites traçados às de 1810 e 1830; os decotes descem, mais do que poderia permitir a simples e honesta decência; suprimem-se as mangas, e até mesmo, nos vestidos de baile, as sumárias alças que, à guisa de suspensórios, passando por cima dos ombros, sustentariam o corpete. E nada protege os braços, totalmente nus. (...) há também os vestidos, se vestido se pode chamar à vestimenta sem cintura, ampla e livre, que mais parece com uma camisola de bebê (...) com que algumas mulheres não hesitam em sair à rua, trajando aquilo que antigamente só usavam na intimidade de alcova (NASCIMENTO,2014, p.147).

Os tecidos eram leves, às vezes com certa transparência. Estas inspirações de vestuário alarmavam os moralistas, que questionavam sobre o pudor e o recato. Adaptações que também chegaram ao modo de vestir masculino, aderindo à praticidade exigida pelo clima, optaram por fazer uso do linho e algodão, através da composição de cores como preto, azul, cinza e branco, em ambientes de reuniões e cerimônias, juntamente com o recente perfil moderno que dava espaço para as práticas esportivas e a movimentação do corpo, como tênis e futebol. De todo modo, as alterações masculinas visavam sempre, como afirma Nascimento (2014, p.150), “o desejo de constituir uma raça menos fútil”, que não obedece aos costumes do seu tempo e tem como base na construção do status social, o trabalho; porém nos direciona para as escolhas das mulheres como alternativas carregadas de futilidades e que talvez não merecessem o devido destaque pela proximidade que tinha com o rompimento de valores e costumes tradicionais.

Dessa maneira, a moda “expressou-se mais claramente na esfera das roupas e do modo de vestir, setores que podem ser considerados, por sua vez, como o teatro das novidades mais espetaculares”, afirma Calanca (2011, p.16). No entanto, a indumentária e o comportamento também suscitam os discursos presentes no campo social, seja econômico, político, pois as transformações acabam por levar a uma fragmentação. De um lado, temos o sistema da moda como um fator individual e da personalidade, responsável pela concretização do gosto e da relação com o mundo; do outro lado, contamos com a segmentação do primeiro sentido, a partir do momento em que a moda tem uma sombra de regras e se torna um componente social baseado no comportamento, hábitos e tradição – familiar, religiosa, cultural, entre outros, passível de uma interpretação moral e de um enquadramento dos papéis sociais

Informações sobre moda estavam presentes em anúncios e ganhavam destaques em colunas dos jornais, como nas figuras 1 e 2 que seguem abaixo, representam a sobriedade masculina nos seus trajes e a elegância feminina em roupas mais fluidas e leves. Embora essas transformações tivessem a intenção de despertar o interesse pela distinção, atualidade e consumo, alguns aspectos se mostravam como uma verdadeira afronta às bases tradicionais.

Figura 1- Modas de Homem



Fonte: A PACOTILHA, 01.04.1926.

Figura 2 - Moda Elegante



Fonte: A PACOTILHA, 17/23.10.1926.

Portanto, a moda apresentada teria que cumprir duas funções: apresentar símbolos de elegância e diferenciação social, e caminhar paralelamente com o objetivo de controlar a presença dessas mulheres nas ruas, em lugares antes ocupados pelos homens, visto que estes desempenharam seu papel social com base nas alianças entre grupos, famílias e o governo local e nos caminhos oferecidos pela liberdade, instrumento que não foi conferido às mulheres.

Os discursos presentes nos jornais tinham o propósito de definir a relação entre homens e mulheres. No momento em que a aparência tornou-se fundamental na vida urbana, acreditava-se que o interesse pelo lar e pela construção da família perderia o sentido na vida da mulher, que buscava seu maior objetivo, o casamento, através da instrução e dos eventos, como os bailes por exemplo. Mas nesse momento, com a evolução

dos trajes e dos artifícios da beleza, a conquista de um pretendente já não ocorria em situações com data e horário marcados, logo acentuava-se a preocupação com a postura feminina nos novos locais de sociabilidade que surgiam. Como as imagens sugerem, estes são alguns exemplos dos modelos aceitáveis socialmente.

O artigo “A vida do lar”, presente em *A Pacotilha* (24.11.1922) demonstra como os atrativos que apareceram com o processo de modernização criaram determinado receio em relação a um desequilíbrio que poderia ser provocado pela aproximação das mudanças. Inicialmente, afirma que alguns indivíduos chegaram à conclusão que “a vida no lar é enfadonha” e se posiciona contra o interesse das pessoas em adotar uma “nova moral” que considera “chic” a mulher que é admirada nos salões por estranhos, que “bebe em largos haustos a taça dos prazeres”. Segundo “Viveiros de Castro”, autor do texto, “essa nova doutrina vaee gangrenando lentamente a sociedade brasileira”, pois a mulher insiste “em parecer aos outros, venturosa” e neste caminho, apenas se afasta do destino que lhe foi conferido. “A dona de casa não tem o direito de sacrificar o bem estar de sua família às condenáveis exigências do <exibicionismo>, ao louco desejo de aparecer como for”. Em razão disso, apresenta argumentos para que a mulher se mantenha no ambiente privado, local considerado digno de brilho e pureza:

Dentro de sua casa, ela pode obter os mais invejáveis triunfos, tornar-se o centro da vida familiar dominar pelas irradiações de uma alma serenamente pura. Nobre elevadíssima é a missão de mãe da família: é principalmente devido aos seus esforços que o lar doméstico se torna a sementeira bendita de fortes caracteres, que mais tarde hão de assegurar o futuro da pátria.

Acrescenta então a responsabilidade à mulher pela criação e virtude dos filhos, e traz à tona o quanto o valor da reputação feminina estava emaranhado com as convenções sociais, já que ao falar sobre a missão da mãe de família, atribui o tempo disponibilizado para o trabalho como um verdadeiro desperdício, enquanto a parcela que precisa de mais atenção e dedicação ficaria desamparada caso houvesse uma escolha imprudente decorrente do papel feminino considerado como modelo social. Logo, o autor reforça a condição materna e divina ao considerar a mulher um “Anjo do Lar”, por esse motivo deveria “compreender a sua sacrosanta missão”. O peso moral que recaía sobre os ombros femininos eram completamente desproporcionais às funções conferidas ao “chefe da

família”, principalmente quando enfoca que este “não fica dispensado” de colaborar com a manutenção do lar, mas lembra às mulheres sobre os perigos da vida fora dele.

Viveiros de Castro julga como falsa a afirmação que os homens podem ter relações extraconjugais sem que exista intervenção no casamento, mesmo que mantenham as aparências. Mas entrega à mulher um resultado dramático, pois “a quebra da fé conjugal por parte da mulher pode ter para a família consequências muito mais graves”. Esse tipo de relação que ocorria fora do âmbito matrimonial era considerado como uma prática comum, em que só havia constatação da virilidade do homem e jamais eram questionados os motivos da sua conduta. Quanto às mulheres, o desenrolar da história não poderia ser da mesma forma, pois seria configurado neste caso, que a mulher não era honesta e dedicada à família, e conseqüentemente, seria desprezada pela sociedade por apresentar características que iam contra a imagem da mulher ideal, que precisava ser submissa, ter pudor e moral.

Nas publicações também existiam defesa e aversão aos comportamentos adotados na sociedade. A publicação de Viveiros de Castro apresentava ferramentas para manter as mulheres no âmbito doméstico, continuar vivendo sob a tutela do marido, e evitar os perigos oferecidos pela urbanização que poderiam levar à perda da moralidade feminina. Têm-se também, assuntos voltados para os direitos da mulher, que ainda passam pela discussão sobre o equilíbrio das relações entre os indivíduos no cenário urbano.

O jornal *A Pacotilha* (14.11.1922) exhibe uma notícia com o título “Os direitos da mulher”, que se refere ao direito ao voto e ao questionamento à constituição, que excluía da mulher deste “poder”, embora cobrasse de homens e mulheres tributos iguais. “O que não se compreende é que uma mulher possa pagar todos os impostos, ter todas as obrigações de homem e não tenha os mesmos direitos”, o que nos leva a acreditar que ainda nesse período, os homens eram considerados como superiores intelectualmente por entender de política e finanças, e por isso poderiam exercer melhor seu direito ao voto. Mas caminhando em sentido oposto à esta exclusão da constituição, evidencia que “ninguém perde tempo em demonstrar a capacidade de igualdade dos sexos”, pois vale ressaltar a importância da mulher no ambiente social, que de maneira tímida começou a ocupar vagas nos postos de trabalho: “quando apareceu a primeira mulher comerciante, a primeira caixeira, a primeira funcionária dos correios, dos telégrafos, da alfândega ou da justiça, foi uma novidade e um espanto. Hoje essas coisas são comuns”, portanto em um período adiante o direito ao voto seria concedido às mulheres.

A imagem feminina deveria corresponder ao que pediam os padrões sociais de beleza e instrução, no entanto existiam algumas características negativas que eram vinculadas às mulheres, como a lentidão de raciocínio, a falta de experiência e o afastamento de responsabilidades provenientes dos limites do lar. A atuação feminina na sociedade, principalmente para aquelas que não eram providas de encantos, beleza e uma família com boas condições econômicas, ampliou-se de forma importante, visto que a instrução e a educação eram estratégias para melhorar seu desempenho profissional e cooperar com seu próprio bem estar, apesar de ter uma tendência nos discursos que indicavam excessos e transformações que fossem extremamente divergentes em relação ao que era conhecido.

Além da preocupação em exercer os direitos e tê-los reconhecidos, as mulheres ainda encaram outra adversidade, que é a moda. Em *A Pacotilha* (08.07.1920) na coluna de título “Os abusos da moda”, percebe-se o quanto atribuem às mulheres, a ordem e a organização da sociedade, para que pudessem passar bem distante de qualquer problema relacionado à exposição, indecência e vida mundana, o que levou ao preenchimento de três segmentos do jornal, se tornando uma “extensa” reportagem sobre os novos elementos do período de modernização. Em um século que fornece tantas formas de se apresentar na moda, são inúmeros os discursos sobre o papel da mulher na sociedade, que deveria estar atenta às modas de cunho imoral e degradantes.

É certíssimo que a dignidade, moralidade e elevação da mulher se conhecem pelo seu traje, assim como sua corrupção e degradação. A virtude exige recato e severidade no vestir (...). A Mulher honesta deve vestir de modo tal que se imponha ao respeito e às considerações dos que a virem. Positivamente, a virtude, a modéstia e a timidez são os mais belos ornatos da mulher. Os costumes femininos e os trajes devem estar em relação e correspondência com os dotes morais. O papel importante que cabe à mulher na sociedade e nos costumes dos povos, pois dependem dela a estreita e íntima harmonia que deve haver entre o interior da mulher e o seu exterior, estão a bradar, em altos protestos, contra a moda sem freio, contra o nú moderno.

Esse trecho representa o pensamento conservador e regulador do comportamento feminino no período, principalmente pelo fato de promover um discurso que tentava moldar os corpos e os hábitos tanto no espaço público quanto no privado, partindo da prerrogativa que a mulher deve ser bela e manter seus encantos através da moralidade. Portanto, não era aconselhável o uso de ornamentos em exagero ou mesmo dar atenção à

falta deles, que é o caso das vestimentas, que poderiam aparecer muito decotadas, sem manga ou que mostrassem muito as pernas, criando um verdadeiro manual de comportamento através das publicações feitas pela imprensa, que funcionavam como um agente da manutenção social, para estabelecer o balanço entre as novidades e a moderação dessas práticas que não poderiam permitir que os papéis femininos se afastassem do lar.

Quando se fala no fragmento, sobre a vestimenta que “se imponha ao respeito e às considerações dos que a virem”, revela-se a capacidade de traduzir através do comportamento e do vestuário, o “princípio de interpretação social e moral de uma coletividade, o mundo das roupas. De forma geral, aquele da moda, não deixa de ter recaídas sobre o plano moral e religioso, e também no legislativo(...)sábio e moderado” (CALANCA, 2011, p.45), em razão disso, afirma-se na publicação que “a moral e a religião bradam em altas vozes, contra uzos impudicos e licenciosos. Quanto mais sobem as saias, tanto mais descem os decotes. É demais”.

Desse modo, as escolhas femininas deveriam ser pensadas de acordo com esse novo princípio que dirigia a vida social e as aparências, com a intenção de manter estáticos todos os fatores que pudessem criar impactos morais e situações de desconforto para os setores conservadores. A profusão de comportamentos condenáveis poderia levar à “diminuição dos casamentos”, pois os jovens sérios, mas também, os “libertinos” não tinham interesse em mulheres que não fossem “severas de costumes”, já que sem esse aspecto, seria o mesmo que escolher uma “depravada mundana de má vida”. Percebe-se inclusive, que predomina nesses discursos, a moral baseada nos princípios religiosos da “virtude, pureza e Deus”, que desaprovam qualquer comparação de mulheres “castas e ingênuas” às de caráter imoral. Assim fica evidente a mensagem que deve ser levada para sociedade, em que as mulheres que buscavam pretendentes para ocupar o posto de marido, deveriam ter atributos considerados singulares à sua conduta social e à reputação; e os homens que deveriam filtrar suas escolhas de acordo com o padrão moral difundido. Portanto, “o assalto da moda indecorosa á virtude e ao pudor tem sido formidável e reclama uma ação enérgica. O campo é vosso, senhoras(...), tomaelhe domínio (...) e tereis a moda de amanhã moral e decente”, é o que pede o autor desse tema: comprometimento, respeitabilidade e honra.

A cultura vem de cima para baixo. Não vai de baixo para cima. A semelhança da luz do sol, ela influe, como energia, onde não pode

penetrar como luz. E, dêste modo, faz germinar as sementes até as camadas subterrâneas. A civilização e a cultura são obras exclusivas das elites. Assim, os fragmentos das altas culturas antigas, salvos da inundação dos bárbaros, operarem, por si sós, no renascimento, uma verdadeira ressurreição das artes, sciencias e letras. Só nos lugares em que existe a alta cultura não há analfabetos., porque só ela derrama, pelo exemplo, a curiosidade e o estímulo nas baixas esferas sociais (A PACOTILHA, 14.09.1920).

As liberdades e o cuidado com a reputação se faziam presentes nos setores público e privado. Se a moralidade se reconhece pelo traje e comportamento, a moda representava insegurança e dúvida para quem não sabia fazer seu bom uso. Apesar da cidade tentar incorporar o estímulo da modernização de outras cidades, os traços de “civildade eram um capital cultural valioso para ser reconhecido”, afirma Silva (2012, p.94).

Dessa maneira, os discursos se configuravam como guias para estabelecer o comportamento da elite, que buscava a distinção e a manutenção de sua posição social através da polidez e relação com seus pares. Logo, a imitação proveniente dos segmentos menos abastados, surgia como uma questão de buscar referências por características refinadas vindas de uma elite que ainda estava conhecendo o que de fato era considerado moderno.

Essa evolução do meio social que proporcionou às mulheres a busca pelo intelectual, pode ser pensada como um plano da elite que objetivava reconstruir esse papel feminino de forma menos agressiva, tendo em vista que a meta para alcançar o prestígio social e o destino apontado pela religião, ainda era o casamento, apesar de nesse momento, envolver tanto os dotes espirituais quanto os da beleza e aparência. Por isso, precisavam utilizar os artifícios para realçar os traços físicos, esbanjar saúde através de um comportamento moderado e estabelecer distância dos mecanismos considerados extravagantes, que pudessem revelar qualquer inclinação ao exibicionismo e à decadência dos pilares da família.

“A promoção da individualidade, o grande investimento no modo de aparecer, a estetização das formas e a modernização podem ser considerados hoje os traços principais do fenômeno da moda”, afirma a autora Daniela Calanca (2011, p.73). A partir daí, “se fazer notar” no ciclo de integração social e da relação entre o consumo de itens materiais e

os símbolos que permitem dar sentido a esse dinamismo na cidade. Para as mulheres da elite, que agora estavam de frente a um novo ideal de corpo, esbelto e magro, diferente do século anterior, em que a intenção não era mostrar quadril avantajado e seios grandes, mas chamar atenção para o molde da silhueta, que somente um corpo magro poderia fazer, já que se adaptava com leveza à vida urbana, sendo mais sadio e rápido, tudo o que agilidade dos novos tempos pedia.

As imagens 3 e 4 fazem parte do “Suplemento Semanal Ilustrado”, presente no jornal *A Pacotilha* (15.11.1926) em algumas edições de 1926, “o querido magazine não desmerecerá jamais do lisongeiro conceito que firmou no seio de seus apaixonados leitores”, composto por oito páginas, abordava assuntos “para todos os gostos e de interesse geral”, como “o problema das más estradas”, “a moda da mulher elegante”, “a feira industrial de São Paulo”, “a criação de cavalos”; de modo que atendesse às expectativas de homens e mulheres, quando se comprometia com assuntos que envolvia referências políticas até receitas culinárias

Figura 3 – Novos Penteados



Fonte: **A PACOTILHA**, 19/25.09.1926.

Figura 4 – Cultura Physica



Fonte: **A PACOTILHA**, 02.10.1926.

Ainda no mesmo jornal em 20.10.1926, sob o título de “A vingança da moda”, a coluna aponta para a saúde feminina e a relação com o progresso. Assim como na figura 3, o cabelo curto significava praticidade e naturalidade, principalmente quando acompanhado de expressões do corpo que remetessem à graciosidade, já que neste momento, mulheres e homens praticavam atividades físicas que poderiam ser feitas em casa ou o esporte, em

clubes que acolhiam grupos específicos abastados economicamente e criou mais um fator de distinção e distanciamento de outros segmentos sociais. Muito se fala nos jornais sobre a negação da “moda moderna”, mas “os cabelos cortados, as saias curtas, tornam as mulheres mais fortes e sua saúde menos delicada”, pois com “o desaparecimento do collete, das ligas e outros apetrechos usados pelas mulheres”,houve uma fortificação do corpo que permitia “uma vida mais longa”. A ginástica, a dança e o tênis, eram fortes candidatas de práticas femininas que faziam sucesso, já que tinham resultados estéticos, como a busca pela modelagem do corpo e a saúde, e também, por manter em bom funcionamento o organismo.

Até nesse aspecto havia definições dos papéis sociais femininos e masculinos. A prática esportiva é uma representação da juventude e da saúde, porém não era acessível a todos, pelo custo dos equipamentos, valores oferecidos aos locais onde eram feitas as atividades, entre outros fatores. As mulheres deveriam praticar exercícios leves e não participar de competições, na maioria das vezes estavam apenas como espectadoras. Já aos homens era permitido competir, pois sabiam diferenciar atividades do dia de lazer da realização de uma disputa, que pedia a utilização de técnicas e força para garantir a vitória. Do ângulo esportivo, o futebol, que era restrito aos clubes esportivos, também começou a fazer parte do cotidiano de pessoas sem muitas condições econômicas.

Para estudar o funcionamento da sociedade e a relação entre consumo e produção, é necessário, portanto, utilizar duas abordagens cruzadas: a econômica e a análise social e cultural, que leva em conta as obrigações da vida pública e privada. Do lado sociocultural, o consumo coloca o problema de conhecer as suas regras e compreender como elas são interiorizadas. O consumo nunca está desvinculado da profunda ligação que se estabelece entre o mundo e a pessoa (...) que traduz também as transformações da cultura, da sensibilidade, das técnicas, as capacidades dos produtores e as respostas dos consumidores (CALANCA, 2011, p. 107).

A circulação por esses espaços de lazer configurava a vontade de fazer parte de um ambiente moderno e civilizado. Homens e mulheres dinamizavam a vida na cidade, compartilhando os espaços de interação social como os cafés, lojas, clubes, praças, teatros, cinema e inspiravam-se na moda que chegava aos grandes centros urbanos brasileiros até chegar à cidade de São Luís, portanto o consumo de produtos levava em consideração a

novidade, a exibição e o interesse dos que desejassem adquirir qualquer item, no instante em que estava em vigor o “bem estar”, “ter” e “vestir”.

“O Progresso é assim mesmo, tem fulgurações e trevas”, afirma José Ribeiro de Sá Valle (1931, p.44), em sua obra *Maranhão antigo e moderno* em 1931. Valle foi um personagem importante para a intelectualidade maranhense, escritor, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e autor de obras que abordam a história do estado do Maranhão. Nesta obra, faz uma abordagem desde o império até o período de progresso urbano, início do século XX, mostrando aspectos singulares como hábitos e personagens conhecidos das ruas de São Luís até chegar às intervenções estruturais, por exemplo, a Praça João Lisboa, que recebia “as melhores famílias da nossa sociedade”, onde se reuniam do começo da tarde até a noite para passeios e conversas. Tudo isso devido à cidade que “tomou outro impulso e nova diretriz”, daí compartilha momentos marcantes gravados nas páginas do seu livro como “a memória de Gonçalves Dias”, “os folguedos regionais”, “a festa para a Miss Maranhão, na pessoa bonita e graciosa de Maria de Lourdes Pantoja”, “a Avenida Beira Mar toda iluminada de lâmpadas de côres”, “a chegada do Dox, o maior avião do mundo”. E por falar em singularidades, Valle inicia sua obra enaltecendo os acontecimentos que se passaram no contexto local:

(...) dizer bem da sua terra e louvar as suas bellezas e os seus primores, contar para quem não conhece, uma pouca de sua vida íntima e social, relatar coisas e factos que se passaram, é um grande e delicioso prazer. Todos nós estimamos muito a nossa pátria, mas o lugar onde nascemos e ocorreu nossa infância tem um logarzinho especial no nosso coração. Nessa pequenina parte do mundo, uma espécie de presépio ou de céu para nós, tudo é luz, encanto, poesia e flores. Se por qualquer circunstancia da vida, nós a deixamos por dilatados annos, a saudade nos acompanha sempre como uma sombra amiga e carinhosa, e quando a revemos de novo, quanta alegria e satisfação (VALLE, 1931, p. 5).

O autor proporcionou visibilidade aos fatos que colocaram o Maranhão na rota do progresso ao se referir a “um maranhense distinto” que dedicou grande esforço “para que a nossa capital entrasse na senda luminosa do progresso e do modernismo”, “Joaquim Moreira Alves dos Santos, ex-dono e gerente da grande fábrica de fiação e tecidos Santa Izabel”, mais conhecido por Nhozinho Santos, o responsável por trazer à cidade “o primeiro automóvel e o primeiro cinema”, que de início impressionou, mas depois passou a fazer parte do cotidiano da população.

Por isso, com tantos motivos e causas para o melhoramento da cidade, Valle (1931, p.44) afirma que o Maranhão tem a “civilização resplandecente de luz e bonde elétrico”, lugar em que existia a possibilidade realizar um passeios, participar de bailes, do carnaval e do período “joanino”, pois enfatiza as transformações ao dizer que “ as nossas diversões não têm mais aquelle sabor e cunho, aquella delicadeza e poesia das eras passadas, cujo suave encanto vive ainda na recordação de alguns maranhenses idosos”.

No que diz respeito às personalidades do meio social, o jornal *A voz do norte* (20.04.1930) publica o primeiro número do “Inquérito da Reação”, uma página voltada para “um interessante inquérito entre as personalidades mais em destaque”, com a “formosa e talentosa senhorinha Nirvana Bittencourt Chã”, composto por dez perguntas que variavam desde o gosto pessoal à opiniões sobre direitos das mulheres, moda, entre outros.

As imagens a seguir foram retiradas do jornal:

Figura 5 – Nirvana Bittencourt



Fonte: **A VOZ DO NORTE**, 20.04.1930.

Figura 6 – O Inquérito



Fonte: **A VOZ DO NORTE**, 20.04.1930.

Na página referente ao “Inquérito”, tem-se a imagem da Nirvana, exibida pela figura 5, selecionada para responder a todas as indagações. De todo modo, analisando a figura da senhora, pode-se perceber a presença de características “modernas”, através do seu corte de cabelo, acima dos ombros; da sua vestimenta, que permite o pescoço e uma parte do colo à mostra, e das jóias utilizadas; portanto compõe uma representação de decência, boa aparência e postura feminina, e na sequência, para ilustrar a disposição das

perguntas, tem-se a figura 6, que posiciona-se abaixo da figura da senhora, do meio para o fim da página, de uma extremidade a outra.

Dentre as perguntas elaboradas têm-se: “Qual sua opinião sobre o lar?”, “Que julga ser a felicidade a mulher?”, “Quaes os requisitos que ambiciona para o esposo que Deus lhe destinar?”, “Qual sua opinião sobre o feminismo, sua acção e finalidade?”, “O cinema terá contribuído para esse movimento em prol dos direitos da mulher?” e por fim, “Qual seu parecer sobre os atuaes manifestações da moda: artissiga e moraes?”. Para todas as perguntas, as respostas da senhora são baseadas em princípios religiosos e morais, de acordo com o que era requisitado pelos padrões de comportamento do período.

Às perguntas sobre o lar e a felicidade da mulher, Nirvana respondeu que “o lar é o céu da vida terrena” e deve ser constituído de disciplina, honra, obediência e seguir os princípios católicos para manter a moral sempre revigorada, assim a felicidade da mulher, estaria unida ao casamento, embora fosse uma opção que pudesse trazer alegria ou tristeza, pois não era possível saber quais as condutas do marido para conduzir a vida a dois e o matrimônio.

A mulher em destaque no jornal, pertence ao grupo que considerava a igreja católica “como orientadora de conduta”. Segundo Pinsky (2014, p. 18), estas figuras femininas poderiam estar envolvidas com as “concepções conservadoras”, pregando “a submissão da esposa ao marido, contra o trabalho feminino fora do lar, proíbe a dissolução do casamento e critica duramente muitas modificações que estão correndo na sociedade”, mas nesse aspecto deve preservar sua reputação e não prejudicar o marido. Em relação aos “requisitos” esperados para o futuro esposo, presentes na terceira pergunta, a senhora gostaria de manter vínculo com uma pessoa sem vícios, mas que fosse “rico de juízo, affectuoso, econômico, inteligente, trabalhador e sobretudo, creia na Religião e a pratique”.

(...) as principais preocupações femininas são o amor, o lar, o marido, os filhos e a aparência. Trabalho e política não tem o mesmo peso. O espaço doméstico cabe à mulher por definição, e a desvalorização do trabalho e da participação política como as formas de autorrealização colabora para manter as mulheres em casa, sem questionamentos (PINSKY, 2014, p. 183).

Sobre o feminismo, Nirvana se refere a um ponto que considera delicado, visto que em sua opinião, “a mulher moderna procura a independência habilitando-se em misteres que mais condigam com seu Eu, mas o amor acaba sempre fazendo ruir esse frágil castello de illusões”.É importante observar que nesse contexto, a construção da individualidade, da moda e da dinâmica no âmbito público, provocaria efeitos negativos, pois de acordo com Pinsky, “os homens não gostam de mulheres independentes”, que são muito focadas no trabalho, e esse envolvimento prejudica o casamento, já que aquela que optar pela primeira alternativa, acaba por abrir mão do casamento e permanece solteira, o que explica um modelo construído frente a uma submissão e dependência feminina fixada por muito tempo pelos indivíduos.

A expressão “frágil castello de illusões” pronunciada por Nirvana, põe em evidência a dificuldade de aceitação, de uma sociedade conservadora e patriarcal, do desenvolvimento dos campos intelectual e do trabalho, que davam visibilidade às mulheres, porém era reconhecida “a existência de mulheres cujo destino, em razão de sua personalidade, não é o casamento e a maternidade”, afirma Pinsky (2014, p. 183). Desta forma, o trabalho feminino apresentava uma carga de negatividade e era apontado como inferior à vida no lar, por isso a fragilidade dessa escolha diante da grandeza inegável da preferência, do setor conservador, em explorar a “vocação” feminina para a dedicação ao lar, com a garantia que lhe conferisse um alto grau de status social e privilégios em comparação com a escolha pelo ofício e o ambiente público.

A penúltima pergunta realizada à Nirvana, é sobre a contribuição do cinema no movimento em prol dos direitos da mulher. Ela se refere a esta, afirmando que “o cinema tem contribuído para tudo, mormente para o que é mau”, mas despertou “sonhos de independência” em muitas pessoas. Para Calanca (2014, p.148), “os filmes oferecem lições ‘práticas’ de moda, maquiagem e comportamento, o cinema reforça a cultura mercado da beleza”, mas principalmente “oferece aos olhos de todos, o modelo da mulher moderna ‘estilo americano’; a mídia, e não apenas o cinema, fornece os modos pelos quais se realiza a feminilidade”. As projeções cinematográficas permitiam que homens e mulheres fossem “transportados” para fora da realidade, lugar onde poderia acontecer tudo aquilo que não era permitido no cotidiano, por esse motivo despertava tamanho interesse e atenção, já que a cinematografia influenciava discursos, comportamentos, constituídos de valores sociais e

morais e também dava à moda uma noção das relações de poder que permeiam cada modelo de roupa, aceito ou negado.

E por último, ficou o questionamento acerca da opinião sobre “os actuaes manifestações da moda”. Para Nirvana, a moda é vista como uma manifestação passageira, contudo a sua utilização deveria ser racional pela proximidade deste artifício com as frivolidades e a condenação moral. “Comandada pela lógica da teatralidade, a moda é um sistema inseparável do excesso, da desmedida, do exagero” afirma Lipovetsky (2009, p.40), quando apontaria para a exposição do ridículo. Assim, Nirvana responde que a moda é “guardada a decência que deve ter quem a usa”.

É por isso que a moda não cessou de despertar a crítica, de chocar; muitas vezes frontalmente, as normas estéticas, morais e religiosas dos contemporâneos. Já não serão mais apenas a vaidade humana, a ostentação de luxo e a coqueteria feminina que serão denunciadas, mas as próprias formas do vestuário que agora são consideradas como indecentes, escandalosas, ridículas (LIPOVETSKY, 2009, p. 41).

Portanto quando uma personalidade distinta da sociedade expõe seu pensamento, a intenção vai além de apenas fazer um jogo de perguntas e respostas, mas principalmente revelar a postura e os princípios de uma pessoa integrante de um grupo social proveniente de boas condições econômicas. No momento em que o processo de modernização surge com o destaque da bandeira do exibicionismo, pela manutenção de um diálogo que permite ao papel social feminino ser mantido em convenções de padrões e comportamento, encurtando todas as rédeas que possuem sinônimo de liberdade e inserção pública para manter as relações de poder.

O jornal *A Voz do Norte* (15.08.1931) em uma coluna com o título “O jornalismo maranhense”, afirma que a imprensa é a responsável pela orientação e tem a função de ser “a machina motora da civilização dos povos”. A imprensa para que fosse boa deveria ser “livre, desapaixonada e sem as peias das paixões e dos interesses pessoais e políticos”, assumia a função de “orientar os governos”, mas também não deveria levantar “a bandeira de um completo silencio sobre a nossa vida moral e material”. Sugere também, que a função dos jornais é “procurar fazer uma política toda de paz, de ordem e desinteressadamente, para que o nosso Maranhão se torne a levantar e progredir na sua

vida”, visto que os jornais e os jornalistas eram pautados na base religiosa, portanto queriam exclusivamente o bem da sua terra.

Vale ressaltar que a imparcialidade decretada por esta coluna não se aplica ao campo real, pois os grupos dominantes buscam estratégias para se perpetuarem no poder, com isso há uma adoção de modos e modas, direcionamento político e econômico, que beneficiem a uma parcela a população; e a inserção de todos os segmentos estarem sujeitos a críticas nesse processo, mesmo aqueles que não tem condições de participar do jogo das aparências e dos privilégios, já que as regras e condutas morais não escolhem quem deve cumprir, mas julga os que se distanciam, seja por afrontar o sistema ou qualquer outro motivo que não se encaixe na organização de um convívio social que abraça a função social masculina e controla a feminina.

Os discursos podem adquirir significados de muitas formas, inclusive pela diversidade de elementos tipográficos e de ilustração, bem como a ênfase em certos temas; a linguagem e a natureza do conteúdo dificilmente se separam do público que o jornal ou periódico pretende atingir (NOVELLI In: BONADIO, MATTOS, 2011, p. 264).

Ainda de acordo com o jornal, “o estacionamento de sua machina motora, que debaixo de todos os pontos de vistas, muito bem orientada fosse, saberia agitar as multidões”. Esta se torna uma consideração fundamental, pois de acordo com Novelli (2011, p.265), os aspectos relacionados ao contexto e à própria estruturação do texto, aparência física, abordagem e o público a ser atingido, correspondem a uma ferramenta para difundir ideias, valores e crenças, que visam determinada integração à quem consome as informações, devido a construção de estruturas sociais por diferentes bases políticas, estéticas e até mesmo intelectuais.

Os impressos atingiam os mais diversos setores sociais e mantinham relações com o mercado, consumo e a propaganda dos produtos para incentivar a venda e o lucro. Assim eram feitas as propagações dos discursos referentes à moralidade, religião e o engessamento de papéis sociais, como incentivos para a perpetuação do que era considerado espaço masculino e feminino. Portanto, em “um jornal que circula entre milhares de leitores, por todo o Brasil, e que intercala os reclames a uma leitura amena e interessante, não pode deixar de dar excelentes resultados” e exprime ainda “a efficacia dos processos modernos empregados para dar a conhecer ao público por meio dos jornaes de

vasta circulação, as qualidades e as vantagens dos artigos de commercio”, consta nas páginas do jornal *A Pacotilha* (19.09.1926).

Embora a natureza do conteúdo se apresente com características diferentes, a forma como as informações são levadas ao público agregam interesses e estabelecem ligações para direcionar quem consome e tais artigos a acolher as regras estabelecidas. Tanto as colunas quanto os anúncios, envolvem temas sobre o pudor feminino, a reputação e a virilidade masculina, o que representa um incentivo à repetição das práticas antes adotadas, configurando uma estratégia para fortalecer os discursos carregados de significados presentes nas entrelinhas.

Assim a moda adquire um espaço especial na compreensão das mudanças na cidade e nas relações entre homens e mulheres na sociedade, a partir do momento em que permite visualizar que as novidades e a efervescência do que era considerado novo, influenciava diretamente as ações, vestimentas e comportamentos dos indivíduos, que precisavam conectar a modernização com as normas sociais e a manutenção das estruturas de poder dentro de uma reconfiguração dos âmbitos público e privado, efetivando as alterações com base nas regras dos grupos sociais influentes econômica e politicamente.

2.2 Pontos e remendos: transformações dos hábitos e novas sociabilidades

Artigos referentes à moral e pudor se tornaram mais frequentes nos periódicos pela capacidade atribuída à mulher de viver para sua família, ter bons modos e formar os filhos. A imprensa se desenvolveu em cima de notícias e informações sobre uma determinada repressão indireta - por apresentar informações que tentavam enquadrar o corpo ao espaço privado e público - contra ações femininas. Quando o campo de trabalho se ampliou, as ofertas do espaço público se tornaram atraentes e o cenário privado precisava de reforço para continuar sendo a base da vida feminina, por isso era comum que os interesses estivessem veiculados ao meio social e ao controle dos princípios e regras.

Em 1930 a imprensa difundia os novos padrões de vida e modos de pensar, momento em que o distanciamento entre os segmentos sociais era expandido com a inclusão de ideais propostos às mulheres, principalmente a instrução e a educação, que deveriam ser os pilares da vida moderna, juntamente com a relação com seu lado

intelectual e materno, embora esse processo ampliasse a redução de oportunidades, direitos e conquistas femininas. O jornal *O Imparcial* (17.06.1938) em coluna de título “Pelos Jornalistas Profissionais”, afirma que os jornalistas tem sido defensores de todas as classes, pois “são elles os advogados gratuitos de todos os sofredores, deste paiz, daquelles que gritam, tomados de afflicção, porque lhes foram postergados os direitos”, logo são os responsáveis pela compreensão dos acontecimentos na sociedade, funcionando como “fios conductores que levam a analyse a penetrar no labirinto tremendo da sociedade, onde se encontram as origens de todos os males que arruinam a colectividades”, ainda que esse confronto de origens esteja ligado à interesses entre grupos sociais.

A cidade apresentava no século XIX, de acordo com Valle (1931, p.11), “casarões do tempo colonial, muitos de azulejos e mirante, arremedando velhos palácios europeus, as vastas casas abarracadas, eram a morada predilecta do pessoal rico e de importância da terra”. A partir do crescimento urbano e a queda da produção rural, o espaço dessas construções imponentes da história da cidade acabaram por tomar um caminho diferente do que se esperava. A ocupação desses casarões era feita por pessoas com boas condições financeiras, porém na década de 1930, a situação inverte a ponto de chegar ao abandono e desocupação, por isso São Luís é retratada no jornal *Diário do Norte* (24.04.1937), como uma “cidade de poucas alegrias”, que com o passar dos dias se transforma em resquícios do passado, “a nossa capital, alcantariza-se⁷”; com pontos de desatenção e silêncio trazidos pela instabilidade econômica.

O aspecto migratório foi uma das maiores contribuições para o crescimento populacional da cidade de São Luís. Os municípios começaram a ser abandonados, pelo que era considerado “um symptoma alarmante da vida político social do estado”, em que os indivíduos faziam este deslocamento com a intenção de adquirir avanços e aperfeiçoamentos para se distanciar das “endemias locais, a falta de policiamento, a falta de garantias individuais e de respeito à propriedade, o banditismo, a falta de instrução popular, e o domínio na maioria dos municípios, da justiça”, conforme informações encontradas em coluna com título “Êxodo”, que elucida a vinda de mais moradores para a cidade, assim como, uma movimentação mais enérgica.

⁷ Alcântara é uma das mais antigas cidades do Estado do Maranhão. No entanto, no século XIX com o fim da exportação do algodão ao mercado Europeu e a abolição da escravidão, a cidade tem sua economia estagnada, depois entra em período de decadência. Ver mais em <http://blogalcantara.viajante.wordpress.com.br>. Acesso em 20/01/2019.

O jornal *Diário do Norte* (28.04.1937) enfatiza esse crescimento da cidade e o aumento da população, que poderia dar impulso à renovação do âmbito urbano, pois “quem viaja para o Anil, por exemplo, nota a dilatação da sociedade que se vai prolongando, plantando casas por logares vazios de construções, há alguns poucos annos atraz”, e conseqüentemente levaria à expansão de pontos periféricos da cidade. Uma construção de “casas pobres, feitas com recursos” disponíveis pelos que constroem ou proprietários. Daí a observação do jornal em tornar os novos espaços em um prolongamento da cidade, com fatores de melhorias, evitando a precariedade dos subúrbios, que geralmente se encontram em situações favoráveis à sujeira, falta de coleta de lixo, animais soltos nas ruas, ausência de calçamento das vielas e por ser mais afastado do “centro” da cidade, tem-se moradias singelas.

Assim as diferenças sociais ficavam ainda mais evidentes, principalmente quando os discursos presentes nos impressos e no cotidiano eram provenientes de padrões burgueses de vida, o que ocasionava limitações de acessos a tais alterações por outros segmentos sociais. Dessa forma, é interessante notar que existiam situações que se apresentavam à mulheres e homens no ambiente público e no privado, porém o peso destas relações era visto como desequilibrado, para o lado feminino, pois a imagem sobre as mulheres, de acordo com Sales (2015, p. 82), “estava inserida em um plano de visão que contribuía para manter sob o jugo da castidade, honestidade, bondade, candura e inocência”.

A moda adquiriu uma dimensão importante na sociedade, por ser posicionada além de padrões estéticos, à busca da individualidade, do que é considerado novidade, e pela relação com as referências à cultura, vida social e as transformações das conexões com o consumo e mercadorias, privilégios e valorização do simbólico. Para Mattos (2011, p. 170), a “transformação da sociedade na era da informação” levou a esse processo de reconhecimento de gostos pessoais, imposições estéticas e inserção no meio social, visto que considera “as ferramentas midiáticas, importantes veículos formadores do senso comum, assim como, o gosto, a tendência, o modismo e a uniformização social. Fatores que foram também, fortes impulsionadoras do consumo, passando a definir os parâmetros” e as possibilidades diante dos primeiros registros de agitação social.

De modo algum uma visão dialética da modernidade, afirmando a realização progressiva do universal racional pelo jogo contrário das

inclinações particulares, mas a potência de autonomia de uma sociedade ordenada pela moda, onde a racionalidade funciona na efemeridade e na frivolidade, onde a objetividade se institui como espetáculo, onde o domínio técnico se reconcilia com o lúdico, e o domínio político, com a sedução (LIPOVETSKY, 2009, p. 19).

Os interesses particulares e as lutas pela manutenção do status social ficam ainda mais evidentes com a moda a partir desses novos princípios de organização social, pois incluíam fatores que visavam instruir os habitantes das cidades para desabrocharem na civilidade e no progresso, modelar indivíduos no espaço público, em especial as mulheres, mas que trouxesse mudanças para o país no que se refere à transmissão de valores, já que a ordem social baseava-se em princípios familiares, religiosos e dependiam do desenvolvimento estrutural urbano para melhorar o bem estar social e voltar a preocupação para o futuro criado com a modernização. Assim Lipovetsky (2009, p.36) afirma que “a novidade tornou-se fonte de valor mundano, marca de excelência social”, no momento em que se fazia necessário abraçar as novidades e segui-las, de modo que “o presente se impôs como o eixo temporal que rege uma face superficial mas prestigiosa da vida das elites”.

Figura 7 – Traje de Passeio



Fonte: **O IMPARCIAL**, 11.05.1938.

Figura 8 – Misses Europeias



Fonte: **O CRUZEIRO**, 23.08.1930.

As figuras apresentadas acima retratam a moda de década de 1930, carregadas de tecidos que conferiam o aspecto de leveza, tons claros, chapéus e até bordados. Uma

página dedicada à moda, na revista *O Cruzeiro* (29.11.1930) com título “Minhas previsões sobre a moda de 1930-1931”, mostra que a tendência desse período é diferente de 1880, 1890, e “de todos os enfeites complicados que fizeram a glória de outros anos”. No entanto, por ser oferecido à mulher o acesso a todas as diferentes modas disponíveis, surge o alerta: “Escolher? Escolher porquê? Ella abre a mão, apanha-as todas de uma vez, está feita a escolha, fica com todas”. Dessa forma, faz uma advertência ao dizer que, não é porque é moda e está acessível, que deve ser utilizada por todos sem a preocupação com comprimentos e exposições fora do comum, visto que esse tipo de ação pode levar à “uma complicação mais violenta ainda, e depois, o arrependimento de haver agido tão depressa” e por fim, aconselha: “devemos fazer um grande esforço de lucidez, cujo resultado venha ser uma restauração geral”. Lembrando que as escolhas femininas, quando “mal” feitas ou pensadas, poderiam trazer castigos à forma como eram vistas em sociedade, retirando seus valores e elucidando um comportamento não visto com bons olhos pelo social.

“Deus, Pátria, Família”, em 1930 eram considerados “a trindade para quem devemos volver as vistas, o coração e a alma”, para que a benção de Deus caia no “seio da família, para solidificação e grandeza da sociedade, possa perdurar, hoje como amanhã, a paz e o bem que tanto ambicionamos. Deus pátria e família, seja nosso lema!”. Essa é uma coluna presente no jornal *Diário do Norte* (15.11.1930), que elucida o papel da religião para manutenção da sociedade, lembrando que o papel social da mulher estava atrelado à sua função materna e ao seu compromisso em cuidar do lar, casamento e filhos, de modo que fosse atribuída à ela, a responsabilidade pela pátria. Para Barbosa (2015, p.159), os discursos destacavam o papel da mulher no processo modernizador e disciplinador, pautado nos encantos da feminilidade, fortificando valores e conceitos ligados à moral e harmonia, do governo e das convicções familiares.

A ideologia política do governo Vargas visava, “o crescimento e urbanização da cidade e o aumento da nova classe média, na tentativa de oferecer “oportunidades para moças, tanto no campo profissional como educacional, ao mesmo tempo em eu endurece os discursos sobre o feminino com o intuito de mantê-las no espaço privado do lar”. Associado à esse fator, existe também o poder da imprensa na reprodução de comportamentos e ações morais. Ainda de acordo com a autora (2015, p.160), a “política ideológica do governo tinha como lema o progresso dentro da ordem”, momento em que as novidades seriam bem vindas, porém deveriam se apresentar dentro dos limites

estabelecidos pela moralidade para garantir o funcionamento social, sem exageros, sem afrontas aos modelos já estabelecidos.

A efervescência que atravessou a década de 1920, tempo em que as alterações foram recebidas com ânimo e crítica, agora já passavam por formas mais claras de controle. Se em 1920 existia o espanto quando às cores, tamanhos das saias e decotes, em 1930 só restava controlar todas as ações que tirassem as mulheres dos moldes tradicionais. Para Barbosa (2015, p.161) “a ideologia considerava o papel de mãe, esposa, dona de casa próprios da feminilidade. Por isso o casamento era considerado o fator de realização pessoal feminina e deveria ser o principal objetivo da jovem”, já aos homens era desejado que mantivessem sua sexualidade com vigor e acentuar a “característica” de serem mais racionais que as mulheres. O que indica que as diferenças naturais, a falta de força física, a falta de posicionamento intelectual, a fragilidade que apresentava o feminino, reforçava a inferioridade em relação ao papel social masculino.

“Especialmente na vigência do Estado Novo, os governantes exerciam forte controle sobre os espaços públicos e a vida em sociedade, utilizando tanto mecanismos repressivos como os ideológicos para atingir seus objetivos”, afirma Barbosa (2015, p.160). Na contramão do equilíbrio mostrado anteriormente, da confiança e da ausência de perturbação, têm-se um aspecto importante nesse momento, “a censura aos meios de comunicação, ao cinema, ou o uso desses instrumentos midiáticos para fazer a propaganda do regime, associada ao controle dos meios educacionais” juntamente com o tripé, base do governo, Deus, pátria e família.

Tema presente inclusive no jornal *Diário do Norte* (19.06.1937), que aborda o estado de decadência e degradação, que consiste esse policiamento das informações veiculadas nos jornais. “O jornal que se faz um celeiro de ideias e altos pensamentos, onde o jornalista é um orientador honesto das multidões, tem para a sua directriz normas seguras”, que funcionam como uma espécie de restrição contra a transparência das paixões, portanto não seria lógico que a cultura estivesse sem a liberdade requerida, já que “a liberdade de pensar não é e nem deve ser considerada pelos governos como um verdadeiro perigo social, contra o qual devam estar vigilantes os esbirros da lei”. O bloqueio precisava ser realizado a qualquer setor que fizesse propagação de interesses divergentes ao ideal do governo Vargas, por isso o objetivo se fazia presente para manipular e moldar os corpos, pensamentos e ações aos desígnios do governo, quando reforça que o estado

chegou a uma “degradação político-social” e quando destaca: “cultura sem liberdade não é cultura” e encerra então dando foco às pressões sofridas quando afirma que “liberdade sem cultura é tudo, menos liberdade”.

O jornal *O Imparcial* (26.06.1938) apresenta coluna com título “O papel da juventude no Estado Novo”, reforçando que se “vê na mocidade, uma das maiores forças vivas da nação”, que faz crescer principalmente “a força patriótica dos moços”, em que Vargas depositava esperança no papel decisivo dos jovens para a reconstrução do país. Em 10 de novembro do ano de 1937, Vargas direcionava seu discurso aos jovens pronunciando as seguintes palavras: “Na mocidade, que sacode os braços para o alto, como se pretendesse abraçar o sol, e traz os olhos abertos pelo deslumbramento da vida que recém-desponta, deposito a minha confiança e a ela dirijo o meu apelo”, se voltando então para a força que ele considerava a primeira responsável pelo impulso de crescimento do Brasil. Lembrando que para essa parceria dar certo, os jovens deveriam depositar, também, confiança no governo, pois “na hora histórica da reconstrução da nacionalidade, o seu papel não pode, realmente, deixar de ser decisivo ao lado do governo que (...) fortalecido, vem trabalhando ativamente pela prosperidade” e amplitude do país.

As informações contidas nos jornais caracterizavam o período como uma ação de luta pela conquista da unidade nacional, que é possível perceber no jornal *O Globo* (10.11.1939), que enfatiza a mudança realizada pela atuação desse regime no cenário do Brasil, levando em consideração que o “Chefe do Governo Nacional” conferiu ao país “aspectos mais definidos, coordenando-lhe os rhytmos, isentando-a das prováveis contaminações ideológicas, incompatíveis com a índole democrática” firmada pelo povo. De todo modo, utilizava-se “um aparelhamento de leis, que definem a segurança de um regimen e caracterizam um Chefe de Governo” para atender aos ideais da nação e formar cidadãos de acordo com as condições impostas pela orientação moral. Traz em linhas dos jornais, novidades que demonstram as iniciativas do governo, como o salário mínimo, anunciado em entrevista publicada no jornal *O Imparcial* (25.04.1938), “que representa uma imposição da justiça social e não seria possível deixar de instituí-lo, num país de civilização christan, onde o sentimento, a solidariedade humana, entra como factor individual da estrutura das bases” presentes na sociedade, com a motivação de proporcionar o nível material e moral da vida, produzindo vantagens econômicas no cenário nacional.

Figura 9 – Getúlio Vargas



Fonte: **O CRUZEIRO**, 08.11.1930.

Figura 10 – Paulo Ramos



Fonte: **ATHENAS**, 08.1940.

Os governantes do Maranhão, em especial os interventores, eram representantes da administração realizada no cenário nacional, sendo responsáveis pela aplicação de um conjunto de normas nas cidades, em busca de melhorias e transformações que acompanhassem o progresso e a modernização. A figura 9 traz o rosto do presidente Getúlio Vargas, principal idealizador desses melhoramentos que visavam atingir todas as classes e aumentar o campo de trabalho no Brasil, enquanto a figura 10 mostra Paulo Ramos, nomeado interventor federal em 23 de novembro de 1937, que assumiu o governo do Maranhão em 15 de agosto de 1936.

Em 09.05.1938 foi registrado pelo jornal *O Imparcial* a chegada do interventor federal Paulo Ramos ao Maranhão, depois de uma viagem para a capital federal. O interventor foi recebido pelas autoridades locais e por pessoas de destaque da sociedade. No seu discurso que ocorreu no mesmo dia da chegada, disse que o Estado Novo desobstruiu as barreiras que impediam o progresso e lembra as aclamações do povo feitas a Getúlio Vargas, considerado um verdadeiro herói nacional, “salvador na nossa nacionalidade, pela sabedoria e bravura”, o responsável “pelo novo regimen, que veio fortalecer o poder executivo, cuja acção (...) trouxe vantagens incontestáveis, assegurando a garantir da ordem, sem a qual não pode haver prosperidade”. Explica o motivo da sua

vinda para o Maranhão: “com um único objetivo, arrancar o Estado do topor em que jazia, coordenar suas forças constructoras e elevá-lo a olugar que lhe cabe no concerto das demais unidades da federação” e deixa evidente a presença da ordem nesse período, ao dizer que “liberdade não é licença, não é desordem, e nós precisamos, sobretudo de ordem para os fins que desejamos alcançar”.

Paulo Ramos em seu discurso mostra uma preocupação com o tradicionalismo e a racionalidade da intervenção do estado em estabelecer limites morais e de comportamento para manter a ordem em sociedade. Portanto, sua intenção era “encarar a situação de atraso, em que se acha a nossa capital, introduzindo melhoramentos que, modernizando-a, sem alterar-lhe a feição colonial, que a caracteriza”, além disso, pretendia também “fundar o Banco do Estado, que além de outros grandes benefícios, irá incentivar a nossa agricultura, desenvolver as nossas indústrias e fomentar o nosso comercio”, o que se configurava em um incentivo às demandas profissionais, crescimento do poder, bem estar social e preservação da hierarquia social.

De acordo com seu discurso, o Maranhão precisava de construções como “o palácio da justiça, palácio da educação, o hospício e um hotel moderno”, o desenvolvimento de um plano rodoviário, o estudo sobre um projeto para o porto, pois somente munidos desses empreendimentos seria possível o destaque do estado. Assim, pede aos habitantes que depositem confiança, já que este seria o momento em que o Maranhão reafirmaria seus propósitos e buscaria a solução para todos os problemas. Com a certeza no futuro, “o Anjo da vitória nos aguarda, com suas asas brancas desdobradas em vôo altaneiro, ao sol da liberdade, para a maior grandeza do Maranhão e do Brasil”. Desta forma, “inicia-se, uma nova Era na história do Maranhão – Era de harmonia, Era de trabalho fecundo, Era de progresso, Era de prosperidade”.

O jornal *O Imparcial* publicava em 11.05.1938, que “o Estado novo assegurou, de logo, a paz e a ordem indispensáveis à prosperidade do paíz, e afastou definitivamente, os entraves que os partidos políticos e as leis obsoletas” que não refletiam o que era definitivamente a realidade do Brasil. O Maranhão antes do regime, “mais que qualquer outra unidade federativa, soffria as consequências da prática de uma politicagem sem freios e entranhas.”, precisava trilhar um caminho “rompendo laços seculares com o passado”. Para o interventor, o presidente Vargas, com sua personalidade singular, possuía o “perfil moral e político de salvador do Brasil”, livrando o país “da miséria da politicagem

nefasta” e pretendia ganhar o apoio de diversos grupos sociais pela política que envolvia o investimento público nos cenários urbano, de transportes e energia, com o objetivo de construir regiões mais desenvolvidas que pudessem alavancar a economia do país.

A partir da década de 30, na conjuntura política da Era Vargas, uma nova onda de modernização se espalhou pelo Brasil e diversas cidades passaram por reformas estruturais que objetivavam enquadrá-las nos padrões das cidades modernas. Em São Luís, tanto o governo municipal quanto o estadual, promoveram reformas na estrutura da urbes (CORDEIRO. In.: ABRANTES, SANTOS, 2012, P.180).

A edição de 18.05.1938 do jornal *O Imparcial*, sobre o governo Vargas, diz que a característica do seu governo é a unidade e a disciplina com vistas para o patriotismo, levando em conta que o brasileiro vai torcer pelos seus serviços ao afirmar que “o Brasil deposita sua fé e sua esperança no Chefe da Nação”. Nesse ponto, o grau cívico deveria atingir qualquer classe, o que consolidaria uma união através da integridade e soberania do Brasil, demarcando os traços do progresso. Desse modo, o governo priorizava o respeito mútuo, pois “aquelle que assumir o controle das massas tem que ser prestigiado e obedecido pelos seus dirigidos”, em que o chefe nacional deveria ser um só e ao mesmo tempo entender os âmbitos político e social, porém mantendo respeito em relação ao sentimento de pertencimento de cada brasileiro, o que chamou de “brasilidade latente”.

Para Cordeiro (2012, p.180), o interventor Paulo Ramos estava envolvido com as ideias modernizadoras que carregariam vários melhoramentos para a cidade. Juntamente com a administração de Pedro Neiva de Santanna, prefeito, que também promoveu reformas na cidade nesse período, com o objetivo de colocar São Luís entre as cidades modernas.

Durante a administração de Paulo Ramos (1936 a 1945), as principais obras realizadas pelos governos municipal e estadual foram: plano rodoviário, reforma do palácio; construção do palácio da educação, da colônia de psicopata, do pronto socorro Getúlio Vargas; do palácio do comércio, da sede do poder judiciário, quartel de bombeiros; construção de avenidas (Getúlio Vargas, 10 de novembro); alargamento, pavimentação e reformas de vias públicas (CORDEIRO, In.: ABRANTES;SANTOS, 2012, p.181).

No Maranhão, frequentes eram as reclamações sobre a infraestrutura, serviços de iluminação e calçamento das ruas. Durante o período de governo de Pedro Neiva de Santanna, os periódicos anunciavam as modificações e recebiam com êxito as informações

sobre as melhorias na cidade em poucos meses de posse do cargo. “Na legendaria cidade vão aparecendo sadios efeitos da administração municipal, que, pondo em dia o seu funcionalismo, reestabelecendo seu crédito”, afirma o jornal *O Imparcial* (24.05.1938) e que a partir disso, desenvolveu melhoramentos em São Luís, realizando antigas vontades da população em ver, finalmente, a execução do programa de governo.

O prefeito corresponde, assim perfeitamente, o plano de realizações do governo do Estado, que, tendo a frente a secção criteriosa do Dr. Paulo Ramos, cujas coordenadas administrativas se dirigem no sentido de um soerguimento de todas as energias do Estado e que tem por objetivo, a grandeza econômica, a renovação deste imenso patrimônio da terra maranhense, não tem poupado esforços em dar, ao município de S. Luis, todo o amparo possível (O IMPARCIAL, 24.05.1938).

Os trabalhos se dão no sentido de implantar na cidade melhoramentos e aperfeiçoamentos para alcançar o grau de uma cidade civilizada, em um meio que se restaura pela expansão do desenvolvimento moral e material, que vai pouco a pouco se fortalecendo e se firmando, buscando atender as necessidades dos setores econômico, administrativo, educacional, entre outros, que poderiam elevar a prosperidade no Maranhão. Sem deixar de levar em consideração o cenário nacional, o mais importante para efetivar as mudanças, que apresenta informações nos jornais e revistas de circulação na cidade, sobre a crise enfrentada entre 1929 e 1930. O jornal elucida a fase que considera como posterior, de progresso e sabedoria, que firmou leis, orientou a família brasileira, o olhar voltado para os problemas políticos, e reforça o alerta para o caminho que poderiam ter as consequências das ações distantes dos padrões: um possível desequilíbrio da vida social.

De acordo com Neris, Neris e Silva (2014, p.320), houve um sentimento “ampliado sob os efeitos dos anseios de modernização do tecido urbano, tão bem expresso nas políticas de higienização e padronização dos espaços públicos da cidade no início do século XX”. O cenário da cidade, repleto de casarões coloniais não refletia o progresso e a civilidade que estava dominando país, por isso “o cultivo da influência de ideais novos e o ímpeto de elucidar as especificidades da história local para a projeção de um futuro renovado para o estado, inscreveram no inconsciente cultural um conjunto de categorias polares”, idealizando as diferenças entre os aspectos do antigo, representado por obras

coloniais e o novo, pela iluminação e construção de novos empreendimentos para moradia ou comércio.

“São Luís hoje, é uma cidade onde já se constroe. Lentamente, a nossa velha e heróica capital vae fazendo esforços sobre esforços no sentido de mudar de feição, e aqui e alli, já podemos contar melhoramentos bem apreciáveis”, trecho referente a publicação do jornal *Diário do Norte* (26.04.1937) sobre a condição da cidade em relação ao progresso. De acordo com a coluna, a cidade só iria adquirir aspectos modernos com “o cimento armado em construções elegantes” localizadas em diversos pontos da cidade e não apenas em locais em que estavam concentrados grupos de prestígio social e boas condições econômicas. Logo, “na época do arranha-céu, esse casarão é de uma grande melancolia”, daí o pedido de retirada do aspecto de “colonialismo, que tanto contrasta com as idéas daquelles que procuram viver a epocha actual em toda a sua magnifica plenitude”.

Em 21.04.1937 do mesmo jornal, também consta a discussão sobre a paisagem antiga que a cidade confere em meio as mudanças do progresso, que incomodam pois “já era tempo de apresentar a cidade aos que nos visitam e a nos mesmos outro aspecto, outra physionomia urbana”. Os jornais apontam para a preocupação com o embelezamento da cidade e o conceito antiquado produzido pelo cenário apresentado pelo sobrados, que mais pareciam evitar o progresso urbano do que se aliar a ele; mas destaca que o governo poderia se preocupar mais com esse aspecto, através de novas ideias e estética para por em prática a remodelação da cidade de forma efetiva.

O que temos hoje, nesta época de reformas e organizações é um Maranhão progressista moço, enérgico no trabalho das realizações dum programa administrativo que tudo tem elaborado em benefício da terra-berço. O que temos neste quasi meiado do século XX, é um Maranhão caboclo do norte – marchando efficientemente, com passos firmes para o plano futuro das iniciativas constructoras vanguardas dos demais Estados da união. E todos esse symptomas, todo esse aspecto de progressividade, de novas energias, de novos rumos de vida, de trabalho edificantes, são reflexos da administração Paulo Ramos (O IMPARCIAL, 12.06.1938).

Nesse sentido, as modificações urbanas eram mais aparentes nos locais de grande circulação da cidade, que tinham influência econômica e nos costumes, como a cidade de São Luís, enquanto as regiões próximas e os subúrbios, não agregavam tanto valor por se localizar distantes desse campo de movimentações que inspiravam novos ares. Para Cordeiro (2012, p. 184), as populações suburbanas viviam em estado de abandono, as ruas

que serviam os bairros geralmente não eram calçadas, não existia saneamento básico para as áreas mais afastadas, sendo constantemente relatado nos jornais o descaso, a carência e a falta de condições com que se tratava a saúde e as moradias. No João Paulo, por exemplo, bairro populoso da cidade, algumas informações veiculadas nos jornais se referem à ausência de escolas, serviço médico, precariedade de transporte devido às ruas esburacadas, coleta de lixo, entre outros fatores, que reforçavam um pedido de melhoria da população, “não tem nada, falta-lhe iluminação, o pescado vende-se no chão, assim como as verduras” (Diário do Norte, 21.05.1937).

Com o crescimento urbano da população de São Luís, as moradias do centro da cidade que antes serviam de habitação às pessoas de boas condições econômicas, na década de 1930, davam espaço às ocupações por trabalhadores, homens e mulheres das mais diversas ocupações. De acordo com Pinto (2012, p.159), a cidade mantinha seus sobrados que eram conseqüências do sistema agroexportador do século anterior, mas com a implantação de indústrias de tecelagem, deu lugar a novos moradores, que usavam os sobrados como habitações coletivas e populares. Com isso, aumentou o número de pessoas morando em condições precárias, mas principalmente, pela falta de asseio, condições de saúde e alimentares, começaram a enfrentar diversos problemas, como a peste bubônica, “a peste do meretrício”⁸ e a vida mundana.

Uma publicação realizada em *A Peroba*, jornal de caráter “semanário, humorístico, crítico e noticioso”, apresenta críticas e ironias sobre os acontecimentos locais, às vezes colocando em evidência os nomes dos moradores de determinadas regiões, como acontece na coluna permanente “Namoros e Namoricos”, expondo a vida de pessoas que já tinham relacionamentos, os que estavam flertando e também aqueles que buscavam aventuras fora da relação. Portanto, o jornal afirma que “a moledicencia das nossas crônicas, modestas em geral, não têm caracter pessoal, isto é, são ironias ou pilherias sem endereço exato – impessoais, vagas, inconseqüentes”, mas que terminavam por ofender as pessoas que se assemelhavam às circunstâncias descritas nas linhas do impresso, embora a intenção fosse apenas descrever “os ridículos e defeitos de muitos anônimos e indefinidos”.

⁸ A Peste do Meretrício em São Luís, um trabalho organizado por Ana Rosa dos Santos Pinto, presente na coletânea São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade, que aborda a ação policial e o controle da prostituição urbana no início da República, levando em consideração as alterações dos padrões de modernidade e a ofensa moral pública.

Tendo como base esse jornal, com pouco tempo de circulação em São Luís devido ao impacto das suas notícias que chocavam e deixavam as pessoas furiosas, têm-se uma notícia de título “Reportagem Sensacional” (17.02.1934), “Visita do nosso repórter, á Rua Retiro de Natal (antiga Fundo da Estação). Um antro de perdição para as mocinhas pobres e desamparadas”. Pelo discurso a favor da moral e dos bons costumes, as informações se tornavam relevantes por envolver denúncia e alerta, pois era preciso “agir em favor da moral, porque esta é a principal base do nosso programa, e sempre tivemos os bairros desprotegidos da cidade”, em alguns pontos a fiscalização não ocorria devido à distância, aos perigos à saúde e à locomoção. Portanto, faz a denúncia de uma senhora que seduz meninas novas para “uma porta e janela que fica fora do alinhamento do casario”, denominado pelo jornal como um “antro de perdição” chefiado por Maria de tal, o que se configura como um escândalo e por ser um “caso verídico, requer com energia a presença da polícia” para destruir com o comportamento imoral social que afetava a sociedade em geral e as famílias compostas por pessoas honestas, exemplos de mães, esposas e maridos, que ficavam “escandalizados” com esse tipo de notícia. “Todas as categorias de prostitutas são banidas acusadas de favorecer a luxúria e as doenças, de fomentar rixas e outras formas de desordens públicas e de incentivar o adultério”, afirma Calanca (2011, p.89).

Em geral, as moradias do subúrbio de acordo com o *Diário do norte* (28.04.1937), são “habitadas por proletários, as casas que ahi se edificamsão da mais acanhada feição – casas pobres”, visto que “o crescimento da cidade, se assim podemos expressar, vae se verificando, justamente, na periphéria do circulo citandino sanluisense, o que vale por afirmar que uma cidade nova se levanta”, em que os lugares que antes eram vazios, passavam a comportar novas construções e grupos sociais.

Fiscalizações tanto para aqueles que tinham posição social quanto para os que não possuíam. Havia o desrespeito às normas nas ruas, como o controle de pessoas nos bondes, os locais de brincadeiras, situações de ofensas à moral pública, entre outros fatores. Por isso o *Diário do Norte* (02.05.1937) afirma que “a população de São Luís ainda se descuida muito dos interesses da cidade”.

Além da prostituição, a gente pobre dos bairros, também estava diante de problemas como o álcool e o jogo. O jornal *Diário do Norte* (11.06.1937) em coluna de título “A cidade”, aponta para os transtornos e os males oferecidos à vida social, provenientes de ações como essas. “A bebedeira, nas classes baixas da sociedade, é um

facto que exige, pela sua natureza e pelas suas consequências, contra a sua avançada marcha de domínio, medidas seguras, que a maneira de barreiras, impeça” que este tipo de comportamento se penetre à moral da sociedade e atrapalhe a vida das famílias. De modo que, “a polícia e a municipalidade, unidas numa mesma harmonia de vistas, poderiam debelar esse perigo social, que se apresenta comendo as energias vivas da nossa sub-sociedade”, e com a mesma intensidade, deveria ser a ação responsável por fornecer à população o bloqueio de uma distorção social. Assim, de maneira “com igual intensidade combativa, atacar de frente outro mal: o jogo,” que tem se espalhado por diversos pontos da cidade.

Tanto o álcool como o jogo são problemas relacionados à imitação, visto que “estamos certos de que a gente pobre dos bairros segue, apenas, os exemplos que lhes dão os respeitáveis cavalheiros da nossa elite social”, em casas que abriam para acentuar a circulação de bebidas e também contribuía com os jogos. Por isso, criou-se um receio do estabelecimento dessas práticas, que iam de encontro às normas estabelecidas para a vida pública, o jornal afirma que “solapando de alto a baixo a sociedade maranhense, arruinando-lhe a moralidade e os foros de cultura” que poderiam proporcionar inúmeros perigos para a sociedade de modo geral, atingindo o coletivo. Em 15.04.1937, o jornal já anunciava que “São Luís, estes últimos tempos, resolveu virar um vasto botequim, em cada canto da cidade encontra-se um bar”. Vale ressaltar, que esses bares encontravam-se em situação fora dos padrões modernos e por vezes se apresentavam até inacessíveis devido ao quadro que exibiam, logo se tornavam “uma nota triste na nossa vida de cidade que se preza”.

Ainda no que se refere ao subúrbio, o Anil também é uma das áreas com grande quantidade populacional. Apesar de ser um forte contribuinte para as contas do estado, a região sofre com a falta de investimentos, mas “contribue para os luxos ou o que quer que seja da cidade de São Luís”, é o que consta no *Diário do Norte* (23.04.1937)

Este cenário do Anil se dava pelo afastamento do centro da cidade, São Luís, que contava com um aspecto mais “moderno” devido aos investimentos feitos a longo prazo pelo governo, ainda que precários, existiam com mais força do que nas áreas mais afastadas. Criando desta forma, um verdadeiro contraste com a vida agitada de São Luís, uma região com mais áreas verdes, com casas simples feitas com madeira e barro - um retrato da distância e dos investimentos destinados à área mais movimentada do estado.

Os subúrbios eram habitados por pessoas pobres, apesar das manifestações culturais ocuparem um lugar imprescindível na dinâmica social, ao considerar que as organizações festivas e a cidade compõem um campo de negociação e constituição social. Conforme Barros (2014, p.57), é possível notar que o espaço urbano, com seus múltiplos significados, implicações sociais e simbólicas, constituía um lugar privilegiado “em que era significativo perceber conceitos, negociações e conflitos entre os indivíduos que habitavam essas áreas de subúrbio” e as camadas sociais da cidade, principalmente por conta desses bairros fornecerem a ligação entre importantes vias, como “as zonas centrais e suburbanas, às vilas e outros lugares”.

Ainda segundo o autor (2014, p.58), existe uma relação entre representações, práticas sociais e espaços de circulação marcados pela construção do exercício da cidadania e um fator de sociabilidade. No início do século XX, os subúrbios fundam o comércio de feiras e gêneros alimentícios, mas ganham visibilidade cultural por ser o local em que havia interação entre classes distintas, tanto pelas manifestações regionais e do aparecimento de “zonas de cabarés” que seriam frequentados por diferentes grupos sociais; ainda vale ressaltar que a composição destes locais, era feita em grande parte por pessoas negras e pobres. A hierarquização se manifesta, apesar dos indivíduos sem condições econômicas serem vistos sem a civilidade desejada para estabelecer relações com outros segmentos, essas diferenças e choques no cotidiano manipulavam e transformavam as práticas de sociabilidades.

Diana Crane (2006, p. 473), afirma que na sociedade de classes, que tem a comunicação através do estilo, os elementos de significação e valor podiam ser traduzidos e compreendidos. Enquanto em uma configuração de fragmentação social, “a roupa usada por um grupo social ou segmento determinado, tende a ser interpretada de maneiras diferentes dentro e fora deles”, absorvendo a moda e o comportamento com diversos itens que são lidos pelos grupos sociais, que estão sempre em busca de representação e controle das atribuições públicas.

A moda e o vestuário (...) oferecem pistas para desvendar as ligações entre estrutura social e cultural para traçar os itinerários da cultural material (...) os códigos do vestuário continuarão a proliferar como meio de expressar as relações no interior dos grupos e segmentos sociais, e entre eles, como indicadores de respostas a hegemônias ainda mais conflitantes (CRANE, 2006, p.474).

Ainda assim, na década de 1930, além de identificar posições diferentes e concepções dominantes, as roupas da moda para as mulheres em especial, ocupavam posições problemáticas, por fatores financeiros, de aparência, identidade e pela restrição que envolve o papel feminino, a partir do momento em há uma tentativa em manipular a composição dos espaços públicos. Por isso Barbosa (2015, p.159) aponta que “a mulher representava um instrumento importante no processo modernizador e disciplinador do governo, devendo ser mãe cidadã, preparar os futuros cidadãos” e em especial, por ser responsável “pela manutenção dos valores morais da sociedade”.

Com o título “Palavras à mulher”, uma coluna do jornal *O Globo* (28.12.1939) elucida que “a mulher será esposa, depois mãe, e constituirá um centro de um lar, o elo que prende a família, o elemento em que a sociedade repousa e a pátria descansa confiante e venturosa, a santidade da família depende de você”, destacando o papel da mulher na sociedade desse período ao dizer que a mulher deve pensar na responsabilidade do país no dia de amanhã, para isso “compenetre-se da missão que lhe está reservada, como companheira de um homem no casamento, como mãe de outros homens, na maternidade que há de vir, consequência natural do amor”, a responsável pelo “presente, o factor do passado e a esperança do porvir, moça do meu país”. Sobre a publicação dos periódicos, Rodrigues (2010, p.33) elucida que “o sexo feminino estava tradicionalmente desprestigiado” quanto às suas possibilidades de saber e criar o conhecimento, pois a ciência era uma atribuição articulada ao masculino, por serem dotados de racionalidade, não corria o risco de se perder com sentimentalismos.

Segundo a autora Calanca (2014, p. 96), a mulher “tem uma faculdade inferior (...) encontra-se em perenemente no estado infantil e é capaz de ver o mundo além do mundo fechado da esfera doméstica”. Este é um argumento presente nas relações que evidenciam o caráter natural das funções femininas. Para ela, a beleza pode até ser um privilégio das mulheres, contudo tem apresentado o campo intelectual como inferior ao masculino, como se fossem forçadas a ver o mundo apenas pelo viés doméstico, através de uma condição que fixava o discurso que as mulheres deveriam ser educadas para cumprir sua vida doméstica e cotidiana, porém, sem se envolver com a instrução por conhecimentos que não eram necessários para a formação da sua identidade, do papel social e para a construção do país. Por isso, a garantia do progresso e da ordem social só seria possível com o fortalecimento de instituição familiar e essa atenção concentrava-se

“nas classes médias e altas, pois as mulheres dessas classes serviam de modelo e estabeleciam padrões de comportamento para as demais mulheres, como também na classe operária”, afirma Barbosa (2015, p.168).

Embora a conjuntura se apresentasse favorável às mulheres burguesas e de segmentos mais abastados, havia um bloqueio em relação a essas novidades oferecidas pelo âmbito público, como a circulação nas ruas, a defesa pelos estudos, a elegância dos modelos de vestuário e a inserção no campo do trabalho, se tornavam elementos para os conservadores conceituarem como ferramentas que tinham o poder de desvirtuar a mulher de tudo o que era voltado para o doméstico, bem como, oferecer mais tempo e interesse para conhecer âmbitos afastados que não participam da formação do lar, o que causaria uma desestruturação, criada por um suposto desinteresse na instituição familiar, considerada como base do governo e da nação.

E o que é “o verdadeiro espírito feminino”? Nas entrelinhas estão: ser submissa, ingênua, doce ou saber representar bem possuir tais qualidades – tanto faz, realidade ou performance, contando que “ o perigo seja evitado. O problema pode ser imediato – ameaça à união conjugal – e também mais profundo – ameaça às relações de gênero estabelecidas como “verdadeiras” e “corretas” (PINSKY, 2014, p. 193).

Havia eminente preocupação voltada para o universo além do ambiente privado, pelo comprometimento do vínculo às funções como mãe e esposa. No entanto, essa busca pelo progresso que induzia a emancipação feminina, era caracterizada por um resultado de consequências drásticas, que levaria à decomposição dos princípios morais e tradicionais da sociedade, devido à ocupação de espaços antes considerados de exclusividade masculina. Em grande parte das publicações, a mulher é relacionada a aspectos religiosos, como uma edição do jornal *Diário do Norte* (14.10.1937), que declara: “a mulher é na terra: a completa emanção da beleza, parece saída das mãos de Deus como uma obra divina de carinho, e á qual o creador tudo prodigalisou para ser o mais formoso dos entes”, assim “é a beleza que inspira o amor, sopro divino, e a que todos, novos ou velhos, nos sacrificamos sempre e constantemente” e encerra afirmando, “o que os homens esperam dellas, é o serem o fulcro da sua vida, e que lhes dêem a compensação de seus sacrifícios,; quanto mais trabalham, mais as querem guardar no relicário da ociosidade justamente para que nada as offenda ou macule”.

Fica claro então, de acordo com o jornal, que o campo profissional direcionado para o homem, deve permanecer com ele, na intenção de proteger a mulher dos problemas fora do lar, proporcionando tudo o que ela precisa para que não tenha que sair do seu lugar sagrado, como uma continuidade do que já era praticado no século anterior. Nesse sentido, é possível observar que a vida doméstica e privada, é concebida como um sacrifício, devido a educação, cotidiano e hábitos, mas principalmente, pelas regras em torno do corpo, do comportamento e do desempenho social feminino, ainda que seja evidenciado que precise da tutela masculina para alcançar status social e equilíbrio financeiro, devido à instabilidade da aceitação profissional de mulheres.

Por isso, Ximenes (2011, p.37) diz que há uma exclusão das mulheres de qualquer atividade que possa alimentar a performance social ou política diferente das descrições que se repetem, visto que, por se aproximar às figuras ligadas ao divino, como anjos e crianças, buscava idealizar a atuação masculina como uma relação de dependência na tentativa de garantir a sobrevivência social feminina. Conforme Rodrigues (2010, p.35), “a instrução restringia-se às filhas da elite que poderiam dispor de tempo e não estariam desde cedo – como é o caso das classes menos abastadas – presas na ajuda ao serviço doméstico e o cuidado com os irmãos”, embora às mulheres pobres fossem dados conselhos sobre o lar e a vida doméstica nos informativos dos periódicos.

Por mais que as condições econômicas não fossem favoráveis, a pobreza não deveria ser considerada um obstáculo para afastar a mulher da “felicidade do lar”. Em 21.05.1937, no *Diário do Norte*, com o título “A Mulher pobre”, uma coluna se refere à ordem do lar, que cabe somente com a atuação feminina, se tornaria um lugar agradável, pois “a mulher que se habituar a ter em ordem tanto os seus pensamentos, como seus actos, como a sua casa, manterá um perfeito equilíbrio doméstico sem uma grande dificuldade”. De acordo com o jornal, a pobreza não precisava ser sinônimo de “desmazello”. No entanto, a dona de casa, é a que se interessa “em tudo fazer bem, bonito, economicamente, essa sim é a verdadeira, é a que zela por sua família”; expõe características que demonstram cuidado e noção de satisfação, segundo a coluna, pelo desempenho de atividades de limpeza e organização traduzidas como condições femininas e a ênfase nos ensinamentos que deveriam ser disseminados para a formação dos deveres sociais do sexo feminino e das suas virtudes.

Apesar de exercer uma jornada de trabalho com o cuidado com o lar, zelo, família, filhos, também existia a possibilidade do trabalho feminino na vida das mulheres pobres, que precisavam exercer alguma atividade para ter condições de sobreviver e configurava uma dinâmica diferente da vida social burguesa, que em nada se assemelhava por considerar “indesejável a participação da mulher na força de trabalho”, pela ameaça ao “abandono do lar em nome da liberdade econômica ou de algum simples capricho; o agravamento da crise de ocupações; o maior apego das mulheres ao luxo, às diversões, à vaidade, às vantagens materiais (PINKSY, 2014, p. 181), acarretando assim, uma série de efeitos catastróficos e negativos para o desempenho do papel social feminino fora do lar.

Uma poesia apresentada no jornal *A Peroba* (25.03.1935), chamada de “O valor da mulher”, abordava temas recorrentes na vida social: a honra e a virgindade da mulher. Sob “a orientação hegemônica da igreja e dos colégios católicos”, de acordo com Pinsky (2014, p.128), a questão sexual não deveria fazer parte da instrução dos jovens, já que conforme os preceitos morais, a sexualidade só deveria servir para o matrimônio e a reprodução. A própria falta de informação evitava que as mulheres conhecessem seu corpo, na tentativa de evitar situações que revelassem muito as partes físicas ou opiniões sobre ações menos conservadoras que pudessem por em risco os moldes tradicionais.

Portanto, era recorrente ter informações sobre castidade, honra e matrimônio, como a poesia que dizia: “Gentil donzella, não despreze tanto/ O teu pudor, a tua castidade! / Conserva sempre teu o nome santo/ Óh, não macules tua virgindade”, nessa primeira parte da poesia, têm-se a importância da virgindade, como uma característica divina concebida às mulheres puras. “Só tens valor quando és donzella/ Perdendo a honra, nada mais terás/ Em pouco tempo deixas de ser bella/ E arrependida, sempre chorarás”. Neste ponto atribui a relação sexual somente após o casamento, pois quando ocorre anterior a ele, é retirada da mulher a pureza, a castidade e todas as ações morais seriam desqualificadas pela atitude não condizente com as normas sociais, que causaria uma visão de descrédito sobre o seu papel social e à função de esposa, pela probabilidade de uma gravidez (sem a presença de uma figura masculina) e/ou pela deturpação do caráter que seria descrito pela falta de moralidade e a falta de respeito, com a família e a sociedade. Como exemplo desse caminho, a continuação da poesia revela: “De ti se acercam os usurpadores/ Gananciosos vivem a te explorar/ Depois de fartos, esses sugadores/ São os primeiros a te desprezar”.

A poesia termina com o seguinte fragmento: “(...) Não troques nunca, por qualquer thesouro/ A rica jóia que teu ser encerra/ Pois, tua honra, vale mais que o ouro/ É tudo, enfim, que podes ter na terra”. Para Pinsky (2014, p.137) existem várias necessidades para a manutenção da virgindade feminina, como “o respeito aos pais, submissão à exigência masculina, prova de lealdade ao marido, para que a mulher mantenha intacta a idealização romântica do casamento e chegue pura até ele”, momento em que a virgindade era considerada sinônimo de honra e prestígio.

Os jornais tentavam organizar o comportamento anunciando manuais em sua totalidade, femininos, com a intenção de reforçar e organizar a vida social na cidade, colocando aspectos que mantenham a moralidade em evidência para guiar o país e o pertencimento das classes mais favorecidas economicamente. “Se a mulher quer agradar”, é uma coluna presente no *Diário do Norte* (16.12.1937), conduzindo ideias para normatizar o comportamento e as ações de mulheres, orientando para o que não devem fazer. Nesse caso, não deveriam “usar saias muito curtas, vestir-se com cores muito vivas, pintar demasiadamente os lábios, pintar os olhos; procurar falar sempre em meio tom, não rir alto em público, não pintar as unhas fortemente, não andar de luvas e sem meias” e sobre os adereços, “trazer o chapéu na cabeça, não usar muitos enfeites, não usar muitas jóias, não usar perfumes fortes, não gesticular muito, não se remexer muito enquanto ande”

Um discurso moralista para convencer que “é necessário um exaustivo aprofundamento de tais aspectos, com o objetivo de fazer com que apreendamos os verdadeiros princípios que disciplinam a consciência e suas leis”, afirma Calanca (2011, p.62). Portanto, há a intenção de fazer compreender quais devem ser os deveres sociais e individuais de homens e mulheres, para manter a ordem e a propagação dos costumes, lembrando “a importância para a sociedade da formação do indivíduo civil e virtuoso, capaz de comportar-se corretamente seja no plano pessoal, seja no plano social, torna determinante o aprendizado dos bons costumes por meio da educação religiosa”. Por isso, o repúdio ao exagero, pois quanto maior a quantidade de adereços, excessos de gestos comportamentais e maquiagem, maior era a distância do que era considerada a aparência natural da mulher, que já possuía encantos próprios sem precisar de muita modernidade para isso, apenas deveria apresentar a riqueza da simplicidade e o recato como obrigação para compor as definições femininas.

Em São Luís ainda não existiam muitos locais que estivessem nos padrões modernos. Para controlar e manter a ordem da circulação em lugares públicos e principalmente manter formalidades para o comportamento, os jornais se encarregavam de mostrar informações sobre os lugares de lazer e divertimento, já que a cidade estava adquirindo maior movimentação devido à sua nova configuração estrutural. Pessoas que passeavam, outras que faziam compras, as que saíam para o trabalho ou as que saíam para diversão, todos esses personagens já encontrariam uma cidade que fazia crescer seus espaços urbanos, como a “Rua Grande, a de Nazareth e a Formosa”, que eram concorridas no momento do entardecer, em que “gente fina e gente do povo, passeia, faz compras ou passa de caminho para casa”. Enquanto no “Largo do Carmo”, “moças e senhoras, circulam, em toilettes primorosas, que denotam a elegância da maranhense”. Através desta reportagem no *Diário do Norte* (04.12.1937), pode-se perceber que o comércio melhorou suas instalações e a cada estabelecimento comercial que surgia na cidade, estava amparado pelo processo de modernização, pois entre ricos e suburbanos, a vida social estava ativa e se movimentava de um lado para outro, como o vai e vem das pessoas nas ruas, embora ainda “faltasse meios de transporte, confeitarias ou casas de chás”, existiam os “pontos de união chic: a sorveteria Rio Branco”, por exemplo.

Assim, é possível notar na afirmação de Sales (2015, p.73), que “a urbanização exerceu influência no que se refere à situação da mulher, como uma maior frequência nos espaços fora do lar, gerando mulheres de classe média e elite, mais expostas na sociedade”. Por mais que passe pelas regras dos costumes, proteção da honra e condições econômicas, a urbanização não se configura como um benefício ou uma afronta aos princípios religiosos e morais, mas pela utilização do espaço público tornava visível todas as regras de controle de comportamento, educação e costumes através de padrões de sociabilidade das relações sociais estabelecidas nos novos locais de interação;

A moda também passou por diversas transformações nesse período, momento em que “a emergência do individualismo moderno” e “o gosto, se tornaram uma preocupação individual, com os conceitos referentes à classe”, afirma Svendsen (2010, p.60). Em geral, distinções, capital, hierarquia, são formas de incentivar a visibilidade, principalmente em locais que tinham bem definidos os padrões sociais, locais e culturais. Porém, a moda não é composta apenas por esse individualismo, devido à complexidade das interpretações, vínculos e significados de vestimentas e comportamentos. Ainda segundo o autor (2010,

p.81), “boa parte da moda se caracteriza por uma tentativa desesperada de dizer alguma coisa, se queremos vender valores simbólicos, devemos fazer com que esses símbolos representem alguma coisa”.

Através das publicações, a dupla moral da moda é identificada. Ao mesmo tempo em que ela é inovadora, atraente e considerada um traço dessa modernização que envolve todas as transformações no que se refere principalmente à atuação social feminina, ela também aprisiona, tem a intenção de manter intactos os valores que movem o papel social feminino e a pátria. Alguns discursos se voltam para os prazeres do novo, as formas das vestimentas, os locais de sociabilidades, a vontade de fazer parte de um cenário convidava as mulheres a participar dele. Enquanto outros eram mais direcionados para a negação e restrição, se valendo dos princípios morais, em que apresentavam sempre noções conservadoras sobre o quanto seria prejudicial à mulher direita, de valores e honra, se envolver com um panorama de pertencimento masculino, pois havia grande possibilidade de fazer escolhas equivocadas devido aos encantos proporcionados por fatores que eram até então desconhecidos pelo feminino.

Segundo Sales (2015, p.81) “a proeminência feminina só era aceita somente como autoridade materna, para os cuidados com a família (...) esta sociedade elaborava a mulher considerada ideal para o período de transição” em que o principal fator seria equilibrar as escolhas, entre o destino guiado pela missão divina e a relação com o condicionamento público, dentro de padrões que amarravam as ações femininas dentro do espaço privado.

Abordamos poderes femininos conquistados de forma lenta e gradual retratando que o espaço público tornou-se mais próximo, e situações até então prestadas ao sexo masculino começaram a serem utilizadas por mulheres também. Falamos em poder feminino porque este se dava de forma adquirida, conquistada sutil ou assumidamente, e pode-se afirmar que a instrução e a educação destas mulheres foi demarcada pela conquista, não uma concessão, mas a aproximação entre as necessidades da vida em sociedade e interesses femininos de aproveitar estas situações, ao contrário do que já acontecia com os homens que tinham seus direitos à cidadania, à vida pública, definidos pela legitimidade de sua autoridade plena social (SALES In. ABRANTES, 2015, p.88).

Lipovetsky (2009, p.200) sustenta que a moda e o consumo buscam pelo processo de distinção, através de objetos e da legitimidade, eles proporcionam a aquisição de

aspirações sociais, visto que “o consumo, no essencial, não é mais uma atividade regrada pela busca do reconhecimento”, mas traz a questão do bem estar e da inclusão social. Contudo, pode-se levar em consideração, que a moda passa por todos os segmentos sociais, uns com mais refinamento e qualidade, outros que fazem suas escolhas de forma mais econômica, mas que encontram prazer e funcionalidade em aspectos que atendem às necessidades que o tempo pedia. Por ser um instrumento de regulação social, a moda também “é um instrumento de classes”, assume para o autor, uma função que “reproduz segregação social e cultural”, acaba “mascarando uma igualdade que não pode ser encontrada”.

De título “A Cultura Feminina”, a coluna fixa “Para Senhora Ler” no jornal *Diário do Norte* (21.10.1937), destaca que “muita gente ainda pensa que a mulher que se instrue não pode ser mai dedicada”, aponta para responsabilidades femininas na orientação familiar, que deveria usufruir de educação para dedicar seu tempo à família. Embora se apresente como uma preocupação com os hábitos das mulheres e a curiosidade pelas “novas versões” de ser mulher na sociedade, incentivava o cuidado com “a defeituosa instrução que damos à mulher se introduzirá na família e formará uma ilegalidade que prejudicará a felicidade do lar”.

Para Pinsky (2014, p.285), “as desigualdades presentes nas relações de gênero em termos gerais não são eliminadas pelo exercício restrito dos poderes femininos, através das prendas domésticas, no espaço da casa”; havia um direcionamento para o cuidado com o conhecimento e a formação dos indivíduos, sem deixar de destacar a submissão e obediência ao marido. No entanto, “mesmo quando as prendas domésticas são valorizadas, elas não o são do mesmo modo que a participação no mundo do trabalho”; portanto, configura uma evidência das desigualdades entre o desempenho das funções entre homens e mulheres ao atribuir ao trabalho fora do âmbito privado maior grau de importância, reduzindo à falta de sacrifícios e facilidades, o trabalho doméstico.

A moral, os preceitos familiares, a maternidade, as leis, o trabalho, o acesso à política, a disputa de poder e o conhecimento intelectual, são fatores desequilibravam a balança, por favorecer o lado masculino em muitos pontos sociais; enquanto “o uso do jeitinho feminino e o papel de rainha do lar contribuem para aumentar a desigualdade básica nas relações de gênero (mantendo as mulheres em seu lugar, traduzindo formas de submissão feminina à ordem social)” (PINSKY,2014, p.286), assim qualquer indício de

mudança de relações já estabelecidas que pudessem proporcionar às mulheres maior destaque social que os homens já alcançaram resultaria em conflito.

A moda da década de 1930 apresentava alterações que ‘pediam’ por controle por ser uma medida do governo. Segundo Barbosa (2015, p. 268), com a utilização de “leis protetoras que restringia a participação das mulheres no mercado de trabalho, utilizou sanções penais para punir infratores graves e desenvolveu um corpo de assistentes”, para observar o que acontecia em todos os segmentos e assim garantir a estabilidade da decência e da família, juntamente com o desempenho da função feminina.

Por isso, mesmo com os jornais anunciando as tendências de vestimentas e comportamentos de acordo com as estações, com referências em Paris, havia o discurso moralista e conservador, em que existia a apresentação de duas faces: a primeira apresentada como a imagem do moderno, a ação feminina que faltava para a sociedade caminhar em equilíbrio. E logo depois, os mesmos meios de informação se muniam de princípios para afirmar que as ideias deveriam passar por uma avaliação, dentro de valores e padrões estéticos aceitos na cidade, para depois fazer uma escolha referente a aceitação ou negação de itens ou ações em conformidade com os hábitos valorizados pelos grupos sociais mais influentes.

Algumas informações são veiculadas de forma negativa, outras se apresentam como crítica e às vezes, com um leve toque de humor nas entrelinhas. A moda e a beleza possuíam um elo com a busca por um lugar visível socialmente, através dos produtos de função estética ou de saúde, o belo passou a ser cultivado para incentivar as conquistas femininas e às que já possuíam pretendentes ou maridos, que pudessem “prendê-los” aos seus encantos, de modo que expressassem novos hábitos e padrões, mas com a garantia de ter bom gosto e não cair em dupla interpretação, como exemplo, o excesso de pintura referente à maquiagem, “rouge” e “batons”, que poderiam atrelar à imagem feminina a semelhança com uma prostituta.

A coluna de título “As Modas de Hoje e de Amanhã”, presente no *Diário do Norte* (29.10.1937), aponta que a moda apresenta diversos modelos que só encontram seu ápice de elegância quando “encontra seu o quadro desejado na divina moldura da graça e da beleza da mulher moderna”, que exterioriza sua beleza através da simplicidade e da inspiração “na verdadeira elegancia da alta classe da feminilidade”. Para que a moda

estivesse de acordo com a espiritualidade e os ornamentos, deveria se fortificar na qualidade do material utilizado para compor as indumentárias, com “tecidos ricos e simples, estudadas com senso estheticamente nas suas composições”, que deixasse em evidencia a graça feminina, a naturalidade e o encantamento. A evidência da moda só é possível com a graça, mas ao lado dela “está o gosto, o cuidado constante com a essência espiritual que qualifica a feminilidade” e lhe atribui o encanto. Assim, qualquer efeito ilusório, considerado artificial demais ou desarmônico com a aparência são mal vistos e criticados pelos excessos de intervenções nas convenções habituais.

Desta forma, Lipovetsky (2009, p.158) afirma que “a mulher se transforma através do enfeite e da maquiagem, brinca de vampe, de estrela, se diverte com as oportunidades oferecidas pelo jogo das aparências, pela vontade de parecer jovem e, principalmente, pelos avanços dentro e fora do lar”, porém o exibicionismo e a utilização de tantos artifícios poderiam fazer o sentido contrário do que se esperava ao atingir a decência moral e ir contra os valores da família.

Nas transformações urbanas e de beleza, o moderno e o tradicional se apresentavam constantemente, como a imagem a seguir:

Figura 11 – Hontem e Hoje



Fonte: **O CRUZEIRO**, 02.08.1930.

Nesta figura, na parte superior, têm-se o retrato do século anterior, com mulheres utilizando roupas repletas de camadas, mangas e que cobriam o corpo quase em sua

totalidade, deixando à mostra apenas alguns detalhes na costa, o colo e chama atenção para um ponto: um leve encurtar do vestido na lateral, que mostra uma parte das camadas e do pé, calçando meias e um sapato de salto; têm-se ainda, a distinção entre os modelos que comportam o corpo e as estampas; enquanto os homens vestem roupas escuras, elegantes, sem muita distinção de cor, modelo ou estampa, e o que se apresenta no primeiro plano, observa o detalhe exposto pela moça.

Explorando a imagem de uma forma mais detalhada, é possível analisar o cenário, com casarões e sobrados, ruas sem calçamento, que apresenta irregularidades, altos e baixos; o meio de locomoção, transporte puxado por animais e guiado por um homem; a presença de uma construção do que parece ser uma igreja, e pelos costumes do período, seria para onde as moças estariam se dirigindo e por fim, um trecho referente à essa “cena do cotidiano”: “O homem – criação do misterio – teve sempre atração ao misterioso ... Há anos atrás, uma perna feminina tinha todo o encanto das coisas ignoradas”.

O cenário localizado na parte inferior já se mostra diferente. Sobrados e casarões, dão lugar aos prédios, chamados no período de “arranha-céu”, considerados símbolos da modernização urbana. O estado das ruas, pela linha reta, se apresenta irregularidades e confirmam que houve o calçamento adequado, para receber tanto pessoas, quanto meios de locomoção, facilitando a circulação e a caminhada em superfícies lisas; mostra a inovação do século, o automóvel – elemento de significado para quem possuía boas condições econômicas, de modo geral, adquirido por componentes da elite e segmentos abastados. Na primeira imagem, têm-se apenas duas mulheres, em ruas quase vazias, sem muita estrutura; no decorrer do tempo, a mudança foi visível e intensa, pois na segunda imagem a quantidade de mulheres já é praticamente equilibrada em relação à de homens, ocupando o mesmo espaço em núcleos diferentes, por exemplo, mulheres caminhando juntas, homem acompanhando mulher, homem e mulheres conversando, e homens conversando, ou seja, representam a “diversificação” do espaço, juntamente com os princípios de organização dos indivíduos, de acordo com as normas sociais vigentes.

Na segunda “cena”, os homens parecem estar mais ativos no mundo da moda, já que mostram cores e estampas diferentes; o uso e a ausência de chapéus; e os hábitos desenvolvidos com a modernização, como o fumo, que envolve inicialmente o público masculino, pela imagem que era transmitida de o poder e jovialidade que era conferida a quem fazia seu uso. A diferença das cenas referentes ao feminino são muito mais

acentuadas que as masculinas, visto que no segundo momento, a vestimenta feminina perde a volumosidade dos tecidos pesados, os modelos que cobriam o corpo em grande parte, embora evidencie o uso do salto alto.

As roupas femininas antes, já tinham a cintura marcada, mas não evidenciavam o corpo de forma excessiva por escondê-lo através dos tecidos. Com os novos hábitos, as roupas adquiriam um novo comprimento, mostravam mais o corpo através de tecidos em composições mais leves devido ao clima, e à facilidade com que seria possível se movimentar pelas ruas, com vestidos e saias acima do joelho. Além das vestimentas, se faz presente a utilização de adornos para embelezar ainda mais as mulheres, através da utilização de bolsas, brincos, pulseiras, acessórios para cabelo e itens de maquiagem, já que se torna visível e recorrente, o uso de produto como rouge, batons, pós e cremes para melhorar a aparência, estar na moda e conquistar possíveis pretendentes para o casamento.

Só então, chega-se ao trecho publicado para o novo cenário: “Mas hoje que as saias subiram, as pernas desceram...de cotação!”. A imagem representa uma visão sobre a mudança que ocorreu no tempo e estava sendo cristalizada na sociedade, mas ao mesmo tempo faz uma crítica ao embate dos novos hábitos com o tradicionalismo e a moral que rege os costumes e comportamento dos indivíduos na sociedade, de modo que revelam-se “as artimanhas do discurso para perpetuar a hierarquia de gênero existente sem enfrentamentos, conflitos ou questionamentos, realimentando desigualdades entre homens e mulheres” (PINSKY, 2014, p. 315).

Nesse sentido, as novas formas presentes no tempo da mudança e modernização, impulsionam a preocupação da sociedade para ações que deveriam estar em conformidade com as qualidades morais e as funções sociais das mulheres, impregnando nessas relações, os padrões aceitos de comportamento, educação, corpo e formas. Embora as possibilidades de pertencimento e vivências, favoreçam muito mais as práticas e significados da liberdade masculina, que obedecem regras completamente diferentes das femininas, por não restringir a circulação, pela ausência de um chamado divino para executar seu papel social e por fim, por não causar desconforto aos “olhos” a aparência do cotidiano.

2.3 Silhuetas em Movimento: o (des)conforto das novidades

Em meio às novas tendências da moda e do comportamento que causaram admiração e críticas, havia a circulação de informações que envolviam os papéis sociais de homens e mulheres em ações referentes ao fortalecimento da pátria, o controle dos hábitos, costumes e a construção de um ambiente que tornasse possível estabelecer uma forma de atração aos assuntos considerados preocupação e representação de uma ameaça à ordem social, em um momento que poderia por em desequilíbrio as relações sociais provenientes das conexões estabelecidas entre o que era considerado novidade e as visões sociais tradicionais.

Com base no movimento de modernização e progresso, alguns espaços eram encontrados nos periódicos para expandir as noções sobre a pátria e a função dos cidadãos, com a intenção de fornecer a manutenção das normas sociais que agregassem valor aos discursos presentes na política, economia e cotidiano, de modo que as práticas resultantes desse conjunto englobassem os princípios da família, do lar e o reforço aos muros criados pelo controle do ambiente público, que intensificava o estímulo às mulheres para permanecer na “segurança” e “conforto” da vida privada.

Guiado pelo ideal de construção, estrutura e consolidação do que se configura como nacionalismo, Vargas reuniu forças em busca do “bem comum” da pátria, aumentando a influência do governo dentro de cada articulação política dos nichos estaduais e federais. Por isso, a utilização de ferramentas que cercariam as ações dos indivíduos que fossem diferentes daquelas desejadas pelo governo, visto que o controle social, o monitoramento das informações e o afastamento de ideias que se chocassem com o objetivo destinado à uma amplitude nacional, tornaria viável a cristalização dos interesses do governo através do controle social.

Através do lema “Deus, pátria e família”, se fez necessário observar que a instituição religiosa guiava os outros dois. A manifestação divina deveria estar presente nas relações sociais para guiar as concepções de pátria e família, que deveriam ser encaixadas em uma condição maternal exercida pelo papel feminino. Assim, em muitas publicações a pátria é associada à mulher, uma grande mãe que acolhe a todos, seja qual for sua posição social, o lugar do cidadão seria garantido para combater os desvios morais e as oposições políticas. No *Correio da Tarde* (19.06.1940), com título de “Mamãe”, as informações tem

como base o crescimento e o apoio do sentimento maternal na construção da vida do indivíduo, pois é forte, traz segurança, ensina e direciona para o melhor caminho, como exemplo, o trecho que segue: “Mamãe me disse que somos queridos e considerados porque Papae é muito bom. Ele trabalha para sustentar nossa casa, para nós não precisarmos tomar dinheiro emprestado” e influenciar a ausência de brigas e escândalos.

Esse discurso apresenta a noção de proteção e bem estar proporcionado pelo sentimento de “estar em casa, se sentir em casa”, pois de acordo com o jornal, “ninguém possui a mesma liberdade que um filho da casa”.

Brasil, minha Pátria! Farei de tudo para honrar-te e defender-te. Se eu permitisse que insultassem minha Mãe sem um protesto eu seria indigno da especie humana. Se eu abandonasse o meu lar à invasão de desordeiros eu seria covarde. Se eu consentisse e ou ajudasse a expulsar meu Pae de casa para outro homem governá-la u seria infame. Eu te amo, Brasil, minha Pátria, terra de ordem, de paz e de liberdade! (CORREIO DA TARDE, 19.06.1940).

Logo, se refere a não destratar as pessoas que vinham de fora do país, que poderiam ser “turistas, diplomatas, chefes de estado”, ou apenas investidores nas terras da nação. No entanto deixa evidente um traço da política Vargas, o incentivo ao desenvolvimento interno da economia, ao dizer “que todos merecem a nossa consideração, desde o mais humilde até o mais elevado na escala social”, mesmo evidenciando que “a terra não é de ninguém” e a ação do governo, o torna “um forte dono da casa”, que “impõe respeito” e “se fortalece pelo amor de seus filhos”. Desse modo, o acolhimento de mãe, diz que a implantação de capital que vem de fora do país poderia ser analisado, na medida em que ampliava a inserção de investimentos no mercado interno, diante do merecimento de tal préstimo para os cidadãos, pois “todos são dignos” do amor da (mãe) pátria.

Ainda sobre essa construção de uma identidade nacional, o mesmo jornal afirma que a Pátria, por tornar fortes os corações e os espíritos, deveria ser chamada de “mãe” e pela representação de tudo o que há de bom para a formação “dos seus filhos”. Segundo o jornal (24.12.1940), a pátria se caracteriza por ser um conjunto de um povo que tem “a mesma religião, os mesmo costumes, gosando dos mesmos ares, das mesmas plagas, colhendo as mesmas flores, ouvindo cantar os mesmos pássaros”, mas principalmente por atribuir a ela, a noção de família, a paisagem presente e o cultivo às formas de obediência e lealdade para a construção de uma civilização justa, fraterna e que tenha na máquina industrial o despertar para o lucro e o trabalho.

Na mesma página do jornal, existem informações sobre “Os Deveres da Juventude”, como “amar os estudos”, tendo como base a literatura e o fortalecimento do país, assim como “prestigiar os brasileiros educados”, visto que inclui uma inserção de “elementos luso-africanos, que são a base multiseular da nossa estrutura social e política”. Apesar do periódico se referir aos estudos, não existe ainda uma abertura para a adesão do sexo feminino a esse aspecto, já que todas as informações se voltam para uma execução de deveres masculinos quando se refere ao “ser religioso” e estar no caminho de uma “eternidade moral que conduz ao aperfeiçoamento dos homens”. Para tanto, os jovens deveriam “crer nas forças armadas”, mas “duvidar de todos que divinizam a força” para que se construa uma “cultura idealista” juntamente com a “produção do trabalho”. Portanto, a “máquina industrial” não poderia se tornar em um elemento de prisão e escravização do homem, ainda que este apostasse suas fichas ao doar forças e obediência à Pátria, para influenciar “sua família e suas vontades” diante de uma “disciplina moral” que conduziria “os homens e a nação”.

Apesar do governo se voltar para a modernização do processo de produção que movimentaria o setor interno, estimulou o trabalho com a terra e a lavoura no século anterior. Desse modo, “aconteceu um processo de reorganização, passando-se de grandes plantações para a pequena agricultura desenvolvida nos latifúndios”. Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2004) desenvolve um estudo sobre o destino do Maranhão nesse período, por meio de uma visão avançada sobre como buscar novos incentivos à produção no campo e se tornar um impulso ao desenvolvimento do Estado no cenário econômico, conhecido como “A Campanha da Produção”.

A economia maranhense, nesse período, também passou por um processo de integração ao mercado interno. Esse foi o caminho trilhado pelo capital mercantil na tentativa de superar a crise do sistema agroexportador, desencadeada com a mudança no regime de trabalho de escravo para livre (CAMÊLO, 2012, p.114).

De acordo com Lacroix (2004, p. 18), “as dificuldades do século XX foram substituídas por uma rápida reativação da economia maranhense, originada no aproveitamento do babaçu, na expansão do mercado e subida dos preços do algodão e dos tecidos da indústria local”. Somente a partir da década de 1920, o comércio de São Luís foi sendo desenhado com novas proporções, principalmente pela venda da farinha, tecidos, algodão, arroz, couro, e com um grande destaque, o babaçu.

Normalizado o mercado mundial, cessou a euforia com a queda de preços dos produtos exportados para o exterior. Sem nenhuma alteração na estrutura produtiva, a economia, dependente da conjuntura, logo se acomodou à medíocre expansão, mesmo com a intensificação das relações interestaduais. Os maiores compradores foram os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, consumidores de algodão, para a indústria têxtil, e do babaçu, para a fabricação do óleo comestível. Na década de 30, o campo maranhense conseguiu manter o arroz, a mandioca e o algodão na escala comercial com o Centro Sul. Em 1939, São Paulo consumiu 70% do algodão maranhense (LACROIX, 2004, p.19).

Para Lacroix (2004, p. 31), “até a década de 50, a grande maioria da população rural permaneceu à parte, porque em política a força não é apenas função do número, a quantidade não é a medida do poder e da eficácia de um grupo social”. Levando em conta que devido ao afastamento dos campos de produção as relações não eram estabelecidas regularmente e pelo peso que tem o trabalho no campo, esse grupo social perdia sua influência política pela falta de unidade, visto que não constituíam uma “massa”, por não ter “poder de pressão”, muito menos pela ação de intimidação e sufocamento do governo, em um momento que assumir a postura de submissão ao governo e grupos sociais de destaque, representava uma vértice da interferência do atraso educacional, que considerava o homem do campo à parte de círculos sociais restritos.

O Maranhão perdia mercado, não só pelo volume produzido, mas, sobretudo, pela qualidade do seu algodão, empiricamente cultivado, colhido, transportado, armazenado e beneficiado. Houve um decréscimo da produção do algodão entre os anos de 1940 a 1946, que apresenta números visivelmente inferiores aos da década anterior (LACROIX, 2004, p. 90).

De acordo com o jornal *Diário de São Luís* (01.07.1946), pelos dados da estatística, o movimento econômico do estado em 1945 se encontrava em melhor situação em comparação com anos anteriores. Ainda que se fale em decadência, o jornal enfrenta esse problema mostrando números de produtividade, valor e saída, de modo que desfaz as críticas e afirma que “o Maranhão progride na indústria extrativa, na lavoura e manufatureira”, mas não deixa de evidenciar a questão que afeta a produção: “quase sem transportes, com uma cultura toda rotineira e sem assistência técnica, sem uma escola de ensino agrícola, com milhares de centros rurais” situados em “zonas afastadíssimas, sem uma lei de terra que fixe o plantador ao solo”; apesar disso, há segundo o jornal, “um surto expansionista marcado pelas forças produtoras”.

Em 15.11.1946, o *Diário de São Luíz* publica sob autoria de Alfredo Benna uma sequência de publicações sobre “Tecidos” nos meses de março, junho, agosto, novembro e dezembro, apresentando panoramas sobre produção, declínio, máquinas e algodão, por meio da influência deste setor na economia maranhense. Em 21.03.1946, houve no Maranhão, uma alta de tecidos que começou em 1939, mas que em 1946 “já alcançava 269%, com algodão branco, linho branco, casemiras nacionais, etc.”, no momento em que já ocorria “um combate ao aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade, não escaparam os tecidos”. A crise além de afetar os valores do feijão, do arroz e do açúcar, agora atingia os tecidos, que envolve “o problema da carestia da vida” com o vestuário, já que na “capital os tecidos são caros, mas no interior sobem de 40 a 50%”.

Em 26.06.1946, o jornal informa que em 1939, no terceiro semestre, a indústria não sabia a quem atender, devido a guerra e outros fatores, acabou ocorrendo um impulso ao consumo de tecidos que incentivou o consumo interno e alavancou a indústria nacional. Porém, pela necessidade de renovar as máquinas utilizadas no setor, os lucros e a prevenção pela economia nos gastos, não foram suficientes, visto que “a maquinaria em uso está há cinco anos, produzindo o máximo de sua capacidade e já não comporta essa produção sem uma quebra sensível da qualidade do manufaturado”; e também pelo orçamento para os novos itens industriais, por contar com novas engenhosidades e tecnologias, custariam ainda mais caro aos bolsos dos empreendedores.

Em 14.08.1946 no mesmo jornal, a publicação se refere à importância do fio de algodão na indústria têxtil do Maranhão, especialmente, porque a indústria “produz regular tonelagem de fio de algodão para seu consumo interno, geralmente empregado na pesca e na indústria caseira do fabrico de redes para dormir”. Logo, o consumo interno de fio era muito grande devido a fabricação de redes em todos os municípios. O autor Alfredo Benna (Departamento Técnico da Associação Comercial do Maranhão), enfatiza que “o Maranhão carece de maior industrialização por ela ser uma questão social” e faz um apelo para “elevar o nível da população rural”, levando em consideração que a indústria só iria crescer se houvesse “a reforma do sistema agrário arcaico que não permite a melhora da matéria prima”, combustível das fábricas, pois somente com a matéria prima de boa qualidade, seriam produzidos produtos também de boa qualidade.

Enquanto nas informações presentes em 15.11.1946, destaca-se a baixa produção e a safra reduzida do algodão, porém questiona o motivo da primeira cultura a ser

introduzida no Estado fazer parte de um quadro de decadência e apresenta alguns dos motivos, se refere à falta de “assistência técnica junto ao lavrador, os monopólios de prensagem, as dificuldades do transporte, a elevação dos impostos”.

Já a publicação de 07.12.1946, informa a utilização de um novo invento que iria melhorar a produção e o problema com a quantidade de tecidos. “O novo tipo de fuso destinado a duplicar a nossa produção”, surgiu a tempo para que o estado conseguisse comercializar fios de algodão e tecidos, na tentativa de tornar positivo o saldo na balança, através de uma ferramenta que marca na história “do parque industrial têxtil, uma nova era”, visto que esse mecanismo acelera a produção e ainda movimentava o volume de negócios e a população.

Conforme Camêlo (2012, p. 115), a “indústria têxtil maranhense foi implantada na virada século XIX para o XX” e teria sido uma alternativa de investimento dos detentores do capital, “antes empregado na mão de obra escrava”. Em 1921, a indústria maranhense contava com 11 fábricas e seus operários faziam parte de classes menos abastadas do perímetro urbano.

Os operários maranhenses seriam predominantemente os descendentes de escravos, cujas residências ficavam perto das fábricas. Inclusive em São Luís, em volta de fábricas como a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, na Camboa; a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil, no Anil; e a Companhia de Fiação e Tecidos, na Madre Deus, surgiram os respectivos bairros (CAMÊLO, 2012, p. 115).

A própria instituição da estrutura das fábricas em São Luís, representava um desejo do governo federal em instalar instrumentos, que mudassem o cenário das cidades e levassem à população melhoramentos no sentido de “proporcionar acesso” ao material produzido no local. No entanto, entre os operários, estavam crianças e adolescentes, que trabalhavam não só nas fábricas de São Luís, mas de caráter nacional, ofereciam mão de obra em fábricas de calçados, chapéus, alimentos, entre outros.

Ainda segundo Camêlo (2012, p.116), “no Maranhão mesmo com dificuldade, as fábricas sobreviveram até meados de 1960”, levando em consideração que a falta de investimentos foi um dos principais fatores para a estagnação deste setor, com problemas que se arrastavam desde a produção do algodão, as máquinas utilizadas e por fim, a concorrência com regiões que investiram em diversos ramos, para atender o ciclo econômico local, nacional e se houvesse oportunidade de produção, o estrangeiro também.

A fábrica Cãhamo funcionava em São Luís, no bairro da Madre Deus; A Fábrica Santa Isabel (Companhia Fabril Maranhense), fundada em 1893, estava situada no bairro Apicum. Embora estes espaços fossem repletos de significados, um dos mais presentes era a concepção de progresso e modernização, apesar deste cenário não acompanhar todos os setores, ainda era possível observar que os indivíduos poderiam participar do mesmo espaço, mas em condições completamente diferentes, como as crianças e jovens que trabalhavam em fábricas, por exemplo, em oposição às crianças e jovens de classes mais abastadas que não precisavam ser submetidos a essas ações de sobrevivência social, em condições muitas vezes de insalubridade nestes postos de trabalho, por condições climáticas e estruturais.

Figura 12 – A Pernambucana



Fonte: DIARIO DO NORTE, 02.04.1939.

Figura 13 – Casa dos Tecidos



Fonte: O IMPARCIAL, 27.10.1945.

Os anúncios das fábricas e estabelecimentos comerciais que vendiam tecidos estavam presentes na vida cotidiana de São Luís, através da circulação dos mais diversos jornais e atendiam a uma variável bem grande de público, atingidos com essas publicações, por conta dos valores oferecidos e da qualidade dos produtos. Na figura 12, têm-se o anúncio da loja “A Pernambucana”, situada na Rua Portugal; e na figura 13, “A Casa dos Tecidos”, situada na Rua Oswaldo Cruz, apresentavam publicações com novidades, mas sempre que havia muito estoque ou a intenção de renová-lo, as chamadas surgiam em tons de promoção, oferta e preço baixo.

Nesse sentido, ainda em relação ao algodão, Lacroix (2004, p. 92) aponta alguns fatores que foram considerados responsáveis pelo declínio da venda e da produção. “Os técnicos apontavam causas como: a péssima qualidade”, “o preço de venda” e a “paralisação das atividades agrícolas, industriais e comerciais” de uma empresa responsável pela cotonicultura, Cotoniére Brasil Ltda.

Dentro dessa dinâmica, quem assumiu o posto de importância local e nacional, foi o babaçu. Segundo Barbosa (2014, p.289), “no início do século XX, parte das dificuldades econômicas do Maranhão foi sanada pela preponderância que o babaçu assumiu com a sua expansão no mercado, ao lado da proeminência dos tecidos” dentro do cenário da indústria local, contudo foi na década de 40 que as exportações e o mercado interno ganharam ainda mais visibilidade. Não por acaso, o interventor Paulo Ramos destacou que o babaçu era considerado um “Eldorado” no Maranhão, por ser considerado uma grande fonte de riqueza.

O Porto do Itaqui foi tema de uma “reportagem” na *Revista Athenas* em fevereiro de 1939, pois representava um grande ancoradouro de navios grandes e “a grande primeira base de industrialização do nosso babassú”, através da firma “Bessa & Cia”, que pertencia ao “Sr. Eden Saldanha Bessa” e dava um grande impulso “na exploração de uma das riquezas nacionais”. Ainda assim, a revista caracteriza o investimento como “um patriótico empreendimento, principalmente em uma terra onde as iniciativas são raríssimas” e também pela função de “trabalhar pelo soerguimento das reservas econômicas do nosso Estado, tornando valorizado um producto quase que exclusivamente nosso”.

Todos esses investimentos realizados no Maranhão partiam do princípio da promoção do desenvolvimento de uma estrutura produtiva no estado. Mas por fatores que cercavam o processo, como a qualidade da matéria prima, a qualidade que vinha desde o plantio até o transporte do material, houve um declínio razoável dessa estrutura em meados da década de 50, embora fosse possível constatar nas premissas do governo, a intenção em industrializar e movimentar o comércio nacional. Lacroix (2004, p. 153), demonstra que “o discurso nacional sobre a construção da economia do país” era equivalente à “omissão do governo nas esferas de transporte, assistência técnica e médica”. Apesar das mudanças lentas nos centros de produção, havia um grande desempenho na economia do Estado, mas a relação entre as novas ferramentas que iriam mover a atividade industrial e o padrão de desempenho do trabalhador que enfrentava condições de subsistência criou novos padrões

de incentivo de produção e ao mesmo tempo, um conflito entre o modo de vida, a inovação técnica e a atuação do governo.

A realização de obras e iniciativas que levassem ao melhoramento da cidade de São Luís e do Estado, pelas referências à modernização das condições econômicas do local e as evolução de obras que eram realizadas pelo governo, contribuía para aumentar a atenção sobre o conjunto arquitetônico da cidade pelo seu valor histórico e de beleza. Para Cordeiro (2012, p.182), “em diversas reportagens e falas dos governantes, se observa que a preocupação primordial do governo era com o enquadramento de São Luís no moldes das cidades modernas”, a ponto de incluir a “elaboração de um plano de reformas urbanísticas” para dar uma nova feição a cidade pela viabilização do desenvolvimento, mas também pela permanência da conservação das construções antigas, que tinha em suas bases a história do local e dos que por ele passaram.

Por esse motivo, a *Revista Athenas* (08.1940) cumprimenta o Interventor Federal do Maranhão, Paulo Ramos, por mostrar através da sua preocupação com a estruturação econômica do estado, um trabalho “infatigável” que estava levando a feitos importantes por construir realizações que beneficiava a população de modo geral, assim ganhava os aplausos na publicação. Ao mesmo tempo, lembrava que o interventor estava levando adiante algumas obras em São Luís e outros pontos do Estado, através de “superior orientação” que tornava essas ações um resultado do esforço feito para garantir os recursos necessários para participar da corrida da modernização, pois Paulo Ramos, “conseguiu perto de dez mil contos de auxílios da União aos melhoramentos a realizar em nosso Estado” e se tornava um “governante de uma atividade pasmosa, uma insistência e persistência inquebrantáveis”, já que possuía claros objetivos para conseguir junto ao governo nacional os investimentos precisos para por em prática os planos de obras, “orientado por técnicos especializados”.

Assim, a Revista atribuía aos investimentos, “o contentamento do povo maranhense e o alto grau de estima que todas as classes dispensam” a Paulo Ramos, que seria considerado o responsável por proporcionar uma “restauração econômica do Maranhão” e “construir um Maranhão novo, um maranhão forte pelo trabalho de seus filhos”. Tanto Paulo Ramos, quanto Getúlio Vargas, faziam discursos que envolviam as responsabilidades agregadas aos cargos políticos, portanto os jornais veiculavam os objetivos de cada um dentro da imprensa local e em muitas ocasiões, a atuação nacional do

governo. Em 02.11.1945, o *Diário de São Luís* elucida um pronunciamento de Vargas, que se propõe a cuidar da preparação profissional, melhorar os instrumentos e as condições de trabalho, mas foca em “servir sempre aspirações e interesses” do povo brasileiro, inclusive “os trabalhadores, os humildes” que não foram excluídos da responsabilidade do governo e “de formas de assistência”.

Ruas e logradouros de São Luís, de acordo com Cordeiro (2012, p.189), recebiam diferentes materiais para calçamento das ruas, como o asfalto, o concreto, paralelepípedos, entre outros, contudo essas interferências atuais com “calçadas limpas, com rede de esgotos, só eram possíveis nas principais ruas do centro da cidade”, já que a maioria dos bairros do subúrbio, povoados por pessoas pobres, “possuía ruas sem nenhuma pavimentação, sujas e com animais transitando livremente junto com a população”. Por conseguinte, “obras de arruamento” começaram a fazer parte das noticiais veiculadas nos jornais da cidade, como a obra da prefeitura localizada entre o acesso ao bairro da Camboa e ao Campo de Ourique, para oferecer boas impressões para o governo nacional. No *Diário de São Luís* (12.04.1946), há referência a este momento, que contava com “uma possante máquina” para transportar “o material do antigo quartel para as obras que se realizam no Caminho da Boiada”, através do trabalho de “planeamento e pavimentação” de um “bairro proletário”.

Segundo a *Revista Athenas*, a Praça João Lisboa também entrou na ação de remodelação e foi reinaugurada em maio de 1941, na presença do interventor Paulo Ramos. Estas e outras obras movimentaram a cidade neste período, conforme Cordeiro (2012, p.186) apesar das medidas de reformas urbanas atingirem bem pouco a população mais pobre, o processo de modernização da cidade deveria atingir os bairros mais afastados da São Luís, para integrá-los ao trabalho do governo. O problema da habitação foi citado pelo *Diário do Norte* (02.04.1940), destacando que o subúrbio tomava conta de uma parte da cidade, mas que havia uma preocupação em relação à habitação de uma “pequena burguesia”, devido a construção de prédios e outros empreendimentos urbanos que ofereciam poucas casas para aluguel.

O crescente emprego de capital em prédios valoriza as velhas casas em S. Luís dia a dia. E acontece que, preferindo os capitalistas as pequenas casas de meia morada e porta e janella, poque não as de mais barato custeio e mais procuradas pelos inquilinos, a crise vem atingir em cheio da pequena burguesia, na qual se incluem de um lado a parte mais

graduada do operariado – mestres, contra-mestres de fábricas, chefes de pequenas oficinas, etc e por outro lado a menos graduada do funcionalismo público (DIÁRIO DO NORTE, 02.04.1940).

As casas apresentadas para aluguel consistiam em lugares de estruturas desconfortáveis, pois tinham “precárias condições quanto a espaço, luz, ar e conforto”. Daí a sugestão do jornal para “construir villas para proletários e pequenos funcionários nos subúrbios, oferecendo-se ao capital nellas empregado as maiores vantagens possíveis”. Por isso, em 09.04.1948, a cidade de São Luís se tornou a primeira em nível nacional a receber “Casas Populares”, que deveriam atender “o que for concentrado em piores condições de conforto, e neste particular, a situação social e profissional” do indivíduo, levando em consideração a sua condição: se havia cônjuge, filhos pequenos dependentes, familiares em situação de pobreza, emprego em condição estável ou não, entre outros requisitos.

Quando os subúrbios eram citados nos jornais, geralmente faziam referência a algum tipo de problema encontrado que destoava da nova fase urbanística e dos princípios da “união” nacional. Em *Novidades* (28.01.1952), se tem esse retrato bem desenhado, quando a publicação mostra características que poderiam ser até vistas em cenas de filmes: “um galpão com nome de mercado municipal, umas avenidas começadas, centenas de boas casas de moradas, milhares de casébres humildes, botequins, cabarés e uma multidão a vaguear pelas ruas em diversas direções”, caracterizado por ser “um verdadeiro pandemônio governado por Baccho e ministrado por Ali Babá”. Apresenta informações que acrescentam aos bairros pobres “tudo o que não presta”, um local repleto de doenças, sujeitas, “mulheres soltas, falta de respeito, e uma miséria horrível”. Apesar do reconhecimento por fazer parte do movimento cultural e festivo, essas localidades eram evitadas devido ao grau de falta de civilidade taxado pelas descrições, dando ênfase a roubos, malandragens e a preocupação referente a modernização e ampliação da população e do território habitado.

Nesse caso, o que deveria ser feito pelo poder do governo era um combate para evitar a multiplicação “com a fertilização” “dos continuadores da política do descaso”. Pela falta de acesso e de fiscalização, nos subúrbios se encontravam práticas que iam de encontro com as ações de princípios éticos e morais estabelecidas pelas instancias nacional e estadual, por isso “lá estava uma grave ameaça ao futuro da capital”, refletia

“vadiagem” e uma “liberdade sem limite e freio”, que poderia resultar em um desastroso acidente a beira de um abismo.

No João Paulo, bairro periférico da cidade, a situação apresentada na reclamação da imprensa mostra como as posturas municipais eram desrespeitadas e não havia vigilância das autoridades para garantir o cumprimento da legislação. A população pobre carente de boas condições de moradias (...) em condições que traziam sérias ameaças (CORDEIRO In.: ABRANTES, SANTOS, 20102, p. 183).

Por mais que as alterações nessas áreas fossem graduais e até mesmo pontuais, principalmente pelo fato de serem aplicadas por etapas, as reformas se faziam necessárias, pois segundo *Novidades*, a política e a administração deveriam repudiar todo descaso que tentasse “destruir a esperança de uma nação”, para então agir em defesa de uma população que precisava de uma intervenção para sair do modo de desamparo e não conhecimento dos valores morais e sociais que orientavam a vida no cotidiano. Desta forma, reforça que o Brasil deveria se manter forte diante de qualquer adversidade e lutar pelos aspectos que “garantem a integridade” dos seus cidadãos: “pela ordem, pelo respeito a família, pelos sentimentos cristãos e pelos ideais de uma Pátria Feliz”.

Aproximar o discurso e as práticas modernas aos grupos de condição social e econômica inferiores também era uma forma de controle social. Visando a inclusão dos indivíduos e o fortalecimento do caminho urbano, o governo tentava oferecer recursos para transformar o problema do crescimento populacional em uma grande mão de obra para mover as barreiras do atraso, apesar de equilibrar a balança sempre para beneficiar os grupos sociais de maior destaque na sociedade, configurando assim, a submissão da classe trabalhadora à moral e ordem públicas, com o objetivo de evitar tensões, desvios na conduta cotidiana e mantê-los no mesmo núcleo econômico, distante de outros grupos.

A preocupação com o controle dos setores sociais pode ser observada nas imagens presentes nos periódicos.

Figura 14 – Caminho da Boiada



Fonte: **DIÁRIO DE SÃO LUÍZ**, 14.04.1946.

Figura 15 – Sociedade Pós Missa



Fonte: **DIÁRIO DE SÃO LUÍZ**, 08.1946.

Na figura 14, é possível visualizar a população que pertence ao caminho da boiada, no momento em que recebia do Estado o benefício do calçamento da via pública. Se torna nítido o contraste entre os funcionários do governo e a população do local, pela forma como aparecem na fotografia. Os primeiros estão em segundo plano, pela falta de contrastes na cor do material, poderiam ter pele mais clara em comparação com as pessoas do local, mas usavam terno claro, cabelo alinhado e gravata. Enquanto os outros, homens, mulheres e crianças, se posicionavam de forma amontoada, com um olhar curioso em relação a essa “composição” feita para registrar o acontecimento.

Os indivíduos adultos e as crianças maiores utilizam trajés que parecem ser do cotidiano, sem muitas elaborações ou adornos para compor o dia a dia, pois se identifica crianças apenas com roupas íntimas ou sem usar nenhuma peça no corpo ou nos pés, já que muitas delas estão descalças. Isso demonstra a situação destes grupos sociais que se encontram em bairros mais afastados, sobrevivendo em meio à precariedade e baixa renda, onde os as crianças aparentam ter problemas de saúde, devido a forma corporal do indivíduo que se apresenta sem roupa no canto direito, com a barriga grande e os pés em contato direto com o solo; e pelo cuidado que demonstram ter com os mais novos, por exemplo, a criança do lado esquerdo, que carrega outra de idade menor; contudo esta perspectiva permite visualizar que a criança não tem “tempo” dedicado ao estudo e sim, aos cuidados com a família e o lugar onde vive.

Em oposição ao que apresenta a imagem anterior, a figura de número 15 representa um traço da sociedade de “elite” presente nas páginas dos jornais. Esta cena se fez em um momento após uma cerimônia religiosa, portanto é visível a preocupação para apresentar os trajes em um lugar religioso e de encontro de grupos sociais influentes na sociedade. Sendo assim, parecem estar familiarizados com os possíveis registros que podem acontecer nessas circunstâncias, por isso apresentam-se lado a lado, sem a aglomeração da figura anterior, com postura e diferentes vestimentas em cada um. Homens usando ternos e até chapéus; e mulheres utilizando peças formais, com vestidos que cobrem decotes e uma parte dos braços, embora deixe as pernas à mostra está com o comprimento abaixo do joelho; e crianças, bem vestidas e até com enfeites na cabeça.

A partir desta análise, é relevante compreender que o controle do governo se faz para reprimir qualquer ameaça aos valores dominantes pelo medo que o desequilíbrio provocado por ações fora do esperado podem provocar, por isso o casamento serve, segundo Pinsky (2014, p. 211), como uma hierarquia de poderes na sociedade que funciona como referência aos interesses da ordem social, dentro das bases da família. Nesse sentido, as novas mudanças podem se apresentar, desde que não afetem a soberania masculina nos diversos núcleos do cotidiano, seja no trabalho, em casa, com a família ou pelo nível de educação.

Tendo em vista esse argumento, a condição de vida feminina ficava reservada às aprovações masculinas. Portanto, toda ação que fosse desenvolvida dentro de um campo de limitação, seria vista com bons olhos pelo julgamento social, mas logo quando as mulheres de classes mais abastadas encontraram forças ao unir o poder feminino à condição social e o impulso pelo trabalho, houve uma interferência entre as relações do masculino com o feminino. À medida que o feminino buscava novas alternativas no ambiente público, maior era o rompimento das amarras que enclausuravam as mulheres na vida do lar e da família; enquanto as mulheres buscavam a emancipação, a moral conservadora combatia todas as conquistas que não estivessem na atuação privada delas.

Contudo, há quem relativize as conquistas mencionadas. Muitas vezes, o trabalho produtivo da mulher é vista como secundário em relação às funções de mãe e de dona de casa como subsidiário ao trabalho do homem, considerado o provedor da família. Essas ideias, somadas às representações do feminino como frágil, instável e até menos apto e inteligente, quando não aparece como justificativa para a marginalização de um grande grupo de mulheres da força de trabalho (...) contribuem

para a desvalorização social do trabalho feminino (PINSKY, 2014, p. 176).

Um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres está entre a função feminina e materna contra o desempenho no trabalho como profissão, forma de adquirir renda e valor social diante do desempenho de uma atividade. Em grande parte dos jornais que circulavam nesse período, existem mensagens que reduzem a importância do trabalho e quase obrigam as mulheres a abandonar qualquer atividade em ambiente público. Como no *Diário Popular* (24.09.1951), que apresenta a vontade feminina de conhecer novas funções como perigosa, pois com a evolução social “houve um surto de progresso em todas as atividades humanas, a mulher sonha em voar, mundo a fora, cata a publicidade” e se inspira em ocupações diferentes. Com isto, cita a missão divina da mulher, “que Deus criou, para ser boa e santa, vivendo na honradêz do lar e na tranquilidade da família”, passo a passo vai entrando onde não conhece e “estremece a Pátria”; e ordena que “voltem as mulheres ao lar, para sua honra, enchendo-o de graça e harmonia”.

A felicidade de toda uma sociedade dependia das escolhas femininas, pois mais do que desempenhar função fora de casa, a preocupação estava com os valores que seriam repassados a elas em uma sociedade que estava aprendendo a lidar com o consumo, a produção industrial e o ritmo moderno das pessoas no contexto urbano. “Outras consequências indesejáveis na participação da mulher na força de trabalho são o abandono do lar em nome da liberdade econômica ou de algum simples capricho, o agravamento da crise de ocupações (...); o maior das mulheres às vantagens materiais” (PINSKY, 2014, p.181).

Além da participação feminina como uma ameaça à harmonia familiar, ainda implica em conceituar como inferior as atividades em relação ao trabalho masculino, diante do fato que o espaço doméstico pertence ao feminino e o abandono dele desvaloriza a condição social da mulher e a sua função nas relações de gênero. Por isso, no *Diário do Norte* (06.01.1940) quando se fala em trabalho, já “não é o que as mulheres normalmente realizam no lar, em função da sua condição social: cozinhar, lavar roupa, engomar seu sexo, do seu estado civil e criar filhos, cuidar da roupa do marido, etc.”. O olhar sob o trabalho se dava em relação a função exercida em fábricas, oficinas, escritórios e repartições públicas, porém a publicação aponta para o gasto da remuneração com coisas superficiais, como se as mulheres não pudessem adquirir aquilo que fosse conveniente,

enquanto os homens usavam sua renda além do lar e da família. Assim, a informação já criava uma preocupação não com o trabalho, mas com a competição entre homens e mulheres em busca de mais prestígio e poder de consumo.

Segundo Barbosa (2015, p.167), “os homens acusavam o feminismo, o trabalho feminino assalariado, o individualismo, como males modernos responsáveis pela deformação e valorização do casamento”. A independência feminina era concebida como trágica para as relações sociais, pois “o triunfo do progresso e a manutenção da ordem social dependiam do fortalecimento e da legitimação da família”.

O feminismo é, em verdade, um dos maiores culpados pelos exageros e abusos verificados em tal setor. Em lugar de colaboradores, muitas filhas de Eva têm querido ser concorrentes do homem. Trabalham não para ajuda o marido, nem para sustentar os paes, mas unicamente para poderem dizer que não precisam mais dos homens. Pensam que independência é isso. (DIÁRIO DO NORTE, 06.01.1940).

Nestas publicações o apelo do discurso que reforça a realização feminina através de um casamento e pela felicidade da família, é uma constante. Existe uma “propaganda” que reforça o desprezo pelos espaços modernos, o desconforto do contato das mulheres com o mundo externo e a exaltação do matrimônio, como lugar de origem e fim da função feminina. Na revista *O Cruzeiro* (13.01.1951), há um reforço desse discurso, por apresentar a mulher como sentimental, logo a sua saída do lar para o trabalho não representava um desejo de buscar novas ocupações, mas uma insatisfação com o casamento, ao passo que buscava uma igualdade (ao menos) de sentimentos com o homem.

De acordo com a revista, “do ponto de vista dos direitos” a mulher está “politicamente no mesmo nível que o homem, pois já tem o direito ao voto⁹ e a elegibilidade”. Contudo, afirma que a sua condição não mudou muito por ter que realizar uma função fora do lar e depois cumprir com suas obrigações dentro dele. O homem por ser “do sexo ativo”, deixa para a mulher o “lado afetivo” e apesar desta saber que seu desempenho não tem destaque em relação ao homem no campo social, há uma insistência em realizar a dupla jornada pelo descontentamento com o casamento, por isso afirma que “numa família bem constituída, o marido não relega a um segundo plano a importância do

⁹ O voto feminino foi conquistado em 1932, sendo obrigatório às mulheres que trabalhavam no setor público, mas restringia o voto a analfabetos, menores de idade e às demais mulheres. Ver mais em: A máscara da modernidade: a mulher na Revista *O Cruzeiro* (1928-1945), Leoni Teresinha Vieira Serpa (2003) (dissertação).

papel da mulher” e conclui dizendo que “as mulheres não encontram prazer onde não há sentimento”.

Assim como em *O Cruzeiro*, o *Diário de São Luís* (05.01.1950), já apresenta informações diferentes por, inicialmente, dar à mulher o direito de caminhar por onde quiser, com a justificativa que “nas cidades, com o aumento constante da população, pelo deslocamento de trabalhadores, na esperança de melhores resultados na indústria fabril, e o progresso natural causando aumento de consumo local”, teria incentivado e promovido a busca de nova mão de obra, que “concedeu novas oportunidades ao trabalho feminino”.

No entanto, afirma que as mulheres se preocupavam com a manutenção do lar, por isso escolheram trabalhar para melhor manter a sua família, mesmo diante dos “comentários tantas vezes maliciosos com que foram recebidas as pioneiras, até a glorificação das líderes de hoje”. Mesmo diante do reconhecimento do trabalho como uma forma de colaboração feminina no setor econômico, coragem por dispor de força no mesmo ambiente em que os homens estavam presentes e pelos sacrifícios em torno do valor social do desempenho das funções profissionais femininas, destaca: “Que as glórias da profissão na exaltação justa do trabalho digno e nobre - estejam sempre iguais às supremas venturas da família, em cujo lar, por mais humilde, viverá para sempre” reconhecida como “Rainha”.

(...) era difícil prever o impacto real destes discursos no meio feminino, mas a sua popularidade e constância, provinha da utilidade que estes discursos tinham para as leitoras. Estes discursos reforçavam velhos estereótipos sobre a natureza feminina, insistindo que a autossatisfação e a realização pessoal das mulheres deveriam estar adequadas ao atendimento das necessidades domésticas de suas famílias (BARBOSA, In.: ABRANTES, 2015, p.171).

No Maranhão em 07.04.1946, no *Diário de São Luís*, Josué Montello é citado pela ocupação do cargo do Ministério da Educação e apresentava-se à cidade de São Luís para promover uma reforma da instrução pública. O intelectual estava encarregado de analisar a situação do ensino primário no Maranhão, incluindo o ensino rural, que precisava de atenção, pois a inteligência e a cultura “eram elementos que formavam o todo da nova geração brasileira”. De acordo com Barbosa (2015, p. 183) “apesar do maior acesso à

educação, a maioria das mulheres se concentrava no ensino primário normal, já a escola secundária, que preparava a faculdade, era composta por homens”.

Apesar do aumento das possibilidades educacionais, as relações femininas também eram consideradas em “cursos de preparação para o magistério e nas escolas comerciais, onde se formavam em datilógrafas”, assumindo posições e cargos que tinham ligação com a condição feminina, ainda assim, algumas mulheres alcançaram o ensino superior dentro dos seus impulsos de classe, pois as pessoas da elite estavam mais inclinadas a conseguir este feito.

Figura 16 – Curso Ginásial



Fonte: **Diário de São Luíz**, 18.12.1945

Figura 17 – Faculdade de Enfermagem



Fonte: **Diário de São Luíz**, 23.05.1946.

Figura 18 – Diploma de Contadora



Fonte: **Diário de São Luíz**, 04.01.1947

Figura 19 – Escola de Agricultura



Fonte: **Diário de São Luíz**, 18.01.1951.

Essas mulheres pertenceram à elite social do Maranhão. A primeira obteve o diploma de conclusão do curso ginásial no Colégio Santa Teresa, “filha de um dos mais finos ornamentos da sociedade maranhense”, enquanto a Figura 17, representa a congratulação de “Ladici Iracema”, filha de enfermeiro atuante na “Colônia Nina Rodrigues”, conseguiu destaque na faculdade de Enfermagem do Brasil, por meio da “Escola Ana Nery”. Na outra sequência de imagens (figura 18), a diplomada é “Amélia Soares da Silva”, que realizou o curso e concluiu como “contadora”, se distinguindo por sua inteligência e sua aplicação aos estudos; e por último, em 1951, “Liene de Jesus Teixeira”, que formou-se na “Universidade Rural do Estado de Minas Gerais” como “Engenheiro Agrônomo”, (a titulação aparece desta forma, no masculino) sendo a “primeira moça a receber aquele diploma pela Escola Superior de Viçosa”, “no gênero mais importante da América do Sul”.

A adesão dessas mulheres ao trabalho não teria repercussão se apresentada isoladamente, no momento em que conciliar com os afazeres domésticos, ainda configurava uma alternativa para passar por entre as barreiras da vida no ambiente público. Conforme Pinsky (2014, p. 187), “o desenvolvimento econômico no país, abre novas possibilidades de escolarização. No caso das mulheres, o maior acesso à educação e o aumento do nível de escolaridade se relacionam com o crescimento” das oportunidades de emprego, que incentivava “a participação feminina no mercado de trabalho como mão de obra de melhor qualidade”.

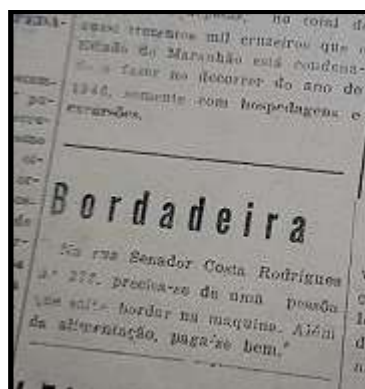
Logo, os periódicos permitiam anúncios de livros, cursos e vagas de emprego para ocupações femininas. Como as figuras a seguir:

Figura 20 – Madame Mendes



Fonte: **Diário de São Luíz**, 06.05.1942

Figura 21 - Emprego



Fonte: **Diário de São Luíz**, 29.11.1946.

Através das figuras, é possível observar os cursos e vagas disponíveis para as mulheres. A imagem 20 apresenta uma chamada às interessadas em aula de corte, altas costuras, chapéus, datilografia, aula de culinária, doces e confeitaria e taquigrafia; e a outra imagem, de número 21, é um anúncio referente a uma vaga de bordadeira. Nos jornais estão anúncios que pedem mão de obra feminina como secretárias, cozinheiras, assistentes, professoras. De acordo com Barbosa (2015, p.185), “a segmentação por sexo no mercado foi uma estratégia para conciliar necessidades econômicas e interesses sociais evitando a competição entre os sexos”, por isso as vagas disponibilizadas deveriam ser compatíveis com a composição do ser feminino, assumindo funções como: “enfermeiras, médicas, dentistas, farmacêutica, assistente administrativo, secretária, vendedora”. Essa medida representa uma forma de controle por tentar manter as mulheres distantes de posições privilegiadas no mercado de trabalho, constituindo um campo masculino que não teria abertura para mulheres em início de jornada profissional e assim, controlar a ordem social para manter os homens na hierarquia e restringir a participação feminina.

Por mais que as novidades nos espaços públicos convidassem as mulheres a interagir com posições por muito tempo assumidas por homens, os anúncios de produtos e itens que modificavam o ambiente doméstico, ainda eram voltados principalmente para o feminino. Anúncios de fogões, móveis para a casa, aparelhos elétricos como batedeira, liquidificador e enceradeira, todos eles apresentavam a imagem de uma mulher envolvida por um avental, impecável pelo uso de salto, jóias e acessórios, de aparência feliz por servir a família à mesa.

Entre os novos itens do lar, o objetivo era dinamizar as tarefas domésticas para manter as mulheres a frente desse trabalho, porém o rádio e a televisão, davam abertura a novos costumes por conta das notícias, o desenvolvimento da tecnologia e a possibilidade de levar informações, mesmo àqueles que não tinham o domínio da linguagem, iletrados ou analfabetos, principalmente em horários de reuniões familiares como os horários das refeições; era evidente o controle nesses meios de transmissão de informações para eliminar qualquer influência fora das condutas sociais aceitáveis.

Se todas as ações eram voltadas para a manutenção da família e da pátria, a dinâmica do trabalho ainda não interferia na opção de descartar o matrimônio da vida social feminina. Para Barbosa (2015, p. 161), a sociedade precisava de mulheres que tivessem esse ideal, já que reforçava a importância do sacramento, pois uma mulher que

cumpra a sua missão “daria sua contribuição, valiosíssima para o trabalho gigantesco da restauração moral, da recristianização do mundo”. Por esse viés, o divórcio era considerado um “crime de desordem social” pelo jornal *O Imparcial* (22.11.1945), que relaciona com um “germe de enfraquecimento” que cria sombras através do egoísmo por sacrificar o bem estar de uma sociedade pelo interesse de poucos indivíduos. “Tem causado grandes males á família, enfraquecendo seus laços, dissolvendo os hábitos, criando problemas quase insolúveis para a mulher e a criança”. Ainda faz referência às práticas do governo, pois a informação posiciona a Pátria com um caráter contrário às ações que favorecem o divórcio, por “pensar no bem da coletividade e no interesse dos demais”; e, sobretudo, por não produzir convicções que abalem a formação moral do cidadão.

O divórcio, introduzido nas legislações quase sempre em momento de subversão social, ou de rebaixamento de costumes, teve efeitos profundamente maléficis no enfraquecimento moral da sociedade, no decrescimento demográfico e na criminalidade infantil. Em nenhuma nação a instabilidade da família trouxe vantagem de qualquer espécie (O IMPARCIAL, 20.11.1940).

A dissolução do casamento se tornava preocupante e deveria ser evitado por trazer uma bagagem para os status sociais masculino e feminino, devido ao desamparo moral e a crítica que recaía principalmente sobre a mulher separada. Em revistas e jornais que contém uma página voltada especificamente para as mulheres, geralmente apresentam conteúdos que envolvem a estabilidade e o bem estar no lar, como receitas de preparos na cozinha, cuidados com a beleza, tendências de moda e tecidos, atuação feminina na sociedade pela inteligência, esportes ou destaque social, e em algumas, como a Revista *O Cruzeiro* (1950), as correspondências das leitoras eram respondidas em algumas edições.

Na página “Da mulher para mulheres” desta revista (01.1950), existe uma correspondência de uma esposa insatisfeita com seu casamento e demonstra uma ilusão por essa relação a partir do momento que não se sente feliz com o cotidiano, com o marido e as preocupações do lar. Em resposta a ela, a revista afirma que a mulher deve “aceitar o marido como ele é” e se moldar ao jeito dele, evitando desta maneira reclamações e conversas que pudessem deixá-lo zangado ou insatisfeito.

Os obstáculos a serem enfrentados são de ordem social e individual: os séculos de educação altamente restritiva e baseada em conceitos falsos

[que] deixaram às mulheres um pesado lastro de inibições, receios, hábitos de dependência e rotina mental (PINSKY, 2014, p.363).

Este é um dos motivos mais frequentes para que as esposas pedissem o divórcio, no entanto, pela carga moral que o processo conduz, as vezes a alternativa menos desoladora, seria continuar com o casamento, mesmo vivendo dias tristes no âmbito privado. A própria conduta do Estado, levava a essa situação, por praticamente obrigar a mulher a viver em uma situação delicada para afastar um mal que poderia afetar a ordem e as relações de gênero, pois não bastava somente o trabalho para alterar as funções sociais da mulher, o divórcio também significava uma forma de luta contra os maus tratos, o abandono do lar ou pela reputação do pelo marido (o adultério), portanto “dar voz” às mulheres representava alguma falha deste controle social.

Segundo Barbosa (2015, p. 167), as mulheres que não casavam não estavam cumprindo o seu papel associado às atribuições divinas. Apesar da nova conotação dos ambientes urbanos que trouxe novas oportunidades de vida para as mulheres de classe média, o incentivo ao casamento estava presente em todos os setores sociais e contava com um conjunto de normas para alcançar o objetivo que alavanca a vida da mulher. Portanto, se a mulher não conseguia casar, a sociedade relacionava diversos fatores para compreender uma indesejada posição social.

Conforme Pinsky (2014, p.112), “segundo a mentalidade da época, acaba solteirona a mulher que perdeu as oportunidades de casamento em razão de ter passado da idade, não ser virgem, ter má reputação”, ou ainda, pela falta de beleza. Nesse sentido, a falta de reconhecimento dessas mulheres na sociedade também gerava uma forma de controle social, primeiro pelo fato que levava um peso à imagem e status social da família que pertencia e depois por não ser reconhecido que poderia existir a falta de desejo em realizar esse compromisso, que certamente afetaria as relações de gênero já estabelecidas, logo a forma de manter a luz nesse princípio se faz pelas atribuições ao casamento como a escolha feminina mais acertada, sem contar com outro caminho, sem atalhos.

A rotina e os cuidados com a beleza eram evidenciados por fazer parte desse jogo de interesses para atrair o homem para um relacionamento ou para manter o casamento, chamando atenção para o cuidado demonstrado pela esposa. As vestimentas, a boa aparência e a instrução eram aspectos importantes para buscar um marido, assim como afirma a *Revista Athenas* (08.1941) “a ostentação de virtudes na mulher feia” que é vista

“como um anzol para pescar um marido”. Para ela, “é na beleza que está a graça da mulher”, que investe na vaidade e fica tonta “quando está diante de muitos figurinos”. De todo modo, a utilização de roupas que estão em vigor nas ruas dos centros europeus e americanos é uma forma de ganhar destaque e admiração no círculo social devido ao refinamento e bom gosto.

Para as mulheres há um universo de opções em tecidos, moldes de vestidos, saias e blusas, modelos de chapéus, diferentes formas de sapatos, meias e luvas. Tanto nos jornais, quanto nas revistas, existem informações voltadas para a moda do vestuário e do comportamento, baseadas em tecidos mais elaborados para ocasiões especiais como as festas, roupas para o trabalho e até para o passeio pelo centro de comércio da cidade. Todos esses itens acabam “montando” as mulheres para exibir a aparência no meio social do cotidiano, encaixando cada camada de acessórios, vestimentas e cosméticos para compor sua imagem. O investimento para as aparições em público tinha um objetivo que era a conquista de um pretendente para o matrimônio, contudo todo esse arsenal de produtos e tecidos direcionava a mulher, de acordo com a visão masculina e de controle, para o mundo das futilidades, como se o consumo das novidades se chocasse com as normas sociais e o “ser mulher” não fosse suficiente para casar.

As roupas da moda manifestavam a visão geral e os ideais de gênero das elites e eram criadas em função das atividades sociais dessa classe. Sempre circulando, desfilando e participando da vida social em espaços urbanos específicos, as elites esperavam que o vestuário atendessem aos altos padrões (CRANE, 2006, p.470).

Diferente das mulheres, todo conteúdo relacionado aos homens presentes nos periódicos fazem alusão à saúde, política, economia e modernização, pela compra de um automóvel, o consumo de um elixir para dar força física, o uso de itens que inspiram liberdade. Excluindo os anúncios que falam sobre a venda de modas de sapatos, chapéus, camisas e ternos, raramente aparecem publicações com modelos de roupas ou informações sobre novidades exclusivamente para os homens. De acordo com o *Diário Popular* (18.08.1951), o homem não precisa de um móvel repleto de roupas, nem do uso de uma infinidade de cosméticos para manter sua aparência, pois só os cuidados com a saúde e a virilidade eram fundamentais para ter sucesso em qualquer aspecto da vida pública. Se fazer bonita, entender sobre combinações e acessórios são atenções femininas, já que o homem não precisava deste impulso para se fazer visto socialmente, por entender que “o

estilo é o homem”, provedor de proteção e bem estar, não preocupavam-se com as modas para si, porém se mostravam incomodados com as atitudes que visavam a emancipação feminina, através das vestimentas e do campo profissional.

Seguindo por este caminho, a *Revista Athenas* (1951) afirma: “a vaidade, nas mulheres, fica na indumentária; no homem, vai até o infinito”. A configuração que envolvia a posição feminina não permitia uma transposição de limites no que se refere a honra e castidade, por isso os espaços foram selecionados para a circulação das mulheres. Para o homem se tornava mais fácil atingir uma vaidade que ia “até o infinito”, pelas relações que privilegiavam o poder masculino e as possibilidades oferecidas, que faziam parte do “ser” homem em sociedade e provocavam maior abrangência em perspectivas futuras de vida e profissão. Estes poderes encontrados pelos homens na liberdade são suficientes para torná-los mais privilegiados e agradáveis às jovens que buscavam o casamento, visto que a beleza estava nas características presentes na vida pública masculina.

Primeiro vinha a apresentação social, de seus feitos e realizações como cidadão, através dos estudos ou envolvimento com negócios de destaque na sociedade e só depois, a aparência. O que não significa que os homens não davam atenção ao modo de vestir e portar-se diante dos grupos sociais, mas que não constituíam suas práticas pautadas no exagero, pois conforme Feijão (2011, p.33), “as transformações no traje masculino se deram aos poucos de forma bem menos espetacular do que no feminino, mas pode-se perceber, tanto em um quanto em outro”, um traço característico da modernização: a adaptação aos novos ideais de circulação.

A cidade de São Luís, constantemente presente nos jornais pelas reclamações de falta de investimento em todas as áreas, também se mostrava pela constituição de novos locais de circulação. Em *O Globo* (30.07.1939), há uma publicação informando os espaços que as mulheres poderiam frequentar na cidade para se divertir, como os passeios de bonde, a praça Gonçalves Dias, cinemas, bailes, indicações de praias para realizar um “piquenique” saudável e até sugestões de livros para dias em que não estão com ânimo e disposição para passeios.

O Diário do Norte (28.01.1940) aponta outra diversão dos grupos sociais de destaque na sociedade, os “grandes clubs”, entre eles o “Casino Maranhense” e o “Grêmio

L. R. Português”, que eram palco de grandes festas e confraternizações envolvendo os ilustres personagens políticos e sociais da cidade pela diversão promovida pela dança, entusiasmo e o encontro da beleza, devido a elegância dos trajes encontrados nesses momentos vestidos por “senhores ricos e suas dignas famílias”.

Outro grande responsável pela característica moderna é o cinema, espaço em que os indivíduos apreciavam a arte e podiam sonhar com lugares, pessoas e os sentimentos de liberdade e independência que assombravam o setor conservador da sociedade. Assim, os moradores do anil, segundo o *Diário de São Luíz* (18.04.1948), receberam a “inauguração de um cinema dotado de todos os requisitos modernos da cidade”. Portanto logo foi criada uma campanha para regularizar e fiscalizar o que acontecia nesses espaços de diversão para zelar a ordem e a moral pública.

Referindo-se a anúncios de cinemas encontramos palavras e expressões como “Brutal, sensual, emocionante, apaixonante, Mulher do pecado, Eva no Paraíso, pecado original, luxúria, adultério, etc. A Federação tece comentários sobre os enredos dos filmes e das peças teatrais em exibição e denuncia a presença de menores nestes espetáculos sem o menor policiamento ou fiscalização (REVISTA DO MARANHÃO, 03.1951).

A circulação social, ainda que fosse mais frequente, estava englobada nos controles do comportamento. Os jornais anunciavam regras que deveriam ser cumpridas em ambiente público, como os cumprimentos, bons modos e a sofisticação pela aparência através da utilização de vestimentas que estivessem ligadas de alguma forma entre a moda e os costumes nos espaços de sociabilidades. O incentivo ao cuidado com a saúde e o bem estar, tornavam o corpo uma espécie de condutor da moda e das transformações, por deixar em evidência a juventude e a força física para acompanhar os passos das alterações urbanas, revelado pelo uso de trajes formais como as vestimentas para o ambiente profissional e os de lazer.

Figura 22 – Passeio



Fonte: **O CRUZEIRO**, 1950.

Figura 23 – Força e Beleza



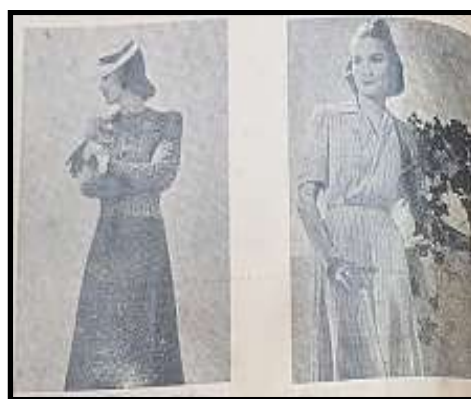
Fonte: **DIÁRIO DO NORTE**, 08.03.1942.

Figura 24 – Elite



Fonte: **DIÁRIO DE SÃO LUÍZ**, 22.12.1945

Figura 25 – Vestuário



Fonte: **ATHENAS**, 01.11.1950.

Segundo Gilberto Freyre (2009, p.37), a mulher moderna, tanto quanto o homem moderno, tinham que conviver com formas modernizadas de relações do viver doméstico ou privado com o público, e da família com a sociedade. As atividades que envolviam a dinâmica do corpo eram desenvolvidas para exibir a juventude e o investimento em instrumentos que tornassem a saúde uma aliada da manutenção da beleza e de um corpo sadio. Por isso o padrão ideal de corpo presente nas figuras (22, 23, 24 e 25) é o magro, que suporta vestimentas mais justas e equivale à velocidade da transformação e renovação da moda nas relações sociais.

Segundo a revista *O Cruzeiro* (10.11.1951), a escolha do vestuário deveria consistir no equilíbrio entre a atividade a ser desenvolvida e a posição social. Havia a necessidade de perceber que nem todas as roupas poderiam ser utilizadas em qualquer horário do dia ou ocasião, principalmente quando a riqueza permitia escolher muitos trajes. Apesar disso, afirma que as peças de valor muito alto, nem sempre podem ser repetidas sem ser notadas por outras pessoas, por isso, “é melhor possuir dois ou três vestidos simples e elegantes” e poder mudar de traje, do que “ficar conhecida como cenário de uma moda só”. Portanto, na moda não caberiam excessos, quanto mais natural se apresentasse, melhor seria desempenhada a etiqueta do vestir. A partir de então, a revista cita uma lista com as principais regras sobre consumo e moda.

Ao organizar o guarda roupas lembra-se dos seguintes pontos: a) cada peça deve ser adaptada ao seu tipo físico, b) todo o seu guarda roupa deve estar em relação com as suas atividades, tanto no número de peças quanto a natureza delas, c) os conjuntos devem combinar entre si, para maior facilidade de uso e variação d) cada conjunto deve ser rigorosamente equilibrado: misturar coisas ricas e baratas é ridículo (...) Prefira roupas simples, as meio elaboradas, raramente são de bom gosto. Cuidado com a moda, a melhor é sempre a que se adapta ao seu tipo. Evite comprar muito barato, o barato sai caro (O CRUZEIRO, 10.11.1951).

A quantidade, a qualidade e o valor das peças, influenciavam a sua aquisição. As modas da estação eram lançadas e provocavam mudanças significativas no consumo e na aparência de homens e mulheres, como a relação entre os tecidos e as cores que eram fundamentais nessa dinâmica. *O Cruzeiro* (01.12.1951) demonstra como os períodos do dia eram definidos dentro da moda. Durante a manhã, o vestuário poderia “ser simples, sem detalhes rebuscados, visando a liberdade de movimentos”; para a tarde, continua a regra do uso de cores neutras, que “discretos detalhes, admite o uso de um decote mais amplo”, como uma preparação para o cair da noite; e por fim, a noite, onde o luxo é permitido, mas

dependia do local onde seria utilizado, pois não seria “admissível, uma mulher luxuosamente vestida, a pé, de bonde ou de ônibus” pelas ruas da cidade. Todavia o consumo destas peças permite a análise acerca da aceitação na sociedade, na medida em que as relações que oferecem privilégios são construídas a partir do momento que a moda ajudava a enxergar no outro, uma nova forma de atrair novas relações sociais e afirmar o pertencimento a determinado grupo social.

Nas figuras (22,23,24 e 25) é nítida a visualização do corpo menos voluptuoso, com menos curvas acentuadas para as mulheres, assim como a leveza dos tecidos, que deixam a mostra braços e pernas. Estas imagens femininas em casa ou em um passeio de bicicleta refletem o ideal de vida presente neste período, mesmo ficando evidente também, que as regras entre o indivíduo e o ambiente estavam cada vez mais submetidas a regras e controles incorporados nas relações sociais e até no acesso aos produtos da moda, como o passeio acompanhada da figura masculina, a preocupação com a beleza para realizar atividades domésticas e a vestimenta para trabalho, de cor sóbria, que cobre o corpo e dá o toque precioso para o desempenho profissional. A imagem 24, com personalidades do meio político, fornece aspectos da realidade social, pela postura apresentada por cada indivíduo, os trajes utilizados por eles e a seriedade que impõe quando combinado com a fisionomia masculina, reforça a influência social que exercem na cidade devido ao poder de comunicação da moda através da imagem.

Sendo assim, a beleza se configura em uma das estratégias para alcançar a emancipação, por possibilitar o envolvimento com o grupo de destaque social nos novos espaços de circulação e sociabilidades construídos com a remodelação da cidade. Por isso a moda não cansou de despertar crítica e chocar as regras de controle sociais por proporcionar às normas estéticas, morais e religiosas, o desconforto que surgia com os novos hábitos e vestimentas em decorrência de uma possível desconstrução das tradições que eram vistas como aceitáveis.

O potencial da moda se afirma por permear todos os aspectos da estrutura da cidade, desde os princípios da modernização, até a relação com setores sociais. A remodelação dos costumes e hábitos causaram impactos na sociedade do período, por tentar estabelecer novas práticas da relação entre os sexos masculino e feminino através do despertar da apreciação de uma renovação cultural, em que poderiam ser criadas

expressões e representações para tornar visíveis as desigualdades presentes no universo feminino, e revestir os valores tradicionais com novas roupagens, significados e conceitos.

CAPÍTULO 3 – ENTRE MODOS E MODAS: o processo de construção do material paradidático

3.1 Aprimorar e Ilustrar: o passo a passo da elaboração

O material (Modos e Modas na Cidade de São Luís) foi desenvolvido como produto final do Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Estadual do Maranhão, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Elizabeth Sousa Abrantes e texto produzido por Jéssica Mayara Santos Sampaio. A capa foi elaborada por Josimar Almeida, é uma imagem da Praça Benedito Leite da década de 1930. Apresenta fonte 12, em formato PDF. As imagens encontradas foram obtidas através do levantamento iconográfico dos jornais e revistas, feito por Jéssica Mayara Santos Sampaio e também via internet, pelo acesso a sites que traziam os temas desejados.

No começo do material está uma breve apresentação de título **Apresentação**, mostrando que o objetivo dessa produção didática é apresentar os modos e a moda no contexto da cidade de São Luís entre as décadas de 1920 a 1950, através da importância de conhecer o processo histórico por meio de novas ferramentas que permitem levar os indivíduos a pensar historicamente, compreender os fatos do passado e refletir sobre a ligação da História com a moda, que já não se trata somente de vestimentas, calçados, acessórios e penteados. Cada vez mais se busca associar as disciplinas a novos instrumentos para melhorar o ensino em sala de aula, por isso a moda consegue estabelecer essa ligação entre os discursos e as práticas da sociedade dentro desse recorte temporal.

Na página seguinte, está a estrutura do material em **Conheça o seu Paradidático**. Nesse espaço, é possível fazer uma observação superficial sobre a forma e as ferramentas que o material apresenta como a divisão em capítulos, a indicação de um texto de introdução ao tema e as seções didáticas: *Registrando o conhecimento, O que pensam os historiadores, Giro Cultural, Você Sabia?, Vamos Pesquisar!, História e Documento, Baú de Informações, Conexões, Hora da Dinâmica!* e *Glossário*.

A seção **Registrando o conhecimento** é o espaço em que são aplicadas as atividades destinadas a colaborar com a exploração do capítulo trabalhado, através de questionamentos sobre o tema e em alguns momentos, solicitando a opinião do estudante

sobre a compreensão dos assuntos, pela construção de um ponto de vista depois do debate do tema em sala de aula.

Na seção **O que pensam os historiadores**, está uma análise mais historiográfica sobre determinado tema do capítulo, pois constam trechos das obras de importantes historiadores que pesquisam sobre o assunto, com o objetivo de mostrar ao estudante que os conceitos, significados e abordagens, não são retirados de qualquer lugar, mas passam por um grande estudo até chegar aos livros e materiais didáticos.

Em **Giro Cultural**, você encontrará sugestões de locais que permitem relembrar o cenário do passado da cidade de São Luís, com ênfase aos locais de preservação de memória, como bibliotecas, museus, casas de cultura presentes no contexto urbano nos dias atuais, que quase não são conhecidas pelos estudantes devido ao distanciamento da história da cidade. Portanto, mostrar nas informações que estes espaços estão abertos a visitação, apresentando os horários de funcionamento, para fazer um convite a quem tem contato com o material a conhecer, recordar, se encantar e preservar a nossa história.

A seção **Você Sabia?** vem para ampliar o conhecimento dos alunos por meio de informações que permitem a criação de um novo olhar sobre o conteúdo aplicado. Nos capítulos, se apresenta como informações adicionais em relação ao assunto, mas também mostra curiosidades sobre o contexto histórico e/ou personalidades que vivenciaram o cotidiano em São Luís.

Vamos pesquisar constitui uma seção importante por proporcionar uma movimentação do estudante. Abre espaço para a pesquisa na internet, livros, revistas, jornais e qualquer outro meio que o(a) estudante tenha acesso para obter maior compreensão sobre o tema estudado e também, conseguir ter maior dimensão sobre assuntos que estão presentes mas não apresentam muita profundidade de estudo. A pesquisa é uma forma de envolver o aluno em busca de conceitos, significados e acontecimentos a partir de novas informações que dão importância a sua atuação como investigador.

Na seção **História e Documento**, a intenção é mostrar ao aluno informações e documentos produzidos durante o período estudado ou sobre os temas indicados nos capítulos. A importância desse tipo de metodologia se dá pela ausência desses materiais em outros suportes didáticos, por isso a atenção e encantamento dos alunos são evidentes

quando entram em contato com objetos e imagens que são distantes do que costumam ver nos dias atuais.

Baú de Informações é uma seção que sugere livros, filmes e informações a serem pesquisadas de acordo com a temática que é apresentada. Articular o texto com outras formas de conhecimento faz com que o estudante tenha contato com novas ferramentas de aprendizagem para ampliar o seu entendimento em relação a temas transversais ou não do assunto presente no material. A intenção é fazer com que o(a) estudante esteja munido de inúmeros elementos para compreender as diversidades de discussões, desafios e relações sociais.

Na seção **Conexões** surge uma boa opção para reflexão por fazer uma comparação entre ações e acontecimentos entre o passado e o presente por meio de informações presentes nos veículos de informação. Fazer as considerações sobre o que acontecia no passado é uma forma de estabelecer em que momento houve transformação, mudança e porque a permanência de alguns hábitos ainda se faz presente nos dias atuais. Debater essas informações é uma importante função da História.

Em **Hora da Dinâmica!** o(a) estudante encontrará sugestão de atividades com pessoas de fora do ambiente escolar e a interação com os colegas de turma. As vezes a rotina da sala de aula cansa o aluno devido a atividades repetitivas, o objetivo dessa seção é colocar em jogo a criatividade do aluno, juntamente com o aprendizado e a responsabilidade ao investigar cada questão proposta.

E por último, o **Glossário**, seção que guia o aluno por identificar o significado de palavras menos recorrentes no dia a dia, para esclarecer as dúvidas sobre palavras e conceitos utilizados no material didático.

No **Sumário** é apresentado toda a estrutura do material, com divisão entre Introdução, Capítulos 1, 2 e 3, Conclusão e Referências. Cada capítulo conta em média com três itens que proporcionam maior envolvimento com os temas abordados, levando em consideração que são assuntos que se situam entre a investigação histórica, as novidades, a moda e o comportamento. Na **Introdução** existe um debate sobre as contribuições da História como disciplina e a inserção dos novos temas de pesquisa que incentivaram a investigação de variados campos de estudos, inclusive as ideias, experiências, relações sociais e a análise do tempo com a sociedade. Além do destaque a

assuntos muito presentes na dinâmica da sociedade do presente que ainda tem como bandeira, a visibilidade e a demonstração da identidade do indivíduo pela aparência e bens de consumo adquiridos. A investigação sobre moda oferece ferramentas que ampliam o olhar sobre a constituição e manutenção de classes, as formas das vestimentas ao longo do tempo, as visões da história oficial sobre uma face dos acontecimentos e a utilização dos vestígios a favor de determinados grupos sociais, fatores importantes para compreender as relações sociais e de gênero, e os contextos em que as mudanças adquirem valor e definição.

Em seguida, tem-se o **Capítulo 1 – Baú da História: gênero, moda e comportamento**, que está dividido em quatro tópicos: A História e suas Novas Linguagens, Uma viagem pela moda e comportamento no século XIX, A Sedução das novidades e do consumo e Gênero, moda e comportamento.

No primeiro item do primeiro *capítulo A História e suas Novas Linguagens*, há um texto inicial sobre as novas interpretações e leituras do cotidiano com a sociedade e as problemáticas que movimentam a disputa social dos segmentos e as relações entre os indivíduos. Pois as múltiplas abordagens são estabelecidas para construir os planos das organizações das relações, a construção cultural, social e os questionamentos que surgem em uma sociedade com muitas fragmentações e especificidades.

Nesse momento, aparecem cinco seções didáticas para acompanhar este tema. Em *O que pensam os historiadores*, há um fragmento sobre fontes históricas e os itens que norteiam o trabalho do historiador com a pesquisa no trecho de autoria de Silvia Petersen e Barbara Lovato. Acompanhando este raciocínio, a seção *Você Sabia?* surge nesse contexto para ampliar a discussão sobre as fontes, ferramentas que permitem a exploração dos acontecimentos históricos e a construção de novas questões sobre os fatos.

Registrando o Conhecimento apresenta duas questões sobre história, fontes e os campos de investigação, com perguntas sobre a importância de compreender o passado e presente. Mudanças e permanências através de novas ferramentas para investigar a História, com a diversidade de fontes e os temas visíveis nos livros didáticos. E uma segunda questão, relacionada a uma análise de uma imagem da Revista O Cruzeiro em 1951, como fonte histórica.

A *Hora da Dinâmica* possibilita ao estudante fazer uma investigação e trabalhar com uma fonte: a iconográfica. Sempre se faz pelo uso de um material que deve ser de fácil acesso a todos, para que nenhum aluno fique excluído da dinâmica. Assim, esta atividade sugere através da fotografia, que o aluno pesquise sobre a história da imagem escolhida e descreva o que encontrar, para então, ser feita a troca das imagens, onde cada grupo ou dupla ficará responsável por fazer a reconstrução da história, tentando adivinhar em que contexto foi produzida, por quem, onde, e outros questionamentos.

Para fechar esse primeiro item do primeiro capítulo, ainda tem a seção *Giro Cultural*, que destaca um dos maiores lugares de preservação de memória do estado do Maranhão, a Biblioteca Pública Benedito Leite, apresentando sua localização, horário de funcionamento e representa um convite a quem não conhece a história e as fontes que circularam no passado da cidade, que estão concentradas no centro de São Luís. É uma grande instituição guardiã da memória e da história local.

No segundo item do capítulo 1, *Uma viagem pela moda e comportamento no século XIX*, o texto explica como a aquisição da moda estava relacionada aos aspectos da estratificação social, que possibilitava a abertura de espaço para as camadas sociais mais favorecidas economicamente buscarem sempre novos ideais de prestígio e diferenciação. Assim, elucidar que nesse período a moda se tornou um elemento fundamental da vida social por adotar critérios através da escolha pelo desejo da distinção social, em meio às definições sociais dos papéis femininos e masculinos. Apresenta também, três imagens de homens e mulheres, retiradas da Revista Elegante de 1982.

Este texto é seguido da seção *Você Sabia?*. O termo matrimônio e as ações femininas são citados anteriormente, esta seção vem destacar entre as relações sociais presentes nas classes mais favorecidas economicamente, a realização do casamento através do dote, que consistia em uma forma de realizar um matrimônio e aproximar famílias que possuíam a mesma condição financeira para fortalecer as transações comerciais, encontrar um bom pretendente para a filha e confiar a vida feminina à uma nova figura masculina. Após esta seção, existe a *História e Documento*, que é um espaço para mostrar os estudos de uma importante historiadora do tema, Elizabeth Sousa Abrantes, apresentando no trecho de sua obra uma relação entre o dote e a sobrevivência social feminina.

No terceiro item do capítulo 1, *A Sedução das novidades e do consumo* mostra algumas semelhanças e diferenças entre o século anterior e o início da década de 1920. Logo, explica que o início do século foi influenciado pelas novidades que vinham da Europa e a inserção de novos componentes da vida social, como o esporte, os clubes e os espaços de circulação e interação social que estabeleceram um novo ritmo de vida com o progresso que chegava às cidades. Elucida que o modo de vestir e a moda, assumem a função de conferir status, visibilidade e distinção, a aquisição de produtos da moda, e outros elementos que poderiam estabelecer ligações na sociedade.

Na seção *O que pensam os historiadores*, há uma citação de uma obra de Mary Del Priore sobre os novos hábitos e a importância de levar uma vida saudável para se encaixar nos novos padrões sociais, levando em consideração que a estética do corpo foi alterada na passagem no século, já que perdeu muitos volumes das vestimentas e do próprio corpo, com o emagrecimento.

Em *Registrando o conhecimento*, tem duas questões que se referem aos textos já apresentados e para encontrar as respostas, basta ler com atenção as informações disponíveis. A primeira questão é sobre a conexão entre a transformação dos modos de vida, cenário urbano, vestimentas e comportamento; e a segunda, funciona pelo preenchimento de lacunas sobre os temas apresentados, completar com as palavras corretas dadas pelo texto.

A seção *Você Sabia?* deste item fica com a autora Gilda de Mello e Souza, com a obra “O Espírito das Roupas: a moda no século XIX” apresenta a historiografia das vestimentas e suas variações registradas no século XIX. Trata de definir a coerência do fenômeno Moda, relacionando-o com a estrutura social, conforme os diferentes níveis problemáticos que ela apresenta. É uma das principais obras sobre moda no Brasil, publicada pela primeira vez em 1950 e importante fonte para o conhecimento do estudante sobre a dinâmica desse período.

O último item do capítulo 1 é *Gênero, moda e comportamento*. Neste texto o foco está em elucidar as formas de compreender as relações complexas entre os sexos e como os discursos construídos por meio das relações sociais e as percepções de gênero baseadas em pontos biológicos e culturais, levando em consideração as ações e normas que circulam na sociedade, que influenciam o desenvolvimento de discriminações, contestações e conflitos

entre homens e mulheres. Finaliza com uma pergunta sobre a definição dos papéis sociais de masculinos e femininos.

A seção *História e Documento* tem duas imagens retiradas do jornal *A Pacotilha*, publicação maranhense, do ano de 1926. A Primeira representa as alterações de vestimenta voltadas para o masculino, com o uso de chapéus e gravata; e a segunda imagem, mostra a tendência feminina para usar saias e vestido abaixo do joelho, com a presença de laços, golas, babados e chapéus, referências às alterações ocorridas no início do século. Logo depois, em *Registrando o conhecimento*, duas questões são feitas em relação às mudanças entre o século XIX e o XX, dando destaque à análise das imagens e a relação (entre semelhanças e diferenças) com o vestuário, o comportamento e a vida em sociedade no início do século XX.

Em *Giro Cultural*, apresenta-se o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, um casarão do século XIX, que abriga um acervo riquíssimo que conta a história da sociedade da elite da cidade de São Luís. Atualmente conta com o acervo de medalhas e moedas, mobílias, porcelanas, cristais, pinturas, esculturas, documentos, fotografias e gravuras.

O Capítulo 2 - A cidade como passarela da Moda, está dividido em três tópicos: *A Modernização de São Luís em tempos de República*, *Ser chic...a moda em São Luís nas primeiras décadas do século XIX* e *O cenário urbano, os espaços de lazer e o consumo*.

O primeiro item *A Modernização de São Luís em tempos de República* apresenta um texto que aborda a transição do cenário brasileiro de uma população rural para uma urbana. Especialmente no Maranhão, ocorreu a transferência da população rural que corriam em busca de trabalho nas zonas urbanas de São Luís. O aspecto migratório e a política praticada pelo governo estabeleciam o perfil dos novos trabalhadores que deveriam viver com base na administração nacional, pela concretização de obras que pudessem elevar a cidade a novos graus de modernização e urbanização. Assim como, o objetivo de colocar São Luís no grau de uma cidade civilizada para elevar a prosperidade econômica e por em prática a remodelação efetiva da cidade. Apresenta também, duas imagens do Diário de São Luís (1946) e Revista do Maranhão (1951).

No *Glossário*, a ênfase está nos termos: migratório, executivo e legislativo, importantes significados que permeiam as informações contidas no texto. Em *História e documento* o foco está em uma imagem do interventor Paulo Ramos e sua família, esposa e

filhos. Esta fotografia encontrada na revista *Athenas* em fevereiro de 1942, foi utilizada na tentativa de mostrar a aparência desse personagem político que vivenciou esse período.

Outra seção presente neste item é *Vamos Pesquisar*. O texto que inicia o primeiro tópico aponta para a nomeação do interventor Paulo Ramos no Maranhão no Governo Vargas. A seção pede uma pesquisa sobre a trajetória política e a vida pessoal da figura política para melhor compreender suas ações e a relação entre o ambiente familiar e as normas do governo.

Em seguida, vem a seção *Registrando o Conhecimento*, com três questões voltadas para o cenário político, a atuação de Paulo Ramos e a relação com os valores tradicionais baseados na instituição da família. Temas sobre a estratégia do governo, sugestão de pesquisa sobre vestimentas, espaços de lazer e transformações da cidade, completar as frases que fazem referência ao crescimento populacional e a política. E por fim, a análise da imagem do interventor com a família em relação às bases do governo.

No segundo tópico do capítulo 2, *Ser chic...a moda em São Luís nas primeiras décadas do século XX*, há uma discussão sobre o consumo desse itens e a aparência para perceber que a moda ajudava a construção de novas relações sociais e a afirmação do pertencimento a determinado grupo social.

Em *Registrando o Conhecimento*, três questões estão encarregadas de ampliar e fornecer novas informações aos alunos. Através de duas imagens retiradas da Revista do Maranhão em 1939, do Teatro Arthur-Azevedo e outra referente ao carnaval. O estudante é direcionado para a análise das imagens e questionado sobre qual das imagens seria a opção dos grupos sociais mais abastados e qual seria a representação de um momento de envolvimento entre ricos e pobres. A segunda pede a descrição de uma imagem do jornal O Imparcial em 1950 e a relação com a moda. Por fim, o questionamento sobre a moda como forma de expressão e comunicação.

Em seguida, tem *Giro Cultural*, com o Arquivo Público do Estado do Maranhão, que funciona em um casarão do século XIX, no Centro Histórico de São Luís, e tem por finalidade, recolher, organizar, preservar e divulgar o acervo documental histórico proveniente dos órgãos da administração do estado, visando assegurar o resgate de memória documental do Maranhão.

E para finalizar este item, a seção *Hora da Dinâmica*. Sugere a coleta de informações e uma entrevista sobre o tema Moda. Com perguntas sobre definição de moda, inclinação masculina ou feminina pelas novidades, a diversidade de modelos para mulheres e a redução para homens, itens de desejo de consumo e análise sobre a definição da função da moda nos dias atuais.

Nesse tópico, está presente o *Baú de Informações*. Já que o texto fala sobre moda e comportamento há a indicação de um filme para interpretar muitos aspectos discutidos no decorrer do material didático. *O Diabo veste Prada* é um filme do ano de 2006, que conta como atrizes principais Anne Hathaway e Meryl Streep, mostrando como funcionam os bastidores de um editorial de moda, a imponência de uma diretora de uma revista renomada e as relações entre os elementos símbolos de prestígio e individualidade. Além permitir discutir temas como a formação feminina na sociedade moderna e a importância da moda como um instrumento de interação e distinção social.

O terceiro tópico do capítulo 2: *O Cenário urbano, os espaços de lazer e o consumo*, apresenta a figura de uma personalidade maranhense de grande destaque no cenário local, nacional e internacional, Josué Montello. A construção de suas tramas ficcionais envolve as vivências de personagens de diferentes grupos sociais, dramas familiares, comportamento e a descrição da vida em sociedade. As suas obras em geral, estimulam o debate e a análise da sociedade do período em que foram criadas devido aos temas encontrados nos livros que dão às personagens, vida e expressão, além de mostrar as singularidades do local em que se passam.

As seções *Vamos Pesquisar* e *Você sabia* se voltaram para a exploração de assuntos referentes ao escritor. A primeira sugere ao aluno que realize um breve estudo sobre a vida e obra de Josué Montello e destaque quais as principais obras que apresentam como cenário de suas narrativas a cidade de São Luís. Enquanto a segunda, se refere a uma singularidade do processo de construção das narrativas ao destacar que suas produções contavam com um mapa da cidade em sua mesa de trabalho, o que coloca São Luís como uma importante veia dentro da sua escrita, pela riqueza de ruas, praças e locais que influenciavam o maranhense no desenvolvimento das suas tramas.

Em *Você Sabia?* está um dos temas mais importantes da década de 1930 para as conquistas femininas: o direito ao voto, que incluía as mulheres em participações políticas

e garantia o direito de votar e ser votada, e agregava muito valor para as relações sociais por garantir que as mulheres tivessem acesso a um direito que era visto como estritamente masculino.

Em *Registrando o Conhecimento*, há três questões: sobre a estrutura urbana da cidade e a relação com a moda e a modernização e os principais problemas que atingiam a população com a concentração de novos trabalhadores na área urbana.

O *Baú de Informações* não poderia deixar de apresentar uma obra do ilustre escritor maranhense. Janelas Fechadas é a importante obra que guia os estudos sobre a década de 1930 da história local. Trata-se de um romance que se passa na década de 30, tem como cenário a cidade de São Luís, mais precisamente na Vila do Anil, destacando os costumes, hábitos, bisbilhotices e intrigas de seus moradores. É a trajetória de uma jovem chamada Benzinho, que deixou o Colégio de freiras e vai viver com a mãe e o irmão as dificuldades de uma maternidade concebida fora do casamento.

E o *Giro Cultural* também contempla a Casa de Cultura Josué Montello, instituição atuante na cidade de São Luís, por desenvolver ações que levam às escolas um pouco da literatura maranhense através da figura do escritor. A Casa é constituída pelos acervos: bibliográfico, arquivístico e museológico. Possui cerca de 35 mil exemplares distribuídos nas seções: Acervo Geral, Maranhense, Montelliana, Literatura Francesa e Periódicos; documentos sobre a vida e obra do escritor; e peças que foram de uso do patrono da Casa.

O capítulo 3 - O (des)conforto das novidades é composto por três tópicos: *Fábricas, lojas e comércio em São Luís; Imprensa, Propaganda e Moda e Modos, modas e o controle social.*

O primeiro item: *Fábricas, lojas e comércio em São Luís*, ressalta como a dinamização do consumo e do comércio também são formas de movimentações sociais, pois a maior circulação de pessoas no cenário urbano permitiu a atualização dos trajes e o desejo de adotar tudo o que era considerado novo. As encomendas e pedidos de tecidos aumentaram, assim como o fornecimento de itens de decoração, vestimentas e acessórios para compor um modelo que tivesse aprovação das camadas sociais mais favorecidas.

E a presença dos anúncios das fábricas e estabelecimentos comerciais que vendiam tecidos e estavam na vida cotidiana de São Luís, visíveis através dos exemplares de jornais e revistas de maior circulação na cidade. Apresenta duas imagens de anúncios do jornal Diário de São Luís (1945) e O Imparcial (1945).

Em seguida, a seção *Vamos Pesquisar*, que sugere ao estudante identificar as principais fábricas implantadas em São Luís entre 1930 a 1950 e buscar informações sobre as condições de trabalho no contexto nacional e/ ou local. Enquanto em *Você Sabia?*, o destaque é para o fio de algodão, importante matéria na indústria têxtil do Maranhão, empregado na fabricação de instrumentos de pesca e na indústria caseira de fabricação de redes para dormir, presente em todo o Estado.

Neste tópico, existem três imagens e um questionamento ao aluno. Imagem de uma família, um anúncio e uma diplomada, com as datas de 1942 e 1947. Possui foco na formação e nos moldes que envolviam a mulher moderna, que deveriam fazer parte do ambiente privado e encontravam muitas dificuldades no campo profissional, há uma pergunta sobre o controle das atividades femininas e as dificuldades no campo profissional.

A seção *Conexões* encerra o primeiro tópico, relacionando o início do século XX, as principais lojas referências nas vendas de roupas, tecidos e acessórios que estavam situadas na área central da cidade de São Luís, com os locais que movimentam o consumo nos dias atuais. Sugere também, perguntas às pessoas mais velhas sobre os locais em que faziam compras, nome e localização das lojas. Mas destaca a importância do consumo e sua proximidade com o gosto pessoal, inserção em grupos sociais ou outros fatores. Por último, questiona se a dinâmica da moda é acessível a todos os segmentos sociais.

O segundo item: *Imprensa, Propaganda e Moda*, inicia-se com as seções *O que pensam os historiadores* e *História e documento*, no primeiro há um trecho referente à autora Carla Pinsky sobre como revistas femininas e jornais acabam enfatizando desigualdades de classe, étnicas e de gênero presentes na prática social de sua época. Enquanto a segunda seção, apresenta a imagem do jornal do Diário de São Luís em 1948, dando destaque às vestimentas do homem e da mulher.

Estas seções são seguidas por um pequeno texto, que tem o objetivo de elucidar que jornais e revistas carregavam importante função ao dar destaque para as transformações e mudanças que o governo e a elite desejavam, assim como, as que

poderiam ser encontradas nos espaços públicos e de lazer. Dessa forma, a imprensa baseava-se no investimento em símbolos da modernidade, nos figurinos, no comportamento durante as aparições em público e destacavam que as influências da moda eram bem vindas, para garantir a ornamentação e a distinção desejada pelos grupos sociais.

Existe a presença de imagens dos jornais: Diário de São Luís (1948) e O Imparcial (1950), na tentativa de demonstrar os papéis de homens e mulheres em destaque nos periódicos. Depois há três sequências de imagens presentes nos anúncios e colunas dos jornais que circulavam na cidade entre os anos de 1939 e 1946. Finaliza com uma questão sobre a seleção de uma imagem e o desenvolvimento de uma análise sobre os papéis sociais de homens e mulheres, moda e comportamento, de acordo com o que foi apresentado no item.

Para encerrar o item 2 do terceiro capítulo, a seção *Hora da Dinâmica* sugere que o estudante utilize um jornal impresso, que esteja em circulação nos dias de hoje e procure por anúncios e publicações que envolvem moda, comportamento e os papéis sociais de homens e mulheres atualmente. Pesquisar sobre ofertas de emprego, roupas, eventos, lojas e depois analisar seus resultados com as informações do tópico, que mostram as publicações do passado e comparar com os resultados dos colegas de turma.

O último item, *Os modos, modas e o controle social*, aborda a hierarquia de poderes como referência aos interesses da ordem social dentro das bases de constituição familiar. Nesse contexto, as novas mudanças poderiam se apresentar desde que não afetassem a “soberania” masculina nos diversos espaços e situações do cotidiano, seja no trabalho, em casa ou pelo nível de educação.

Por outro lado, beleza se configura em uma das estratégias para alcançar a emancipação. O potencial da moda se afirma por participar de todos os aspectos das estruturas da sociedade e tornar ainda mais visíveis as desigualdades entre homens e mulheres. Logo, o item apresenta duas imagens do jornal Diário do Norte (1937), sobre as regras que envolviam o cotidiano feminino de segmentos mais favorecidos economicamente, que também serviam de base para outros segmentos, e questiona sobre a relação da publicação, o papel feminino e a moda no período.

No *Glossário* está a expressão frivolidades, muito discutida sobre as modas femininas principalmente, ao colocar o consumo das novidades e o exagero como uma

grande ausência de valor. *Registrando o conhecimento*, apresenta a ligação da moda, as relações sociais e o comportamento dos indivíduos; sugere a descrição da publicação “Como deve se vestir a mulher que trabalha” retirada do jornal “O Imparcial” em 12 de fevereiro de 1950, para relacionar a moda e a aparência no cotidiano e na vida profissional feminina; e por fim, uma análise sobre a afirmação: “A vaidade nas mulheres, fica na indumentária; e no homem, vai até o infinito”.

O *Giro Cultural* é com o Palácio dos Leões. Sede do poder Executivo Estadual, residência do governador em exercício e possui uma área de visitação pública. Apresenta ao público o mobiliário, pinturas, exposições de telas, esculturas e gravuras. E a seção *Conexões*, destaca algumas questões para reflexão, como o conflito entre as relações profissionais e o perfil social feminino e masculino, a ocupação de lugares específicos na sociedade por homens e mulheres, e enquadramento dos indivíduos através das vestimentas. A última seção utilizada é um grande caça-palavras, que contém as palavras mais utilizadas durante o desenvolvimento do material.

A *conclusão* destaca que a produção didática estimula o debate e a reflexão sobre um tema tão presente no cotidiano, que carrega um simbolismo muito grande quando relacionado com as mudanças na cidade, altos e baixos políticos e econômicos e a vida cotidiana das pessoas. O objetivo é mostrar que a moda e o comportamento estão presentes em todos os setores sociais, grupos ou espaços. E as *referências*, serviram para trabalhar os textos presentes em todo o material, inclusive as seções elaboradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com novos objetos, problemas, metodologias e técnicas, a História assumiu importante função ao desenvolver a necessidade de investigar a relação do tempo com a sociedade e possibilitar interpretação de questões que apresentam desigualdades, descontinuidades e participações sociais.

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo a análise dos elementos de modos e modas nas representações sociais e de gênero na cidade de São Luís entre 1920 a 1950, levando em consideração a construção do material paradidático para ser aplicado no ensino fundamental, nas séries finais, com a intenção de abordar as transformações sociais por meio da relação com a moda e o cotidiano da cidade.

Partimos da discussão que coloca as pesquisas sobre modos e modas como um novo campo de estudo no campo acadêmico e que requer atenção no processo ensino aprendizagem, por incorporar valor aos conceitos de gênero, representações, cotidiano transformações dentro do percurso da História. Refletir sobre estes aspectos permite construir a compreensão dos acontecimentos às questões sociais, como as relações de poder e o desenvolvimento econômico, por exemplo.

O estudo da moda possui ligação entre as ações presentes no cotidiano histórico e as alterações dos padrões estabelecidos em sociedade. Entre o século XIX e o XX, a moda se tornou um importante elemento da vida social, por tornar visível a mudança de hábitos e costumes e as relações entre os âmbitos público e privado.

Com influência da Europa, as cidades do Brasil iam ganhando os traços da modernização. Mesmo com o grande destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, a cidade de São Luís se apresentava timidamente na tentativa de mostrar a nova dinâmica social, que dava condições à singularidade, individualidade e a organização da sociedade.

Através das mudanças ocorridas de um século para o outro, as alterações mais evidentes estavam na composição da vestimenta, em especial a feminina, que ganhou novos modelos para fazer parte desse núcleo de civilidades, pela utilização de roupas que deixavam braços e pernas mais visíveis; e depois, pelo impulso à industrialização, que já

era percebido nas notícias que vinham de outros países, mas que se tornou mais evidente quando Getúlio Vargas assumiu a função de presidente do Brasil.

Mudanças da moda e comportamento dentro do recorte histórico, tanto no espaço nacional quanto no local, estão conectadas com as alterações estruturais das cidades. O governo visava aumentar a arrecadação e incentivar a industrialização, para isso, passou a contar com maior número de mão de obra para movimentar o trabalho. Nesse momento, os rendimentos nacionais dependiam da inserção de ações profissionais femininas.

As mulheres dos segmentos menos favorecidos já circulavam nas ruas em busca de sua sobrevivência executando algum tipo de trabalho, mas a novidade estava para as mulheres da elite, que dispunham de muitas regras para explorar o ambiente público, como os passeios acompanhadas, as regras de refinamento. A vida feminina em sociedade, através das orientações do governo, tentava dar ainda mais solidez às atividades desempenhadas no lar e as funções como esposa e mãe, por isso as informações veiculadas em jornais e revistas, em grande parte, focavam em regras de comportamento para manter em prestígio a imagem da mulher, e qualquer ação que fosse contra os princípios estabelecidos, tornava essa relação conturbada.

Em meados de 1930, a cidade de São Luís já contava com inúmeras fábricas que tinham postos femininos e até infantis reservados ao trabalho, porém a situação econômica ainda lutava no cenário local e nacional para ganhar destaque. Todos esses fatores interferem no acesso dos investimentos às reformas da cidade e, também, no acesso às novidades, já que sem a estrutura nos espaços de interação social, as novidades não poderiam ser percebidas da mesma forma que nos grandes centros.

O desejo por uma remuneração estável, a educação e melhores condições de vida, impulsionou o desejo do trabalhador rural para ir em busca de uma nova vida, o que gerou um inchaço populacional nas áreas centrais da cidade e o aumento de regiões de subúrbio em São Luís. Esses locais que são identificados por não ter um controle social e fiscalização tão rígidos pelas ações do governo naquele período, devido ao cenário estabelecido, que influenciavam diretamente a condição moral dos grupos sociais presentes.

Ainda que o governo assegurasse alguns direitos aos trabalhadores, as mulheres sofriam discriminação e baixa remuneração, mesmo contando com uma grande conquista

neste período, o direito ao voto e à elegibilidade. Esta conjuntura deixava ainda mais evidente o quanto os papéis sociais estavam bem definidos socialmente e as transformações mostravam uma luta contra as desigualdades em todos os setores sociais.

O estudo sobre gênero, moda e comportamento desempenha o papel de questionar as amarras históricas que envolvem os papéis sociais desenvolvidos por homens e mulheres desde o século XIX. Identificar relações de dominação, controle e subordinação é apenas um viés deste processo. Os modelos de homem e mulher ideais para a sociedade são difundidos há muito tempo dentro de noções conservadoras que engessam a atuação social destes indivíduos e contribuem para expandir o conflito entre a hierarquia, a desigualdade de direitos, as desvantagens e preconceitos encontrados no ambiente de trabalho pelas mulheres, os estereótipos vivos até os dias atuais, a baixa representatividade política feminina, e o tema mais abordado nos últimos tempos no cenário nacional, a violência contra a mulher.

A construção de um material didático que visa debater temas tão importantes dentro das construções do passado e seus envolvimento no cotidiano da sociedade, permite identificar as continuidades e as novas perspectivas produzidas no cenário atual. Com o avanço da internet, as discussões e as notícias ganham proporções extraordinárias com muita rapidez, com isso há mais estranhamento em relação às ações de imposição, obrigação e violência, e a luta pelos direitos já não se confunde com possibilidades de restrição e exclusão em um ambiente que respira liberdade e igualdade.

Tocar em temas que ligam a moda e o comportamento, é uma forma de explorar as configurações sobre os discursos que buscavam moldar as mulheres nos espaços, a análise das aparências que ganharam diferentes formas no decorrer do tempo e conhecer os ideais sociais que estão presentes nas iniciativas do governo em controlar as ações que poderiam causar movimentações e desestabilizar a figura masculina socialmente.

Apostar na leitura crítica e na compreensão do contexto histórico permite buscar pontos divergentes, singulares e semelhantes dentro das relações sociais, que envolvem os discursos presentes na construção da função social masculina e feminina. E assim, buscar ferramentas para dar o mesmo peso à balança dos papéis sociais, desvinculando as conexões travadas pela restrição e o desrespeito ao longo dos tempos. Logo, o objetivo desta pesquisa está em desconstruir as disputas e fortalecer novos discursos que consigam

vestir socialmente homens e mulheres em diálogos de inclusão, igualdade de direitos e relações transformadoras.

REFERÊNCIAS

Fontes de Imprensas

- A PACOTILHA . São Luís, 08 de julho de 1920.
- A PACOTILHA . São Luís, 14 de setembro de 1920.
- A PACOTILHA . São Luís, 22 de fevereiro de 1922.
- A PACOTILHA . São Luís, 11 de novembro de 1922.
- A PACOTILHA . São Luís, 14 de novembro de 1922.
- A PACOTILHA . São Luís, 24 de novembro de 1922.
- A PACOTILHA . São Luís, 02 de maio de 1923.
- A PACOTILHA . São Luís, 08 de agosto de 1923.
- A PACOTILHA . São Luís, 28 de abril de 1924.
- A PACOTILHA . São Luís, 01 de abril de 1926.
- A PACOTILHA . São Luís, 19 de setembro de 1926.
- A PACOTILHA. Suplemento Semanal Ilustrado. 19 a 25 de setembro de 1926.
- A PACOTILHA. São Luís, 02 de outubro de 1926.
- A PACOTILHA. São Luís, 20 de outubro de 1926.
- A PACOTILHA. São Luís, 26 de outubro de 1926.
- A PACOTILHA. Suplemento Semanal Ilustrado, 17 a 23 de outubro de 1926.
- A PACOTILHA. São Luís, 04 de novembro de 1926.
- A PACOTILHA. São Luís, 04 de novembro de 1926.
- A PACOTILHA. São Luís, 15 de novembro de 1926
- A PEROBA. São Luís, 17 de fevereiro de 1934.
- A PEROBA. São Luís, 25 de março de 1935.
- A VOZ DO NORTE. São Luís, 10 de dezembro de 1929.
- A VOZ DO NORTE. São Luís, 20 de abril de 1930.
- A VOZ DO NORTE. São Luís, 15 de agosto de 1931.
- ATHENAS. São Luís, fevereiro de 1939.
- ATHENAS. São Luís, agosto de 1940.
- ATHENAS. São Luís, agosto de 1941.

ATHENAS. São Luís, 01 de novembro de 1950.

CORREIO DA TARDE. São Luís, 19 de junho de 1940.

CORREIO DA TARDE. São Luís, 24 de dezembro de 1940.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 06 de maio de 1942.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 18 de dezembro de 1942.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 22 de dezembro de 1942.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 02 de novembro de 1945.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 07 de abril de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 12 de abril de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 14 de abril de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 23 de maio de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 26 de junho de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 14 de junho de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 01 de julho de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 15 de novembro de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 07 de dezembro de 1946.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 04 de janeiro de 1947.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 18 de abril de 1948.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 18 de janeiro de 1951.

DIÁRIO DE SÃO LUÍZ. São Luís, 25 de janeiro de 1951.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 15 de novembro de 1930.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 15 de abril de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 21 de abril de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 23 de abril de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 24 de abril de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 26 de abril de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 28 de abril de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 02 de maio de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 21 de maio de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 11 de junho de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 14 de junho de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 19 de junho de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 10 de outubro de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 14 de outubro de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 21 de outubro de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 29 de outubro de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 02 de dezembro de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 04 de dezembro de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 16 de dezembro de 1937.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 22 de abril de 1939.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 06 de janeiro de 1940.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 28 de janeiro de 1940.

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 02 de abril de 1940

DIÁRIO DO NORTE. São Luís, 08 de março de 1942.

DIÁRIO POPULAR. São Luís, 18 de agosto de 1951.

DIÁRIO POPULAR. São Luís, 24 de setembro de 1951.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1930.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1930.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1930.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1930.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1950.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1951.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1951.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1951

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 01 de dezembro de 1951.

O GLOBO. São Luís, 10 de novembro de 1939.

O GLOBO. São Luís, 28 de dezembro de 1939.

- O GLOBO. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2019.
- O GLOBO. São Luís, 30 de julho de 1940.
- O IMPARCIAL. São Luís, 15 de dezembro de 1929.
- O IMPARCIAL. São Luís, 29 de dezembro de 1929.
- O IMPARCIAL. São Luís, 19 de abril de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 25 de abril de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 09 de maio de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 11 de maio de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 18 de maio de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 24 de maio de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 12 de junho de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 17 de junho de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 26 de junho de 1938.
- O IMPARCIAL. São Luís, 20 de novembro de 1940.
- O IMPARCIAL. São Luís, 27 de outubro de 1945.
- O IMPARCIAL. São Luís, 22 de novembro de 1945.
- O IMPARCIAL. São Luís, 21 de dezembro de 2018.
- NOVIDADES. São Luís, 28 de janeiro de 1952.
- REVISTA DO MARANHÃO. São Luís, março de 1951.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria da Conceição Pinheiro de. O sanitário da cidade de São Luís no início do século XX. In.: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. (orgs.). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: Ed. UEMA,2012.

Alcantara. Disponível em: <<http://blogalcantara.viajante.wordpress.com.br>>. Acesso em 20/01/2019

BARBOSA, Juliana Carneiro. A DEUSA DO LAR: o ideal feminino em São Luís republicana (1930-1950). In.: ABRANTES, Elizabeth Sousa (org.). **Mulher e República no Maranhão**. São Luís: EDUEMA,2015

BARROS, Antonio Evaldo Almeida. A cidade na festa, a festa na cidade: sujeitos, identidades e desigualdades nos festejos juninos de São Luís (.1900-50). In.: PACHECO FILHO, Alan Kardec G.; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus (orgs.). **São Luís 400 anos: (con)tradição de uma cidade histórica**. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014

BARROS, José D'Assunção. **A Expansão da História**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2013.

Bela, recatada e do lar. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/amp/>> .Acesso em: 20/01/2019.

BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo. Ed Cortez, 2004.

CALANCA, Daniela. **História Social da Moda**. 2 edição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CAMÊLO, Júlia Constança Pereira. **Fachada da inserção: a saga da civilidade em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2012.

CARLINI, Alda Luiza. E agora: Preparar a aula. In.: SCARPATO, Marta (org.). **Os procedimentos de ensino fazem a aula acontecer**. Avercamp, 2006.

CASA DE CULTURA JOSUÉ MONTELLO. **Biografia, Cronologia e Bibliografia do escritor Josué Montello (1917-2006)**. São Luís, 2010.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. A cultura física, os afetos patrióticos e a construção de novos padrões de masculinidade: teresina 1900-1930. In.: MATOS, Maria Izilda Santos de. (org); CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (org.). **Cultura, corpo e educação: diálogos de gênero**. São Paulo: Intermeios; Teresina: EDUFPI, 2015.

CERRI, Luis Fernando. **Uma proposta de mapa do tempo para artesãos de mapas do tempo: historia do ensino de historia e didática da historia**. Ed UEPG, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados nº (11) 5, p. 173-191, 1991.

CIAMPI, Helenice. Ensinar História no Século XXI: dilemas e propostas. In.: TOLEDO, Maria Aparecida Tursi. **Ensino de História: ensaios sobre questões teóricas e práticas** (org.). Maringá: Ed. Uem, 2011.

CORDEIRO, Juliana Carneiro Barbosa. “Pela Hora da Morte”: custo de vida em São Luís no contexto da Segunda Guerra Mundial. In.: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. (orgs.). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: Ed. UEMA, 2012.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DIWAN, Pietra. Corpo. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, volume 1: uma história dos costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FEIJÃO, Roseane. Smartismo: elegância masculina e modernidade no onício do século XX no Rio de Janeiro. In.: BONADIO, Maria Claudia; MATTOS, Maria de Fátima(orgs.) **História e Cultura de moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. In.: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GODART, Frédéric. **Sociologia da moda**. São Paulo: Editora Senac .São Paulo, 2010.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e o espaço. In.: **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores vêem**. 1ed. 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

IPEA e o questionário. Disponível em: <<http://felipemagalhaes.jusbrasil.com.br/noticias/114808274/agressores-nao-escolhem-vitimas-de-estupro-pela-roupa-diz-delegada/amp>>. Acesso em: 20/01/2019

KARNAL, Leandro. A História moderna e a sala de aula. In.: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Campanha da Produção**. São Luís, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: companhia das letras, 2009.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e Cidadania: por que ensinar história hoje? In.: ABREU, Martha e SOIRET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MALERBA, Jurandir. **Ensaio, teoria e ciências sociais**. Londrina: Eduel, 2011.

MALERBA, Jurandir. Narrativa: história e discurso. In.: MALERBA, Jurandir. **Ensaio: teoria, história e ciências sociais**. Londrina: Eduel, 2011.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura e Turismo. **Catálogo de publicações de autores maranhenses**. Casa de Cultura Josué Montello. 2. ed. São Luís: Edições SECMA, 2016.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. Moda, imagem e representação. In.: BONADIO, Maria Cláudia; MATTOS, Maria de Fátima(orgs.) **História e Cultura de moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. Moda, imagem e representação. In.: BONADIO, Maria Cláudia; MATTOS, Maria de Fátima(orgs.) **História e Cultura de moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011

MIRANDA, Sônia Regina. Um território em múltiplas fronteiras: o saber histórico escolar como objeto de pesquisa. In.:SILVA, Gilvan Ventura; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel. **História e Educação: territórios em convergência**. Vitória: MG: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós- Graduação em História, 2007.

MONTELLO, Josué. **Janelas Fechadas: romance**. 3ªed. Atualizada. São Luís: Edições SECMA, 2017.

MONTELLO, Josué. **O Labirinto de Espelhos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: J Olympio, 1981.

NASCIMENTO, Dorval do. Entre dois tempos: representações de uma cidade-metonímia em *Vencidos e Degenerados* (1915), de Nascimento de Moraes, e *Os Tambores de São Luís* (1975), de Josué Montello. In.: PACHECO FILHO, Alan Kardec G.; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus (orgs.).**São Luís 400 anos: (con)tradição de uma cidade histórica**. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014

NASCIMENTO, João Affonso do. **Três Séculos de modas: 1616-1916**. 3 ed.São Luís: Instituto Géia, 2014.

NERIS, Wheriston Silva; NERIS, Cidinalva Silva Câmara; SILVA, João Ricardo da Costa. Por uma genealogia das noções do patrimônio e cultura no Maranhão contemporâneo. In.: PACHECO FILHO, Alan Kardec G.; CORRÊA, Helidacy Maria Muniz; PEREIRA, Josenildo de Jesus (orgs.).**São Luís 400 anos: (con)tradição de uma cidade histórica**. São Luís: Café & Lápis; Ed. UEMA, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, 1993.

NOVELLI, Daniela. O periódico de moda como fonte e objeto da pesquisa histórica. In.: BONADIO, Maria Cláudia; MATTOS, Maria de Fátima(orgs.) **História e Cultura de moda**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

O Mercado de Trabalho. Disponível em: <<http://www.brasilecola.uol.com.br/amp/sociologia/mercado-de-trabalho.htm>>. Acesso em: 17/01/2019.

PETERSEN, Silva R. F. e LOVATO, Barbara H. Fontes para a História: opacidade do transparente. In.: **Introdução ao Estudo da História**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In.: PINSKY, Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: contexto, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma história prazerosa e conseqüente. In.:KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Ana Rosa dos Santos. A “Peste do Meretrício” em São Luís: ação policial e controle da prostituição urbana no início da República. In.: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. (orgs.). **São Luís do Maranhão:** novos olhares sobre a cidade. São Luís: Ed. UEMA,2012.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

RODRIGUES, Mariana Christina de Faria Tavares. **Mancebos e Mocinhas:** moda na literatura brasileira do século XIX. São Paulo: Estação das Letras, 2010.

SALES, Tatiane da Silva. A NOVA AMÉLIA: mulher, educação e o contexto social da Primeira República. In.: ABRANTES, Elizabeth Sousa (org.). **Mulher e República no Maranhão.** São Luís: EDUEMA, 2015.

SALLES, Vanessa Madrona Moreira. Pensamentos sobre moda. In.: BONADIO, Maria Claudia; MATTOS, Maria de Fátima(orgs.) **História e Cultura de moda.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011

SAMPAIO, Jéssica Mayara Santos Sampaio. **Dote da Aparência:** moda, beleza e distinção social em São Luís nos anos 1920. Monografia – Curso de História Licenciatura, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

SERPA, Leoní Teresinha Vieira Serpa. **A máscara da modernidade:** a mulher na Revista *O Cruzeiro* (1928-1945). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fund. Passo Fundo, 2003.

SCHPUN, Monica Raisa. **Beleza em jogo:** cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo, 1999.

SCOTT, Joan W. **Os usos e abusos do gênero.** Tradução Ana Carolina E. C. Soares. Projeto História, São Paulo, n.45, PP.327-351, dez.2012.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. In.: Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1989 (Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, S.O.S Corpo. 3. Ed Recife, 1996.

SILVA, Camila Ferreira Santos. **“A mulher deve ser bela, deve ter graças e encantos”:** educação de salão na São Luís republicana (1890-1920). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SILVA, Camila Ferreira Santos. Normas do Bem Viver em São Luís na virada do século XIX. In.: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. (orgs.). **São Luís do Maranhão:** novos olhares sobre a cidade. São Luís: Ed. UEMA,2012.

SIMILI, Ivana Guilherme. Pedagogias da moda na política: as aparências da primeira-dama Darcy Vargas. In.: BONADIO, Maria Claudia; MATTOS, Maria de Fátima(orgs.) **História e Cultura de moda.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011

Sociedade. Disponível em <<http://oglobo.com/sociedade/nos-primeiros-11-dias-do-ano-23365390>> . Acesso em: 25/01/2019.

SOUSA, Carmem de Jesus Rabelo. A cidade em Foco: saneamento e higienização em São Luís na Primeira República. In.: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. (orgs.). **São Luís do Maranhão: novos olhares sobre a cidade**. São Luís: Ed. UEMA, 2012.

SOUZA, Gilda de Melo e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SVENDSEN, Lars. **Moda: uma filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

TILLY, Louise A. **Gênero, História das Mulheres e História Social**. Cadernos Pagu (3) 1994. p. 29-62.

UNESCO. **Patrimônio Mundial no Brasil**. 2.ed. Caixa Econômica Federal, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VALLE, José Ribeiro de Sá. **Maranhão antigo e moderno**. Maranhão: Typ. M. Silva, 1931.

VARIKAS, Eleni. **Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott**. Cadernos Pagu (3) 1994. P.63-84.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.